



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

MARIA APARECIDA DA COSTA SILVA

**A REPRESENTAÇÃO DOS ANÚNCIOS DE EDUCAÇÃO NO JORNAL *GAZETA DA*
PARAHYBA (1888-1890)**

JOÃO PESSOA – PB

2023

Maria Aparecida da Costa Silva

**A REPRESENTAÇÃO DOS ANÚNCIOS DE EDUCAÇÃO NO JORNAL GAZETA DA
PARAHYBA (1888-1890)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: História da Educação.

Orientadora: Prof^a Dr^a Fabiana Sena da Silva

JOÃO PESSOA – PB

2023

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586r Silva, Maria Aparecida da Costa.

A representação dos anúncios de educação no jornal
Gazeta da Parahyba (1888-1890) / Maria Aparecida da
Costa Silva. - João Pessoa, 2023.

110 f. : il.

Orientação: Fabiana Sena da Silva.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE.

1. Educação - Paraíba - Século XIX. 2. Anúncios de
jornal. 3. Imprensa. 4. Gazeta da Parahyba. I. Silva,
Fabiana Sena da. II. Título.

UFPB/BC

CDU 37(813.3)"18"(043)

MARIA APARECIDA DA COSTA SILVA

**A REPRESENTAÇÃO DOS ANÚNCIOS DE EDUCAÇÃO NO JORNAL GAZETA DA
PARAHYBA (1888-1890)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Educação.

Área de concentração: Educação.

Banca examinadora:



Profª Drª Fabiana Sena da Silva
(Orientadora – PPGE/UFPB)



Profª Drª Adlene da Silva Arantes
(Membro Externo – PPGE/UPE)



Prof. Dr. Charliton José dos Santos Machado
(Membro Interno – PPGE/UFPB)

AGRADECIMENTOS

A gratidão é para mim um dos maiores sentimentos. Por toda minha vida, ela se fez presente, até nos momentos mais difíceis, pois me lembrava dos bons momentos que havia passado e pelos quais expressava meu reconhecimento. Com isso me tornava forte para continuar a luta. Por isso, neste momento da minha vida, expresso a minha gratidão...

A Deus, Força maior do universo, pelo dom da vida e por ter me dado coragem para não desistir e por sempre se fazer presente em minha vida.

Aos meus pais, Cícero Trigueiro da Silva e Severina da Costa Silva (*in memoriam*), por tudo o que fizeram por mim. A minha gratidão e o meu amor.

A Solange Costa, um anjo em minha vida aqui na Terra. Qualquer palavra e gesto serão pequenos para mensurar o meu amor por você.

Ao meu esposo Francisco, por todo apoio e compreensão durante a minha ausência. A você o meu amor e minha gratidão.

Ao meu filho ou minha filha que, mesmo sabendo da sua existência apenas por ouvir os batimentos do seu coração, já se faz presente em minha vida. Gratidão e amor.

A minha orientadora, Profa. Dra. Fabiana Sena da Silva, a quem serei sempre grata pelo incentivo e pela oportunidade que me concedeu como orientanda.

À banca examinadora representada pela Profa. Dra. Adlene da Silva Arantes e pelo Prof. Dr. Charliton José dos Santos Machado, minha gratidão por toda contribuição.

Ao querido professor e amigo Dr. Flávio Carreiro de Santana, por todo o conhecimento transmitido, pelo incentivo, contribuição, oportunidades e amizade.

A Paula e a Milene, duas pessoas que se tornaram tão importantes em minha vida. A vocês minha gratidão.

A todos os professores que contribuíram com a minha formação no PPGE da Universidade Federal da Paraíba. Aos funcionários do Programa, aos colegas de turma e aos educadores integrantes da minha trajetória de vida até aqui.

A todos o meu muito obrigada!

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo geral investigar e analisar os anúncios relacionados à educação no período oitocentista, presentes no jornal *Gazeta da Parahyba*, periódico que circulou entre os anos de 1888 e 1890. Tomando como referência os estudos de Chartier (2014; 1999), a pesquisa também tomou como base as fontes primárias disponíveis no site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. O século XIX foi estabelecido como demarcador temporal do trabalho, observando-se a classificação e categorização do tema, especificamente com a seleção e estudo dos anúncios relacionados à educação. O *corpus* é formado por anúncios sobre educação, coletados do jornal *Gazeta da Parahyba*. Visando à análise histórico-discursiva do anúncio, a pesquisa tem como objetivo também descrever o percurso do gênero em jornais do século XIX, identificando, no período em destaque, os aspectos de mudança e das estratégias discursivas em cada época. O estudo fundamenta-se metodologicamente nas premissas da História Cultural. Algumas perguntas foram motivadoras para o desenvolvimento da pesquisa, entre as quais: Como os anúncios relacionados à educação configuravam-se na Paraíba do século XIX? O que diz a Historiografia Paraibana a respeito dos anúncios no Oitocentos? Respondendo a estes questionamentos a partir de fontes primárias, presentes no jornal *Gazeta da Parahyba*, pretendemos contribuir para a história da educação paraibana. Buscaremos também, de certa forma, associar os tipos de anúncios que foram publicados, quais tipos de anúncios eram mais publicados, quais eram mais divulgados, o espaço a eles destinado, o formato da escrita, na tentativa de compreender como aquele determinado anúncio foi elaborado e por quem o foi, haja vista que os anúncios estavam imersos em uma sociedade disciplinar movida por regras sociais determinantes do comportamento dos sujeitos. A construção deste trabalho busca compreender, portanto, como os anúncios relacionados à educação constroem sentido, fazem circular discursos sociais.

Palavras-chave: Anúncios. Educação. Imprensa.

ABSTRACT

The present work has the general objective of investigating and analyzing advertisements related to education in the nineteenth century, present in the newspaper *Gazeta da Parahyba*, a periodical that circulated between the years 1888 and 1890. Taking as reference the studies of Chartier (2014; 1999), the research was also based on the primary sources available on the website of the National Library's Hemeroteca Digital. The 19th century was established as the temporal demarcator of the work, observing the classification and categorization of the theme, specifically with the selection and study of advertisements related to education. The corpus is formed by advertisements about education, collected from the newspaper *Gazeta da Parahyba*. Aiming at the historical-discursive analysis of the advertisement, the research also aims to describe the course of the genre in newspapers of the 19th century, identifying, in the highlighted period, the aspects of change and discursive strategies in each period. The study is methodologically based on the assumptions of Cultural History. Some questions were motivating for the development of the research, among them: How were advertisements related to education configured in Paraíba in the 19th century? What does the Historiography of Paraíba say about advertisements in the 19th century? Responding to these questions from primary sources, present in the newspaper *Gazeta da Parahyba*, we intend to contribute to the history of education in Paraíba. We will also seek, in a way, to associate the types of advertisements that were published, which types of advertisements were most published, which were most publicized, the space allocated to them, the writing format, in an attempt to understand how that particular advertisement was prepared and by whom it was, given that the advertisements were immersed in a disciplinary society moved by social rules that determine the behavior of the subjects. The construction of this work seeks to understand, therefore, how advertisements related to education build meaning, circulate social discourses.

Keywords: Ads. Education. Press.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 – Capa da <i>Gazeta da Parahyba</i> de 1888	39
FIGURA 02 – Capa da <i>Gazeta da Parahyba</i> de 1889	40
FIGURA 03 – Seção Telegrammas da <i>Gazeta da Parahyba</i>	41
FIGURA 04 – Romance-folhetim “O colar de aço”	42
FIGURA 05 – Anúncio da <i>Gazeta da Parahyba</i>	43
FIGURA 06 – Página da <i>Gazeta da Parahyba</i>	44
FIGURA 07 – Página 2 da <i>Gazeta da Parahyba</i>	46
FIGURA 08 – Página 3 da <i>Gazeta da Parahyba</i>	47
FIGURA 09 – Página 4 da <i>Gazeta da Parahyba</i>	48
FIGURA 10 – Imagem de Eugenio Toscano de Brito	61
FIGURA 11 – Os redatores-médicos	63
FIGURA 12 – Página 4 de <i>O Imparcial</i>	69
FIGURA 13 – Página de <i>O Despertador</i>	70
FIGURA 14 – Anúncio publicado em <i>O Publicador</i>	71
FIGURA 15 – Página de <i>A Regeneração</i>	72
FIGURA 16 – Página do <i>Jornal da Parahyba</i>	73
FIGURA 17 – Página de <i>A Opinião</i>	74
FIGURA 18 – Página do <i>Diario da Parahyba</i>	75
FIGURA 19 – Página do <i>Arauto Parahybano</i>	76
FIGURA 20 – Página da <i>Gazeta da Parahyba</i>	77

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 – Anúncios do jornal <i>Gazeta da Parahyba</i>	88
QUADRO 02 – Anúncio de aula pública	88
QUADRO 03 – Anúncio do Collegio São Luiz de Gonzaga	89
QUADRO 04 – Anúncio da Livraria Arantes	90
QUADRO 05 – Anúncio de publicação de livros	91
QUADRO 06 – Anúncio de English Language	92
QUADRO 07 – Anúncio da Escola Polytechnica	93
QUADRO 08 – Anúncio da Biblioteca Pública	94
QUADRO 09 – Anúncio da Faculdade de Direito	95
QUADRO 10 – Anúncio de professor público	96
QUADRO 11 – Anúncio de autorização governamental	97
QUADRO 12 – Anúncios do Externato Normal	97
QUADRO 13 – Alunas que frequentaram o Externato Normal em 1888	99
QUADRO 14 – Alunas que frequentaram o Externato Normal em 1889	100

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 A IMPRENSA COMO FONTE: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA	16
2.1 Abordagens e significados: pressupostos teóricos	16
2.2 A imprensa para a escrita da História da Educação.....	23
2.3 O contexto histórico e a imprensa paraibana	27
2.4 As transformações do anúncio: um breve histórico	30
3 GAZETA DA PARAHYBA: HISTÓRIA E CARACTERÍSTICAS DE UM JORNAL “MODERNO”	33
3.1 Gazeta da Parahyba, o perfil	33
3.2 A história da <i>Gazeta da Parahyba</i>	49
3.3 Os redatores da Gazeta da Parahyba e suas trajetórias na imprensa paraibana do período oitocentista	58
3.3.1 <i>Eugenio Toscano de Brito, o fundador e redator-chefe</i>	60
3.4 Características gerais sobre o anúncio	65
3.5 Características e estrutura dos anúncios nos jornais paraibanos	68
4 OS ANÚNCIOS SOBRE EDUCAÇÃO NA GAZETA DA PARAHYBA.....	78
4.1 A visibilidade dos anúncios: o jornal como suporte	78
4.1.1 <i>Os jornais do século XIX</i>	80
4.2 A persuasão nos anúncios e o modo de anunciar	82
4.2.1 <i>Anunciando no século XIX</i>	83
4.2.2 <i>Os anúncios no século XIX</i>	84
4.2.3 <i>Como estavam apresentados os anúncios no século XIX</i>	85
4.3 O que revelam os anúncios da <i>Gazeta da Parahyba</i> sobre a educação?	87
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
6 REFERÊNCIAS	104

1 INTRODUÇÃO

Filha de agricultores pobres, de pouco estudo, tanto meu pai quanto minha mãe não tiveram muitas oportunidades, mas plantaram em mim a semente da esperança. Assim, ingressei no curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú, concluindo o curso no ano de 2016. Foi uma realização, mas como nem tudo foi fácil em minha vida, muitas dificuldades surgiram. Entre idas e voltas, consegui concluir o tão sonhado curso de Licenciatura. Porque fazer a Graduação em História e me tornar professora era o que também me sustentava firme frente às dificuldades, ligando-me ao passado e ao desejo de realizar o que os meus pais queriam para mim, bem como projetar um futuro com trabalho digno.

Foi durante a graduação em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) que tive o meu primeiro contato com a pesquisa em fontes impressas, neste caso específico, com a revista, a qual se tornou a minha fonte de pesquisa para produzir o trabalho final do curso, intitulada “Consumo e beleza feminina a partir das propagandas da Revista *O Cruzeiro*”. Esse trabalho teve como objetivo analisar a representação feminina a partir dos anúncios e propagandas referentes à beleza, higiene, cosméticos e utensílios para o público feminino.

Na minha trajetória como professora, e ainda no período da graduação, ministrei aulas de História, Artes, Educação Cidadã e Ensino Religioso em uma escola municipal, no bairro do Ligeiro, Queimadas-PB. Nos anos de 2018 e 2019, ministrei aula de Geografia na cidade de Barra de São Miguel-PB. Nos anos de 2020 a 2022, ministrei aulas de Geografia e Arte para alunos de 6º a 9º ano em uma escola particular da cidade de Queimadas-PB, unidade escolar onde continuo atuando como professora de Geografia com as turmas de 6º ao 9º ano.

Ao participar do processo seletivo de alunos regulares para o Programa de Pós-Graduação em Estudos de História Local – Sociedade, Educação e Cultura, da Universidade Estadual da Paraíba – Nível Especialização, no período de 2019 a 2020, já com certa maturidade para leitura historiográfica e com o objeto de pesquisa definido para trabalhos futuros, tive condições de construir conhecimento no transcorrer do curso e oportunidades até então não experienciadas, a exemplo de leitura e trabalhos – como produção de artigos –, assunção de diferentes componentes curriculares e integração ao Núcleo de Pesquisa e Extensão em História da Paraíba (NUPEHP).

Na pós-graduação em História Local, é que tive um contato maior com a História da Educação, por meio da disciplina História da Educação, ministrada pelo professor Luiz Carlos dos Santos. A partir dessa experiência, desenvolvemos a pesquisa na área da História da Educação, aprofundando os estudos para desenvolver o trabalho final intitulado “A educação

feminina e a representação dos perfis normalistas nos periódicos paraibanos: dos relatos às imagens”; sob a orientação do professor Doutor Flávio Carreiro de Santana, que me acompanhou desde a graduação.

O ingresso no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em 2021, aconteceu no período da pandemia da Covid-19 no Brasil, quando todas as atividades comerciais, educacionais, sociais foram impactadas pelas restrições físicas, por esse motivo tive que cursar o Mestrado todo a distância, tornando-se mais um desafio, além das dificuldades e o medo causado pelo contexto e resultados da pandemia. Por meio das plataformas digitais, as aulas do Mestrado foram ministradas regularmente, obedecendo a todas as normas de segurança, ofertando as condições necessárias para garantir o acesso a todos que tivessem condições de obter e manusear equipamentos e instalar internet.

Interessei-me pelos anúncios sobre educação no período de transição entre o Império e a República. Assim, o presente trabalho insere-se no âmbito da História da Educação, pois se trata de uma pesquisa que visa contribuir com informações sobre os anúncios publicados na *Gazeta da Parahyba*, jornal em circulação entre os anos 1888 e 1890. Cumpre ainda dizer que esta pesquisa não está restrita ao esforço de compreender como os anúncios estavam apresentados nos jornais do século XIX.

Em torno das pesquisas realizadas por outros estudiosos sob a orientação da professora Fabiana Sena da Silva, já há outras produções concluídas em dissertações de Mestrado, que mapeiam os jornais e pesquisas sobre anúncios relacionados à educação, consolidando linhas de pesquisa de grande contribuição para a História da Educação, a partir das fontes primárias representadas pelos jornais do Oitocentos. A título de exemplos, menciono os seguintes trabalhos: as dissertações de Mestrado de Jisaline Fagundes Rodrigues – *Jornal O Cearense: anúncios de livros de instrução e educação 1846 a 1856* –, defendida em 2022, e de Camila Almeida de Araújo – *Ofertam-se serviços: anúncios de ofertas de serviço de professores no jornal O Publicador 1864-1885* –, defendida em 2015.

Referente ao universo do trabalho docente, podemos citar alguns trabalhos que utilizaram a temática “anúncio” em seu campo de pesquisa. Entre eles, a dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ, em 2008, “Ordem no ensino: a inspeção de professores primários na capital do Império brasileiro (1854-1865)”, de Angélica Borges; “Os gêneros: anúncio publicitário e anúncio de propaganda: uma proposta de ensino ancorada na análise de discurso crítica”, de Caroline Costa Silva, dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação, Mestrado Profissional em Letras, da Universidade Federal de Uberlândia, em 2015.

Na esteira de uma perspectiva de análise dos jornais do século XIX como fonte, em solo paraibano, especificamente, citamos algumas pesquisas desenvolvidas pela professora Fabiana Sena da Silva, entre elas, podemos citar: A educação na imprensa da Paraíba, entre a transição do Império e da República 1884-1894 (2021 – FAPESQ/PB)¹; Mulheres e educação no século XIX: artefatos e sensibilidade (2021 – CNPq); A circulação de livros de instrução e educação nos jornais da Paraíba no século XIX (2019 – CNPq/UFPB); Sociedade de correspondência e a instrução pública nos jornais do Nordeste no Império (2013-2016 - CNPq); Notícias sobre educação e instrução pública no Império: o modo epistolar nos jornais do Rio de Janeiro e da Paraíba (2012-2014 CNPq); A epístola como veículo das ideias e modelos educativos nos jornais paraibanos oitocentistas (2010-2012 - CNPq); O jornal como fonte para a história da literatura do oitocentos: a escrita epistolar (2008-2012 - CNPq).

Ao reconhecer a importância de estar num novo lugar institucional, que tem acesso a fontes primárias e compreende os jornais como fontes representativas para contar a história da educação no Brasil do século XIX, nossa dissertação insere-se nesse caminho da pesquisa histórica, apresentada pela História Cultural, e se fundamenta metodologicamente em suas premissas, seguindo os rastros e percursos apontados por Chartier (2014), na importância dada às práticas e à materialidade dos textos.

Para o desenvolvimento da pesquisa, aponto como problema de pesquisa: Como os anúncios publicados no jornal *Gazeta da Parahyba* sobre educação se configuravam nos anos de 1888 a 1889? A partir dessa questão, outras foram emergindo: O que diz a Historiografia Paraibana a respeito dos anúncios no Oitocentos? Qual a importância dos anúncios sobre educação no referido jornal? O que eles revelam no período do estudo?

A pesquisa tem como objetivo analisar a representação dos anúncios sobre educação, publicados no jornal *Gazeta da Parahyba* no período de 1888 a 1890. O objetivo geral desmembra-se nos seguintes objetivos específicos: investigar e analisar as estruturas e significados dos anúncios publicados no jornal *Gazeta da Parahyba*, relacionados à temática da educação; verificar como os anúncios apontam para o contexto que os envolvem; identificar os conteúdos envolvidos à oferta de serviços relacionados à educação jornal *Gazeta da Parahyba*.

Na busca de atender aos objetivos apontados acima, recorreremos aos periódicos paraibanos do século XIX, digitalizados e disponíveis no site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, dos quais, após mapeados, escolhemos como recorte o jornal *Gazeta da*

¹ Esta dissertação é resultado dessa pesquisa.

Parahyba em circulação entre os anos de 1888 a 1890. Entre alguns dos motivos para a escolha do periódico, destacamos o fato de o jornal ter anúncios relacionados à educação. A relevância dessa pesquisa tem como base contribuir com a história da educação, a partir da representação dos anúncios relacionados à educação na Paraíba no século XIX, publicados no jornal *Gazeta da Parahyba*.

Por ocasião das leituras a respeito da história da imprensa na Paraíba, outra razão apresentou-se para a escolha da *Gazeta da Parahyba* como objeto de estudo: a difundida opinião de que era um jornal moderno e de destaque em seu tempo, conforme indicaram os estudos de Alcides Bezerra (1922), José Leal (1962), Eduardo Martins (1976; 1978), Fátima Araújo (1983; 1986) e José Octávio de Arruda Melo (2011). Além de ter sido considerado em sua época um dos mais importantes do Estado.

O maior acervo de exemplares da *Gazeta da Parahyba* encontra-se digitalizado na Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Das 627 edições que existiram, sobreviveram 508, quase todas em bom estado de leitura, apesar de, em muitos exemplares, as partes laterais estarem cortadas e algumas poucas edições estarem incompletas. Entre as edições em falta, estão os quatro primeiros números e as cinco últimas edições. Dois períodos específicos também não contam com edições sobreviventes: os números 193 a 253 e 286 a 315, além de outras edições esparsas.

O acervo total da Biblioteca Nacional (BN) é de relevância impressionante, e a seleção para a digitalização precisou considerar diversos fatores, como o valor e a importância históricos, a raridade, “assim como a relevância de coleções”, a demanda dos usuários, itens de efemérides, fragilizados etc. Atualmente, a BN Digital conta com 2.078.154 documentos digitalizados para livre acesso, sem contar os periódicos (BRASIL; NASCIMENTO, 2020).

Temos acesso à Hemeroteca Digital Brasileira (HDB), parte da BN Digital, um repositório de jornais, revistas, almanaques, anuários, boletins com conexão livre à internet por meio de qualquer equipamento. Nela, encontramos desde as primeiras publicações da imprensa brasileira no início do século XIX até os jornais impressos extintos do século XX. Além de ser livre e gratuita, com acesso de qualquer lugar do mundo, o diferencial da HDB é sua ferramenta de busca, avançada e bastante eficaz (BRASIL; NASCIMENTO, 2020).

A própria profusão de anúncios neste periódico exigiu, inclusive, mais um filtro metodológico para o exercício da nossa análise, a saber: a escolha de quais anúncios seria mais detidamente observada. O fato de ser um jornal diário e com uma significativa duração para a realidade de seu tempo – dois anos e dois meses, entre os anos de 1888 e 1890, de forma diária e ininterrupta – também contribuiu para a escolha do periódico como objeto de estudo bem

como nos permitiu um estudo detalhado em relação ao nosso recorte temporal.

A acessibilidade às fontes primárias, em sua maioria, com boas condições para a análise, somada ao número de exemplares disponível no site da Hemeroteca da Biblioteca Nacional, complementaram as justificativas para a escolha da *Gazeta* como foco de pesquisa e comprovação da presença de anúncios relacionados à educação do período oitocentista na Paraíba.

O período de circulação do jornal entre 1888 e 1890 inseria-se, por sua vez, em uma época com eventos históricos decisivos para o Brasil: a promulgação da Lei Áurea, abolindo a escravidão em 13 de maio de 1888, e a passagem do regime monárquico para o republicano com a proclamação da República em 15 de novembro de 1889. Apesar do valor histórico dos eventos citados, eles foram tratados com certa naturalidade nos escritos da *Gazeta da Parahyba*, que segundo o historiador Horácio de Almeida:

A República chegou à Paraíba sem ter quem a recebesse. Os cavalheiros mais credenciados para festejar o acontecimento acolheram a notícia com incredulidade. Mais que isto, com indiferença. Nem mesmo curiosidade pública despertou, segundo o testemunho de um ilustre paraibano, que teve parte na implantação do novo regime. (ALMEIDA, 1978, p. 207)

Diante disso, o primeiro capítulo intitulado “A imprensa como fonte: uma abordagem histórica” trata das considerações sobre os nossos pressupostos teóricos, com abordagens acerca da História Cultural e sua presença no Brasil”, abordando sobre a imprensa, seja ela pedagógica ou não, como fonte para a escrita da História da Educação. Nessa perspectiva, apresentamos um percurso acerca da imprensa paraibana e um breve histórico das transformações da estrutura do anúncio. Buscaremos ressaltar como a imprensa escrita nos possibilita a compreensão de facetas da sociedade e da cultura de um determinado período e lugar bem como destacar o contexto histórico em que a imprensa paraibana estava inserida.

Gazeta da Parahyba: história e características de um jornal ‘moderno’” é o segundo capítulo, de modo que essa seção se voltou para a apresentação desse jornal, suas características, história e a trajetória de seus redatores. Caracterizamo-lo como um órgão monarquista, periódico de feições modernas, com destacando-se sua estrutura e a tiragem de significativo número de exemplares, sobretudo por ser um jornal diário.

O capítulo seguinte, intitulado “Os anúncios sobre educação na *Gazeta da Parahyba*”, constituiu-se na descrição dos anúncios, partindo das várias temáticas e categorias, buscando atender à perspectiva do conteúdo educacional. Buscamos associar os tipos de anúncio que foram publicados, as categorias, quais tipos de anúncios foram mais divulgados, o espaço aos

quais eram destinados, o formato da escrita e para quem o anúncio foi elaborado.

Esta pesquisa buscou contribuir para o reconhecimento das práticas e atividades relacionadas à educação na Paraíba oitocentista, desenvolvida pelas instituições de ensino públicas e privadas, e como essas práticas estavam representadas nos anúncios dos jornais no período de transição do Império para a República.

2 A IMPRENSA COMO FONTE: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA

Compreendemos que os resultados de uma pesquisa histórica são afetados, comprometidos, pelas fontes encontradas, escolhidas e posteriormente utilizadas durante o processo de estudo. Indo além: eles são produtos das perguntas e interpretações feitas pelo pesquisador diante das fontes eleitas. Com isso não queremos delegar às fontes um papel determinante e exclusivo na realização de pesquisas históricas, atribuindo ao pesquisador a mera função de leitor. O que queremos é assinalar que o trabalho do pesquisador consiste em selecionar cuidadosamente as fontes disponíveis, interpretá-las, cruzá-las, examiná-las cuidadosamente à luz do que se tem historicamente produzido acerca do tema pesquisado, para, por fim, encontrar algumas respostas às suas perguntas. Sabendo que não podemos “voltar” literalmente ao passado, porém as fontes nos trarão as pistas para desvendar o tema pesquisado.

Visto isso, claro fica que a pesquisa histórica não consiste em uma ciência impessoal, exata e isenta. Pelo contrário, a pessoa do autor transparece desde a seleção das fontes a serem investigadas até a interpretação que faz delas. O pesquisador se faz presente nas entrelinhas de seu texto, nas escolhas feitas durante o trabalho, nos caminhos escolhidos em detrimento de outros. Cabe a ele o compromisso não com a verdade absoluta dos fatos – termo complicado de se atribuir às pesquisas históricas –, mas com a seriedade do trabalho acadêmico e com o estabelecimento de critérios científicos. Toda pesquisa histórica é também interpretação e política.

Neste primeiro capítulo, abordou-se a fonte escolhida para esta pesquisa: a imprensa escrita em formato de jornal, de periódico, a imprensa não pedagógica. Neste sentido, o uso da imprensa como fonte histórica se justifica por meio do detalhamento de abordagens e pressupostos teóricos que acompanham pesquisas históricas. Ainda nesse movimento, faz-se necessário tratar de um breve panorama das pesquisas sobre história da educação por intermédio da imprensa no Brasil, com a intenção de validar as opções feitas em nosso trabalho.

2.1 Abordagens e significados: pressupostos teóricos

A análise dos processos educativos de uma sociedade passa pelo estudo de sua história, uma vez que são práticas determinadas por seu contexto histórico, social, econômico, político e cultural. A educação de um povo não pode ser entendida sem que se volte às suas raízes, a seu passado, quando se busca compreender como as práticas atuais se consolidaram, o que inclui observar e analisar mudanças e permanências sofridas nos processos educacionais em

diferentes espaços e tempos. Partilhamos da compreensão de que:

[...] ação da mão sobre papéis, sobre telas, sobre pedras e onde mais for possível deixar traços, a escrita registra, inventa e conserva sempre mais ou menos, ao contar, muitos atos da experiência humana. Como ferramenta de uso social, a escrita pode salvar do esquecimento ao fixar no tempo vestígios de passados e, assim, escrever se constitui em uma forma de produção de memória e, por conseguinte, em instrumento de construção do passado. O historiador Roger Chartier lembra que, por meio da escrita, em seus vários suportes, são fixados os “traços do passado, a lembrança dos mortos, ou a glória dos vivos”. (CUNHA, 2015, p. 251).

Abordar um tema de pesquisa na História da Educação exige um movimento de sua problematização diante da fonte, ou das fontes, para alcançar respostas que serão analisadas e confrontadas com os aspectos teóricos que sustentam a pesquisa. No caso desta pesquisa, julgamos importante percorrer um caminho que apresente e indague a fonte – no caso a imprensa não pedagógica –, no interior dos pressupostos teóricos, para a história cultural. Trata-se de pressupostos que fazem parte de um debate de paradigmas da História, razão por que é conveniente situá-los com o propósito não de detalhá-los com mais precisão, mas dentro das exigências que possibilitem sua compreensão. Sobre a escolha de referencial teórico, concordamos com Burke (2008, p. 163), não defendendo puramente que:

[...] a história cultural seja a melhor forma de história. É simplesmente uma parte necessária do empreendimento histórico coletivo. Como suas vizinhas – história econômica, política, intelectual, social e assim por diante –, essa abordagem ao passado dá uma contribuição indispensável à nossa visão da história como um todo, “história total”, como dizem os franceses.

De acordo com os pesquisadores franceses Bourdieu e Martin (1983), com o surgimento da Escola dos Annales e, posteriormente, com o advento da História Nova, surgem diversas possibilidades de trabalho com fontes não oficiais que até então não eram consideradas no trabalho do historiador. Estas escolas históricas, datadas, respectivamente, de 1930 e 1978, em suma apresentam métodos que consideram a extraordinária complexidade dos fenômenos sociais e as múltiplas interrelações entre os diferentes níveis da realidade, aproximando a História de outras ciências humanas, na tentativa de uma história total, que aborde todos os aspectos das atividades humanas.

Pesquisadores integrantes dessas escolas buscam a compreensão dos grandes espaços e das grandes massas históricas – como a cartografia histórica, a demografia histórica –, numa percepção global da matéria histórica, em base espacial mais restrita, no âmbito de estudos

regionais, considerando outra via da história global: um fato social particular que remete para o conjunto de um sistema e que dele revela as estruturas profundas. Fizeram, ainda, uso de uma multiplicidade de fontes, louvando a releitura de fontes conhecidas, de preferência a leitura de novos documentos. Pode-se afirmar também uma via muito promissora, assim como o poder raciocinar na e sobre a ausência de qualquer documento:

A nova história dá provas de um grande engenho para inventar, reinventar ou reciclar fontes históricas até aí adormecidas ou consideradas como definitivamente esgotadas. Baseia-se, diz-nos Jacques Le Goff, “numa multiplicidade de documentos: escritos de toda a espécie, documentos figurados, produtos das buscas arqueológicas, documentos orais, etc... Uma estatística, uma curva dos preços, uma fotografia, um filme, ou em relação a um passado mais distante(sic) pólen fóssil, uma ferramenta, um ex-voto, são, para a história nova, documentos de primeira ordem”. (BOURDÉ; MARTIN, 1983, p. 149).

Há, portanto, uma multiplicação das fontes com as quais o historiador pode trabalhar, sempre com a ressalva de que não importa tanto o número de fontes que pode nos oferecer resultados, mas sim a forma com a qual indagamos os documentos, como nos alertou Bourdé e Martin (1983). Embora as fontes sejam múltiplas, faz-se necessário que o trato com elas e a interpretação que delas se faz desvinculem-se dos métodos de tratamento tradicionais, superficiais, apressados, decompostos e avancem para um trabalho de análise das coerências mais profundas e fundamentadas.

Para Luca (2015), a tradição dominante durante o século XIX e início do século XX requeria do historiador neutralidade, objetividade e distanciamento das fontes, exigências que enquadravam o jornal como fonte pouco adequada para a produção da História (sobretudo os periódicos não oficiais), dadas as suas relações com paixões e interesses partidários. Segundo a autora, essa concepção é criticada pela Escola dos Annales, na década de 1930, mas isso não garantiu o reconhecimento imediato das “potencialidades da imprensa” (LUCA, 2015, p. 112).

A partir das décadas finais do século XX, conforme Luca (2015), os historiadores franceses herdeiros da Escola dos Annales propuseram novos objetos, problemas e abordagens que permitiram um alargamento do campo de interesses dos pesquisadores, o que contribuiu para a ampliação temática. Somando-se a isso o abandono da ortodoxia economicista (proveniente da renovação do marxismo) e a importância atribuída aos elementos culturais, o que testemunhamos é a possibilidade de escrita da história de grupos e camadas sociais antes ignorados e a expansão das fontes às quais o pesquisador pode recorrer. Nessa mesma discussão, os novos objetos, problemas e abordagens propostos promoveram mudanças também

no trato documental:

Como assinalou o historiador Antoine Prost(sic), alterou-se o modo de inquirir os textos, que “interessará(sic) menos pelo que eles dizem do que pela maneira como dizem, pelos termos que utilizam, pelos campos semânticos que traçam” e, poderíamos completar, também pelo interdito, pelas zonas de silêncio que estabelecem. (LUCA, 2015, p. 114).

Por meio desse contexto, nos anos 1970 a história cultural é redescoberta como uma tentativa de estudar o passado, considerando algo que os historiadores anteriores não abordavam, no caso, a cultura. Para Peter Burke (2008, p. 8), o historiador cultural “[...] abarca artes do passado que outros historiadores não conseguem alcançar”. Considera ainda que a história cultural já era praticada na Alemanha há mais de duzentos anos e divide as fases pelas quais ela passou em: fase “clássica”; fase da “história social da arte” (a partir de 1930); fase da história da cultura popular (década de 1960) e a “nova história cultural”.

No período que corresponde à fase clássica da história cultural, Burke pontua que os historiadores culturais buscavam compreender o espírito de uma época, os seus padrões de cultura. Preocupados em perceber as conexões entre diferentes artes, esses estudiosos concentravam-se no todo muito mais que nas partes. Era uma história tida como marginal, amadora, descartada por muitos pesquisadores, “[...] já que não era baseada em documentos oficiais dos arquivos e não ajudava na tarefa de construção do Estado” (PETER BURKE, 2008, p. 17).

Caminhando pela “história da história cultural”, de acordo com o mesmo autor, muitos acadêmicos como Max Weber, Norbert Elias e Aby Warburg, não diretamente ligados à área da história, contribuíram para o movimento da história cultural. Também contribuiu para esse movimento o estudo da cultura popular, como na Alemanha, no final do século XVIII, quando intelectuais da classe média se debruçaram em analisar danças, artes e ofícios, canções e contos populares. Essa história da cultura popular é retomada por historiadores na década de 1960, período em que “as contribuições de historiadores franceses, associados à inovadora publicação *Annales*, passaram a convergir com as de seus colegas de outros países”, como afirmou Burke (2008, p. 31). Em sua obra, Burke (2008, p. 33) aponta também os problemas enfrentados pela história cultural.

A tentação a que o historiador cultural não deve sucumbir é a de tratar os textos e as imagens de um certo período como espelhos, reflexos não problemáticos de seu tempo. [...] Como seus colegas de história política ou econômica, os historiadores culturais têm de praticar a crítica das fontes, perguntar por que

um dado texto ou imagem veio a existir, e se, por exemplo, seu propósito era convencer o público a realizar alguma ação.

Esse mesmo autor diz que, além de investigar criticamente as fontes, duvidando, inquirindo-as, o historiador cultural deve cuidar para não ignorar os conflitos existentes no contexto pesquisado, nem superestimar a homogeneidade cultural. As relações humanas são entrelaçadas por jogos de poder, disputas por lugares, visto que dentro de uma mesma sociedade coexistem “culturas” diferentes e até mesmo apreensões distintas de um mesmo aspecto cultural. É de fundamental importância que o pesquisador observe estas questões e esteja atento no trato com as fontes.

Nas décadas de 1970 e 1980, com o encontro entre historiadores e antropólogos a história cultural sofreu inovações significativas provenientes de diversas fontes. No final da década de 1980, passou a ser utilizada a expressão “nova história cultural”. Segundo Burke (2008, p. 68), é “a forma dominante de história cultural – alguns até mesmo diriam a forma dominante de história – praticada hoje”. Como distinções, ou marcas, dessa nova fase, o autor cita o foco em mentalidades, suposições e sentimentos – e não em ideias ou sistemas de pensamento, como faz a história intelectual –, no deslocamento da abordagem em relação à história social e na preocupação com a teoria.

Para Bourdieu e Martin (1983), trata-se da “história-problema”. É obra de um historiador analista, que, para responder a uma pergunta feita ao passado, constitui um *corpus* documental de várias naturezas, visando avaliar e, dessa maneira, constituir seu objeto de análise. Para tanto, recorre a uma lista extensa de ciências auxiliares.

Como o físico ou o naturalista, o historiador deve proceder architectando hipóteses, que submete em seguida à verificação e que rectifica conseqüentemente. Porque não há facto histórico em si que bastaria extrair dos documentos e ligar a outros factos para constituir uma série cronológica “natural”, mas há “inventado e fabricado, com o auxílio de hipóteses e de conjecturas, por um trabalho delicado e apaixonante”, para retomar uma surata de Lucien Febvre. (BOURDÉ; MARTIN, 1983, p. 142).

Segundo Chartier *apud* Burke (2008), os dois elementos característicos da nova história cultural são as representações e as práticas, aspectos com os quais se preocuparam os historiadores culturais, influenciados por quatro teóricos: Mikhail Bakhtin, Norbert Elias, Michel Foucault e Pierre Bourdieu. Vale ressaltar que Burke (2008) considera “práticas” como um dos paradigmas da nova história cultural e cita, como exemplo, a história das práticas religiosas, da fala, das viagens, das coleções, da leitura. Por representações, o autor traz a

provocação de Foucault sobre os historiadores que apresentavam uma ideia empobrecida do real, não abrindo lugar para o que é imaginado.

A partir disso, historiadores têm contribuído para o estudo de formas de representação, sejam elas literárias, visuais ou mentais, como a história das representações do trabalho, da mulher, do “outro”, da estrutura social, da memória – uma “forma de nova história cultural que atualmente passa por um surto de expansão” (BURKE, 2008, p. 88). Sobre o termo “representações”, para a Nova História Cultural (NHC), cabe aqui mencionar uma inquietação do referido autor:

Já se mencionou antes que as soluções para os problemas às vezes geram novos problemas. Tome-se a ideia de “representação”, por exemplo, um conceito central da NHC. Ela parece significar que imagens e textos simplesmente refletem ou imitam a realidade social. No entanto, vários praticantes da NHC há muito se sentem desconfortáveis com essa implicação. Em decorrência, tornou-se comum pensar e falar em “construção” ou “produção” da realidade (de conhecimento, territórios, classes sociais, doenças, tempo, identidade e assim por diante) por meio de representações. (BURKE, 2008, p. 99).

Compartilhamos desse entendimento e o reafirmaremos ao discutir especificamente as fontes históricas, entendendo que as fontes não são espelhos reais de seu tempo, mas construções de significados, cabendo ao historiador interpretá-las. Ainda sobre a nova história cultural, Burke (2008) também revela que, mais que inovações em relação ao método, muitos novos temas foram explorados com a ajuda de novos conceitos, como é o caso da história do corpo e da cultura material, sem desconsiderar, é claro, as continuidades em relação a estudos anteriores.

Em relação à presença da história cultural na historiografia brasileira, faz-se necessário mencionar o estudo de Souza (2014), no qual a autora delinea um painel geral da produção historiográfica sobre a cultura no Brasil colonial. Acerca desse objetivo, ela não traz um conceito fechado do termo cultura, mas alega partir da mesma definição de Carlo Ginzburg, quando afirma que cultura é uma jaula flexível, ou ainda, uma teia de significados.

De início, Souza (2014) analisa o início do século XX (1907-1936), com as produções de grandes historiadores, a saber: *Capítulos de História Colonial*, de Capistrano de Abreu; *Retrato do Brasil*, de Paulo Prado, e *Vida e morte do bandeirante*, de José de Alcântara Machado de Oliveira. Segundo a autora, o marco que inaugura os estudos culturais no Brasil é, no entanto, *Casa-grande & Senzala*, de Gilberto Freyre. Críticas à parte, afirma que Freyre dignificou a diversidade de fontes, como os “[...] anúncios de jornais, os diários e a

correspondência familiar, os escritos de viajantes estrangeiros, os livros de receitas, as fotografias, as cantigas de roda e toda a tradição oral” (SOUZA, 2014, p. 20), inovando também no método, ainda que caibam ressalvas quanto ao encobrimento de contradições e incoerências em sua obra.

Se Gilberto Freyre foi um dos pioneiros da história cultural brasileira, Sérgio Buarque de Holanda é, para Souza (2014), quem marca o início de uma história cultural com maturidade e rigor no Brasil, por meio da obra *Raízes do Brasil*. A autora elogia o rigor metodológico adequado com que o escritor trata os objetos e a segurança com que maneja os conceitos. Comparando Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre, Souza destaca a inserção do Brasil em um movimento que ganhava campo em nível mundial:

A vida material, as mentalidades, o imaginário foram objetos que se impuseram a um e aos outros na mesma época, e certamente em decorrência das leituras semelhantes que todos faziam então, combinando história, sociologia e antropologia. Gilberto Freyre foi um precursor da moderna história das mentalidades e da nova história cultural; Sérgio foi um dos seus criadores, e o fez simultaneamente aos franceses, mesmo que os autores a guiarem-no tenham sido diferentes. (SOUZA, 2014, p. 23-24).

Assim sendo, Souza (2014) considera que com Sérgio Buarque de Holanda a história cultural no Brasil começa a ganhar maturidade e rigor, destacando as produções recentes com essa temática, pelo cada vez maior rigor teórico e metodológico.

As obras de Sérgio Buarque de Holanda [...] constituem, a meu ver, a própria criação de uma história da cultura no Brasil. Antes dele, alguns momentos brilhantes de autores como Capistrano de Abreu e José de Alcântara Machado e Oliveira atestam a preocupação com o papel da cultura material na formação social brasileira. Gilberto Freyre, precursor em tantos sentidos, inaugura temas, renova o uso de fontes e inicia a análise da cultura numa perspectiva fortemente influenciada pela história, sem, contudo, conseguir, no enfoque e no método, suplantar certa superposição entre esta disciplina e a antropologia. Com Sérgio, o conceito de cultura procura abarcar uma gama significativamente maior de espaços, dando nova inteligibilidade ao processo histórico: a vida material, o cotidiano, as mentalidades, as práticas e usos populares e também as mais altas manifestações do espírito humano se combinam e se relacionam dialeticamente com a sociedade. A história da cultura concebida por Sérgio Buarque de Holanda entre os anos 40 e 50 não difere muito da história cultural praticada hoje, ressaltando-se evidentemente o maior rigor e cuidado que o conceito de cultura tem recebido. (SOUZA, 2014, p. 29).

Possibilita-se assim verificar que as produções da história da cultura ou história cultural no Brasil, tomando as particularidades dos períodos, não são recentes, fato que refuta críticas

sustentadas pela ideia de modismo, assim como sobre as perspectivas de fragilidade dos conceitos em que essa corrente historiográfica se apoia. É necessário ressaltar que, para a história da educação, esta perspectiva teórica possibilita renovação, ampliação das fontes e de temas. Consequentemente, documentos não oficiais, como imprensa, fotografia, diários, literatura e vários outros registros, permitem interpretar dados sobre a educação de determinado período, alargando o campo de pesquisa para o historiador da educação. No caso desta pesquisa, os anúncios constituem a fonte principal.

2.2 A imprensa para a escrita da História da Educação

A ampliação de fontes para a escrita da história, proporcionada pelos debates e escolas citadas, proporcionou a produção de temas e objetos nas distintas periodizações e especificidades da historiografia. Esse movimento alcançou, igualmente, o campo da história da educação, ampliando, em meio a fontes escritas, iconográficas, orais, materiais e outras, significativamente, sobretudo nas duas últimas décadas, o número de produções sobre distintos campos educacionais, sejam estes formais ou informais. Documentos que anteriormente pareciam não oferecer dados, que estavam no esquecimento, foram vistos de outras formas.

Dentre esses documentos, podemos citar publicações impressas informativas com distintos objetivos, que chamamos de imprensa escrita. Trata-se de jornais, revistas, folhetos, almanaques, publicados temporariamente e sequencialmente para públicos diversos: pais, alunos, público em geral, mulheres, crianças etc. Esses materiais, tomando-se a devida proporção de cuidados, indicam aspectos da educação, ou instrução, em tempos e lugares variados. A imprensa escrita nos possibilita também a compreensão de facetas da sociedade e da cultura de um determinado período e lugar que, partindo do entendimento da educação como processo social, nos permitem decifrar aspectos educacionais daquele momento histórico.

Em relação a esses materiais impressos, temos alguns que são específicos para o campo educacional. É o que chamamos de imprensa pedagógica. Refere-se a publicações destinadas às questões educacionais, periódicos que abordam temas como trabalho docente, práticas de ensino, leis e políticas governamentais, temas do cotidiano escolar relacionados às condições materiais, assiduidade, métodos, além de críticas e ou defesas de assuntos educacionais diversos. Sobre o alcance do estudo da imprensa pedagógica, Catani afirma:

De fato, as revistas especializadas em educação no Brasil e em outros países, de modo geral, constituem uma instância privilegiada para a apreensão dos

modos de funcionamento do campo educacional enquanto fazem circular informações sobre o trabalho pedagógico e o aperfeiçoamento das práticas docentes, o ensino específico das disciplinas, a organização dos sistemas, as reivindicações da categoria do magistério e outros temas que emergem do espaço profissional. Por outro lado, acompanhar o aparecimento e o ciclo de vida dessas revistas permite conhecer as lutas por legitimidade, que se travam no campo educacional. É possível analisar a participação dos agentes produtores do periódico na organização do sistema de ensino e na elaboração dos discursos que visam a instaurar as práticas exemplares. (CATANI *apud* CARVALHO; INÁCIO FILHO, 2007, p. 54).

Nóvoa (2002) afirma que a imprensa pedagógica é uma fonte essencial para a história da educação, pois possibilita visualizar a articulação entre teoria e prática, entre as diretrizes emanadas do Estado e as práticas da sala de aula. A imprensa também se caracteriza como corpus documental fecundo para a pesquisa histórica educacional no sentido de carregar tanto as aspirações para o futuro quanto as constatações de problemas e situações do presente. É o lugar onde um grupo se afirma e põe em julgamento, seja do público ou de outros impressos, suas posições sobre a educação de um período. Com isso, cabe ao pesquisador ir além da reconstrução das ideias dos pensadores do passado e questioná-las, compreendendo o papel ocupado como discursos de poder.

Outro argumento a favor do uso da imprensa pedagógica como fonte para a escrita da história da educação é o da diversidade de atores nela presentes. Para Nóvoa (2002), é possível encontrar, no impresso, pais, professores, alunos, políticos, comunidade, inspetores educacionais, pluralidade que contribui para uma visão sistêmica da educação de um período. As questões principais de uma determinada época são percebidas nas páginas da imprensa pedagógica, geralmente sob vários olhares.

São as características próprias da imprensa (a proximidade em relação ao acontecimento, o caráter fugaz e polêmico, a vontade de intervir na realidade) que lhe conferem este estatuto único e insubstituível como fonte para o estudo histórico e sociológico da educação e da pedagogia. (NÓVOA, 2002, p. 31).

Reiterando as justificativas para o uso da imprensa pedagógica como fonte para a pesquisa em História da Educação, Carvalho, Araújo e Gonçalves Neto (2002, p. 72) assim afirmam:

[...] a imprensa, ligada à educação, constitui-se em um “corpus documental” de inúmeras dimensões, pois consolida-se como testemunho de métodos e concepções pedagógicas de um determinado período.(sic) Como também da própria ideologia moral, política e social, possibilitando aos historiadores da educação análises mais ricas a respeito dos discursos educacionais, revelando-

nos, ainda, em que medida eles eram recebidos e debatidos na esfera pública, ou seja, qual era a sua ressonância no contexto social.

No Brasil, esse tipo de material surgiu na segunda metade do século XIX, em especial nas duas últimas décadas dos Oitocentos. A imprensa não pedagógica, seja oficial ou não, constitui-se em rica fonte para a produção de pesquisas da área, pelo estilo de escrita, de origem, direcionamentos, tempo e lugar. É o caso dos jornais, que também podem ser válidos para a compreensão dos processos educativos, sobretudo na ausência da imprensa especificamente educacional. Em relação ao surgimento dos periódicos, Sena (2015, p. 7) cita:

No Brasil, a imprensa periódica surgiu há um pouco mais de duzentos anos. Ao longo desse tempo, nas páginas dos mais diversos jornais e revistas, foi revelada (e ainda é) uma tradição da escrita jornalística – a de se centrar no presente, no cotidiano. Ao buscar os flagrantes dos fatos, os periódicos apresentam um modo de narrar próprio que molda os acontecimentos, em que a palavra escrita, controlada pelas figuras do redator e do editor, estabelecia o que poderia circular, considerando suas filiações partidárias ou não. De sua origem até os dias atuais, a função da imprensa é de divulgar notícias que podem ser entendidas, de um modo geral, como relatos sobre os acontecimentos transmitidos por determinados veículos de comunicação.

Para Bastos (2002, p. 151-152), “a partir da necessidade de informar sobre fatos, opiniões e acontecimentos, a imprensa procura engendrar uma mentalidade – uma certa maneira de ver – no seu destinatário, constituindo um público-leitor”. E é necessariamente essa função de mediador cultural e ideológico ocupada pela imprensa na sociedade que faz dela uma importante fonte para a história da educação. De acordo com Luca (2015), até 1970, no Brasil, as pesquisas históricas que utilizavam a imprensa como fonte ainda eram poucas. A partir das renovações no campo dos estudos históricos (conforme explicitado anteriormente),

[...] já não se questionava o uso dos jornais por sua falta de objetividade – atributo que, de fato, nenhum vestígio do passado pode ostentar –, antes se pretendia alertar para o uso instrumental e ingênuo que tomava os periódicos como meros receptáculos de informações a serem selecionadas, extraídas e utilizadas ao bel prazer do pesquisador. (LUCA, 2015, p. 116).

A autora aponta também para a mudança de destaque sofrida pela imprensa como fonte histórica ainda na década de 1970, quando o próprio jornal se tornou objeto da pesquisa histórica. Para corroborar sua afirmação, apresenta uma série de trabalhos cujos objetos de estudo eram os periódicos, em seus mais variados enfoques: história do movimento operário; das revistas; a relação entre imprensa e literatura; e questões sobre gênero, infância, política e

censura.

Para o trabalho com a imprensa como fonte de pesquisa, Luca (2015, p. 132) orienta que o primeiro aspecto a ser destacado deve ser a materialidade do impresso: “Historicizar a fonte requer ter em conta, portanto, as condições técnicas de produção vigentes e a averiguação, dentre tudo (sic) que se dispunha, do que foi escolhido e por quê”. Além disso, a pesquisadora sugere a análise de vários aspectos que acompanham os periódicos: as imagens, a relação que manteve (ou não) com o mercado, a publicidade, o público a que se destinava, a análise do discurso utilizado, a identificação cuidadosa do grupo responsável pela linha editorial, a escolha dos títulos e as fontes de informação.

Nesse mesmo sentido também de nortear a pesquisa histórica, Nóvoa (2002) apresenta múltiplas perspectivas de se interrogar a imprensa. O autor sugere a análise do significado que esta assume ao longo dos séculos XIX e XX como difusora de ideias e esclarecimento da população e a forma de sua utilização pelos diversos atores educativos (professores, associações, instituições oficiais etc.). Orienta que se considere ainda a pluralidade de objetivos percebidos nas próprias páginas do impresso (profissionais, informativos, doutrinários, etc.). Assim como afirma Nóvoa (2002) sobre o papel que o jornal ocupa no seio da sociedade, sobretudo no século XIX, Faria Filho (2016, p. 134) assinala que, no Brasil

[...] como em outros lugares do mundo, o jornal foi visto como uma importante estratégia de construção de consensos, de propaganda política e religiosa, de produção de novas sensibilidades, maneiras e costumes. Sobretudo os jornais foram vistos como importante estratégia educativa.

Por fim, Luca discute, ainda que brevemente, sobre a neutralidade e objetividade do discurso jornalístico, questionando a respeito da possibilidade de distinguir notícia e interpretação. Para a autora, o debate pouco colabora para o efetivo trabalho do historiador com suas fontes, e conclui: “pode-se admitir (...) que a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público” (LUCA, 2015, p. 139). Podemos afirmar então que, para a pesquisa histórica, o importante é refletir, analisar o discurso veiculado, não assumindo uma posição ingênua perante a fonte.

2.3 O contexto histórico e a imprensa paraibana

Entre as grandes invenções humanas, a impressão gráfica, criada por Gutenberg, é

considerada uma das mais importantes. Nasceu, a princípio, do desejo de abreviar os esforços e o trabalho, em particular, dos antigos copistas que transcreviam documentos. No passado, o círculo de atividade de um homem era bem restrito. Não ia além da vizinhança, das pessoas com quem mantinha relações pessoais ou comerciais. No máximo, o interesse era pelas medidas do governo que lhe diziam respeito mais diretamente. As grandes distâncias e a precariedade nos transportes resultavam nesse tipo de isolamento.

Quando nos debruçamos sobre o estudo da evolução da imprensa no Brasil, temos os mesmos embaraços que justificaram o marasmo nacional entre 1500 e 1808, esta última sendo a data em que a família real abandonou Portugal, fugindo das forças francesas napoleônicas e chegou ao Brasil. A condição de Colônia portuguesa na América do Sul manteve o Brasil sob a custódia do Pacto Colonial, cuja tônica era só produzir, comprar e vender para Portugal. Não convinha, pois, à Metrópole que houvesse qualquer autonomia do Brasil. Desejando manter a Colônia atada ao seu domínio, Portugal, não queria arrancá-la da ignorância. A imprensa, portanto, não era facultativa no Brasil.

Durante a ocupação holandesa da região Nordeste, em 1645, houve uma tênue tentativa de implantação de “imprensa”, sob o governo de Maurício de Nassau, que não progrediu em detrimento das constantes rebeliões e escaramuças internas, culminando com a expulsão dos holandeses que tinham ocupado o estado de Pernambuco. Outra tentativa foi levada a efeito pelo português Antonio Isidro, o qual chegou a instalar uma tipografia no Rio de Janeiro, mas tão logo foram publicados seus primeiros impressos, a Corte portuguesa ordenou a sua destruição, em 1746.

Só em 1808 D. João VI autoriza, via Decreto, a instalação dos primeiros prelos no Rio de Janeiro, vindos de Portugal, o que originou a Imprensa Régia do Brasil, órgão oficial da Coroa. A metrópole, com o decreto real, afastava rapidamente o perigo da propaganda de ideias contrárias ao interesse do Estado. Até o século XIX havia, pelo menos, três crivos de censura: a Episcopal, a da Inquisição e a Real.

Sob um caminho marcado por sacrifícios em defesa da liberdade de dizer e de pensar, a imprensa fez-se presente nos grandes marcos, em particular, clamou pela Independência, pela abolição, pela República, entre outros momentos. Durante a Monarquia, o Nordeste brasileiro viveu muitas turbulências sociais. Surgiram vários periódicos na capitania de Pernambuco, a qual outrora tinha se destacado juntamente com São Vicente, em São Paulo, como uma das duas maiores e mais produtivas capitanias hereditárias. Destacava-se que, a partir de Pernambuco (1825, com *Diário de Pernambuco*), desenvolveram-se tipografias em direção ao que seria mais tarde os estados de Sergipe (1832, com *O Recopilador Sergipano*), Paraíba (1826, com *Gazeta*

do Governo da Paraíba do Norte), Rio Grande do Norte (1832, com *O Natalense*) e Ceará (1824, com *Diário do Governo do Ceará*), até então simples províncias.

Segundo Aldrigue e Nicolau (2009), o jornal que marca o início de sua história na imprensa no estado da Paraíba foi o “Gazetta do Governo da Paraíba do Norte”, cuja fundação data de 16 de fevereiro de 1826. Tinha sua impressão constituída na “Typographia Nacional da Parahyba”, que ao tempo foi administrada pelo inglês Walter S. Boardman, tendo ocupado o espaço da publicização até 1827, quando o presidente da província e fundador do jornal, Alexandre Francisco de Seixas Machado, deixou o governo. Era um jornal de base oficial e, por isso mesmo, seu conteúdo estava todo fundamentado no poder político da província.

O primeiro diário paraibano do século XIX foi *O Publicador*, que tinha a sua frente José Rodrigues da Costa, precursor do estabelecimento gráfico privado da capital da Paraíba, a “Tipografia do Beco da Misericórdia”. “Esse jornal passou a publicar os atos oficiais do governo, em virtude de não existir um órgão oficial de imprensa que se disponibilizasse por isso” (ARAÚJO, 2015, p. 23).

Outros jornais surgiram no decorrer do século XIX, muitos deles efêmeros devido aos obstáculos encontrados para a consolidação da imprensa, entre eles: o analfabetismo, o ruralismo e o escravismo. Tais condições impediam que as críticas se propagassem por meio das folhas impressas; ademais, registra-se que muitas pessoas não aceitavam críticas escritas no jornal destinadas ao seu candidato ou partido político, impossibilitando-o de ser impresso por ausência de apoio e verbas. Na Paraíba, o primeiro jornal intitulava-se *Gazeta do Governo da Paraíba do Norte*, tendo seu surgimento datado de 16 de fevereiro de 1826. De acordo com Araújo (2015, p. 38):

No período monárquico, circulavam, em média, cinquenta jornais, divididos em contra e a favor do Governo, seja de cunho governamentista e não governamentista. O segundo jornal(sic) em 1828 e 1829, denominado *Gazeta Parahybana*, defendia os ideais republicanos. O terceiro(sic) denominado *Petinguaré*, teve um curto período de duração, especificamente o ano de 1829. O quarto jornal intitulou-se o *Correio da Parahyba* (1830), o qual tinha sua impressão realizada em Recife.

Outro jornal, *Gazeta da Parahyba*, iniciado em maio de 1888, foi considerado em sua época, para os historiadores, um dos jornais mais importantes do Estado. Este é a nossa fonte de pesquisa. O diferencial desse periódico estava no fato de este circular regularmente e trazer como conteúdo temas da política mundial, notícias nacionais –, principalmente relacionadas à política e à economia – e textos literários.

Assim sendo, esta pesquisa destaca e analisa o discurso registrado em anúncios, portanto, uma atividade de linguagem no contexto jornalístico, precisamente em jornais da segunda fase do século XIX. Gilberto Freyre, pioneiro na utilização da imprensa como fonte de pesquisa, classifica o estudo sistemático da imprensa, sobretudo dos anúncios, como uma contribuição para as Ciências do Homem. Destaca, ainda, o anúncio como a melhor matéria virgem para o estudo e interpretação de certos aspectos do século XIX quando diz:

Quem tiver a pachorra e folhear a coleção de um dos nossos jornais do século XIX (...) há de acabar concluindo como o diplomata português: mais do que nos livros e história e nos romances, a história do Brasil do século XIX está nos anúncios de jornais. (...) Por algum tempo, chegaram esses anúncios a ocupar $\frac{2}{3}$ e até $\frac{1}{2}$ da parte ineditorial dos diários. A mais ligada à economia a época – a patriarcal e agrária –; a mais ligada à vida então vivida pelo brasileiro, tanto nas cidades como, principalmente, nas fazendas, os engenhos, das chácaras. (FREYRE, 1963, p. 58-61).

Faz-se necessário destacar que, no Brasil, as pesquisas (em arquivos documentais e jornais antigos) começam a ser levadas a efeito em fins da década dos anos de 1990, especificamente em temas voltados para os movimentos sociais (históricos e culturais) que procuram organizar dados no sentido de preservar e construir a história midiática nacional. Aborda-se o discurso de uma época fundadora da imprensa, marcado por ter nascido na época dos movimentos históricos de independência e autoafirmação de um povo cansado dos desmandos da Corte e, depois, de partidos – conservadores e liberais – e, mais tarde, de outros que se revezaram no poder.

Nos anúncios desses jornais em estudo, as vozes que se elevam assumem diversas representações, indo desde a da autoridade administrativa, passando pelos comerciantes, profissionais liberais e de pessoas as quais precisam e ou desejam tornar algo público. Os conceitos obtidos derivam das definições recentes do termo *anúncio* encontradas em dicionários de língua portuguesa, onde se constata a insuficiência discursiva desses conceitos não só do anúncio (em si) como também de gêneros afins, como o edital e o aviso, elementos das Tradições Discursivas.

2.4 As transformações do anúncio: um breve histórico

Uma revolução no jornalismo – e de toda cultura ocidental – ocorreu a partir do século 15, quando o alemão Johannes Gutenberg aperfeiçoou a prensa, máquina capaz de imprimir tipos móveis (caso de letras feitas em metal) em papel. A técnica de impressão já existia na

China, mas possibilitava apenas a reprodução de gravuras. Gutenberg criou uma máquina que tornou possível a produção de obras em grandes quantidades, incluindo livros. O primeiro exemplar jornalístico feito com a técnica surgiu na Alemanha, em 1609. A ideia de se ter um produto publicado todos os dias, como o Diário, veio somente em 1650 no mesmo país (SOARES, 2015).

Apesar do surgimento da imprensa e o surgimento do jornal terem ocorrido na Europa do século XVI, a mola que proporcionou o seu desenvolvimento foi a articulação da indústria e do comércio a uma estrutura urbana totalmente oposta à do período medieval. Essa realidade nos direciona a outra compreensão, que é o fato de que, a partir do que foi destacado no parágrafo anterior – a implementação da impressão gráfica –, acentua-se exponencialmente, com o advento da industrialização, a necessidade de que o mercado de consumo fosse impulsionado por todas as vias possíveis, entre elas a via escrita dos jornais, destacando-se como a marca do surgimento das relações de produção e consumo, em função da força representativa simbólica da força financeira nacional representada pela presença da família real no Brasil a partir de 1808.

É nesse contexto, sem ainda possuir uma economia monetarizada de mercado, que se desenvolve uma produção cada vez mais forte, a partir do Vale do Paraíba, com a monocultura cafeeira. A presença da família real no território brasileiro vem fortalecer, porém, a relação interativo-social, através dos anúncios em periódicos, espaços onde trafegam informações de moda, educação, materiais de uso cotidiano no universo do trabalho e medicamentos de origem europeia, em formato de ilustrações, prospectos, pinturas, cartazes e até mesmo tabuletas, notadamente de origem inglesa e francesa.

A marca registrada desses anúncios era a natureza proclamativa do desenho sobre o que era o produto, sua utilidade e onde poderia ser encontrado, sem carregar nenhuma lógica publicitária de um convencimento consumista clássico, tomado como referência o formato europeu, com direcionamento focado para as determinantes de costumes e moda. A informação verbal soma-se ao modelo visual, de cujo conteúdo nitidamente emanava o tom de persuasão ao consumismo, tomando a imagem como fonte de apelo e convencimento.

As notícias postadas na forma de anúncios no período estudado eram manifestações impressas relacionadas à ideia de se tornar público um fato ou mesmo uma necessidade. Coloca-se dentro dessa perspectiva, em princípio, desde as necessidades básicas, como questões residenciais, alimentares, educacionais até situações vinculadas à beleza e ao conforto, dando certa dinâmica ao *status quo*. Não temos como vislumbrar ainda, naquele contexto, um foco mais especializado que viria a aparecer com a profissionalização, de fato, do aspecto midiático

como hoje o conhecemos, tratando- se, portanto, de apenas, uma jornalística de informação. Em busca de variáveis conceituais, Nicolau (2012, p. 19-20) levanta os seguintes conceitos:

Anúncios. m (a1593 cf. DA) 1 notícia ou aviso por meio do qual se divulga algo ao público [...] 4 mensagens de propaganda criada com os objetivos comerciais, institucionais, políticos, culturais, religiosos etc. 5 PUB mensagem que procura transmitir ao público, por meio de recursos técnicos e através de veículos de comunicação, qualidades e eventuais benefícios de determinada marca, produto, serviço ou instituição. [...] (HOUAISS, 2001, 242). [sic]

Anúncio [Do latt. annuntiu] S. m.1. Notícia ou aviso pelo qual se dá qualquer coisa ao conhecimento público. [...] 4. Propag. Mensagem que, por meio de palavras, imagens, música, recursos audiovisuais e/ou efeitos luminosos, pretende comunicar ao público as qualidades de um determinado produto ou serviço, oferece aos seus eventuais consumidores. [...]. (FERREIRA, 1986, 135).

Anúncio | annuncio XVI | Do lat. tard. annuntius (CUNHA, 1982, 55).

Anúncio. Peça de comunicação gráfica veiculada em jornais, revistas e outros meios de comunicação semelhantes. É sinônimo de qualquer peça de propaganda (SAMPAIO, 1999, 235).

(anúncio) é a grande peça de imenso tabuleiro publicitário e o meio publicitário por excelência para comunicar algo com o propósito de vender serviços ou produtos, criar uma disposição, estimular um desejo de posse ou para divulgar e tornar conhecido algo novo e interessar a massa ou um de seus setores. (SANT’T ANNA, 1998, 77).

Em sua acepção genérica, aviso e anúncios são tidos como sinônimos; notícias e informes, por sua vez, estão próximos ao anúncio. Segundo Silva (1877) citado por Pessoa (2006, p. 111), “o aviso se destina a alguém ou grupo específico e o anúncio é uma notícia destinada ao público”. Especificamente, aviso se refere a um grupo determinado, ou seja, aos leitores dos jornais paraibanos e os anúncios ao público em geral.

Os dicionários atuais e até os do século XIX inserem o anúncio no universo da propaganda, pelo fato de ser considerado como um gênero impresso, próprio de jornais e de revistas, que, ao publicizar ou divulgar uma dada informação, produto e serviço, pode gerar expectativas nas mais diversas categorias de leitores e consumidores, portadores dos mais diversos perfis de interesses. Citando Pessoa (2006, p. 103), Nicolau (2012, p. 20) aponta para uma perspectiva analítica sobre o que ela classificou como “anúncios do século XIX de um jornal pernambucano”, sobre o qual dispõe, ao expor o enfoque sobre a função do anúncio e do aviso àquele período:

[....] veicular informações, embora, primordialmente, ocupe-se da compra/venda de produtos. Quando se anunciava a fuga de escravos, [...] por exemplo, percebe-se o embrião da “notícia policial”, que informa sobre a fuga de detentos de presídios nos dias de hoje.

(aviso, annuncio. Syn.) “são duas palavras muito usadas em nossos diários e periódicos, e que por ventura se confundem, mas que entre si differem. A 1a é noticia dada a alguém sobre cousa que lhe interessa, e muitas vezes é proveniente de auctoridade publica em matéria administrativa, annuncio é noticia, ou nova que se dá não a pessoas determinadas, mas sim ao publico”. (DICIONÁRIO DE ANTONIO DE MORAIS SILVA, 1877 *apud* PESSOA, 2006, p 111).

Os anúncios têm um caráter documental, marcados pela circulação na vida diária; em outras palavras, indicam, por meio das informações que se fazem circular e pelas ofertas de produtos e serviços, o universo da história cultural e social de uma dada época e de uma determinada sociedade, constituindo aspectos da língua/discurso a partir do seu próprio cotidiano.

Os anúncios contidos no cotidiano do espaço discursivo da coletânea de anúncios paraibanos do século XIX compreendem seis grandes temas: 1) imóveis; 2) remédios; 3) escravos; 4) anúncios diversos, a exemplo de: encomendas, missa, lazer e objetos em geral (livros, moedas, instrumentos musicais, máquinas); 5) moda – acessório e vestuário: tecidos, perfumes, cosméticos, fantasias, calçados, adornos de cabeça, joias, lenço, miudezas em geral; 6) anúncios diversos. As modificações e permanências observadas nos anúncios são decorrentes de fatores sócio-históricos, isto é, das ações sociais, das necessidades sociais e do curso natural da história. A coletânea de anúncios deve ser compreendida como um sistema de múltiplas relações, sejam elas formais, de conteúdo temático ou discursivo.

3 GAZETA DA PARAHYBA: CARACTERÍSTICAS DE UM JORNAL “MODERNO”

3.1 *Gazeta da Parahyba*, o perfil

A questão norteadora dessa pesquisa trata dos anúncios relacionados à educação e como eles foram divulgados nos jornais paraibanos no período de transição do Império para a República. Ao serem investigados como fonte, vimos que os anúncios do século XIX demonstravam o que se pretendia valorizar culturalmente. Dessa forma, precisavam ser divulgados, publicizados para consumo, além de ser uma fonte de manutenção do próprio jornal.

Assim como os anúncios, os valores das assinaturas eram material de destaque. Como exemplo disso, podemos citar o *Jornal Diário da Parahyba*, na edição 4 de fevereiro de 1888, apresentou em suas páginas os seguintes valores de assinatura: assinatura por ano 12.000 réis; por seis meses, 6.000 réis; e o número avulso, 40 réis. Segundo informava a própria folha, na edição 10, a Gazeta recebia notícias para serem publicadas até as 8 horas noite.

As respostas alcançadas a partir da ida às fontes primárias revelaram a presença de anúncios de forma profusa em diversos periódicos, constituindo um vasto campo a ser explorado, exigindo-nos um recorte epistemológico, recaído sobre o jornal *Gazeta da Parahyba*.

A escolha deste periódico fez-se em função de diversos aspectos. Em primeiro lugar, tratava-se de uma folha diária apresentando várias seções, entre elas os anúncios relacionados à educação. Um “ilustre paraibano”, citado por Horácio de Almeida (1978), chamado Eugênio Toscano de Brito, foi justamente o fundador da *Gazeta da Parahyba*. Segundo o historiador paraibano, inclusive, não havia nem representação nem imprensa republicana na província da Parahyba, indicando que a *Gazeta* era um órgão monarquista, o qual só na última hora aderiu ao novo regime:

Imprensa republicana na Paraíba não havia. Já na última hora, perto da proclamação da República, A Gazeta da Parahyba, órgão monarquista, de Eugênio Toscano de Brito, cedeu uma de suas colunas para escoamento da propaganda republicana. No interior, dois jornaizinhos, vez por outra, davam um vagido em prol da República. Eram a Verdade, em Areia e a Gazeta do Sertão, em Campina Grande. (ALMEIDA, 1978, p. 207).

A caracterização da *Gazeta da Parahyba* como um órgão monarquista não encontra eco nos historiadores da imprensa e d política paraibanas. De acordo com o próprio Horácio de

Almeida, os responsáveis pelo jornal tomaram parte do governo novo instalado por meio de juntas governativas (ALMEIDA, 1978), levando-nos a entender que a caracterização como órgão monarquista era uma conclusão do historiador a partir de um “editorial sereno e frio”, como ele assim classifica a Gazeta, sobre a Proclamação ou a partir da ideia de uma adesão completa ao regime republicano por parte dos paraibanos alguns dias depois do evento de 15 de novembro de 1889 (ALMEIDA, 1978, p. 209).

As primeiras edições foram extraviadas. No acervo digital da Hemeroteca da Biblioteca Nacional, há o exemplar mais antigo digitalizado, datado de 13 de maio de 1888, edição 5. No livro “A Tipografia do Beco da Misericórdia” (1978), Eduardo Martins apresenta uma foto da primeira página da edição 4, datada de 12 de maio de 1888. O primeiro número da *Gazeta da Parahyba* foi publicado em 8 de maio de 1888, conforme indica o próprio jornal, por ocasião da comemoração do aniversário do periódico, no início do Ano III, edição 579, de 8 de maio de 1890, e pelo próprio Eugenio Toscano de Brito em suas “Reminiscências” (1910, p. 266), Alcides Bezerra (1922) e Fátima Araújo (1986) reiteram essa informação.

O último número, também extraviado, foi a edição 627, de 8 de julho de 1890. Esta data pode ser comprovada novamente a partir dos relatos de Brito (1910), Bezerra (1922) e Araújo (1986). Em fonte primária, confirmamos a informação por meio do *Jornal O Estado da Parahyba*, edição 2, datada de 9 de julho de 1890. Quanto às seções do jornal, sua estrutura e distribuição de conteúdo, havia um padrão com poucas variações. Na primeira página, a chamada capa do jornal, havia as seguintes seções ou colunas: o expediente, o editorial ou artigo de fundo, algum artigo político, anúncios e, às vezes, efemérides. No expediente, o jornal prevenia os assinantes a respeito do pagamento ou cancelamento da assinatura bem como alertava:

Convém desde já que fique bem gravado no espírito do público que esta redação só se explicará na parte editorial deste jornal e nunca na seção dos apedidos destinada exclusivamente as pessoas estranhas a redação, e que trouxerem os seus escritos em linguagem decente, assinando o respectivo termo de responsabilidade, sempre que esta for julgada necessária. É este um ponto para o qual convergirá muito seriamente a nossa atenção. (GAZETA DA PARAHYBA, Ano I, n. 7, 16 de maio de 1888, p. 1).

Abaixo do Expediente, ficava o Editorial, por vezes chamado também de artigo de fundo. Nele, os assuntos políticos predominavam. Lembrando que os editoriais são fundamentais para saber como o jornal “pensa” determinadas questões de uma dada época, o perfil de seus proprietários, quais os seus objetivos, a maneira como se posicionam em ordem

política, cultural e socialmente sobre assuntos correntes e suas preferências. Nos primeiros números, o tema da abolição foi abordado ao lado de outras discussões mais locais, como as obras da Igreja Matriz, por exemplo.

Eugenio Toscano de Brito² (1910) classificava seu jornal como neutro, sem coloração partidária, pois abrigava escritos de todas as tendências. Seus vínculos pessoais – ele era filho do chefe do Partido Liberal, Felizardo Toscano de Brito, deputado por três legislaturas, e alguns de seus companheiros de jornalismo eram políticos deste partido – e suas tendências ideológicas perceptíveis nos escritos da *Gazeta da Parahyba*, entretanto, deixavam claras as opções pró-republicanas do redator-chefe. Além do mais, Eugenio Toscano de Brito participou ativamente das articulações para a formação da 1ª junta governativa na era republicana na Paraíba (ALMEIDA, 1978). Celso Mariz, em *Apanhados históricos da Paraíba*, afirmou o seguinte sobre a *Gazeta da Parahyba* e sobre a *Gazeta do Sertão*:

Em 1888, dois jornais de largo liberalismo surgem aqui: a “Gazeta da Parahyba” de Eugênio Toscano [...] e a “Gazeta do Sertão” de Irineu Jófili, em Campina Grande. Naquele mesmo ano, Jófili, antecedendo um dos pontos do programa com que em julho de 89 subiria o Gabinete Ouro Preto, requereu como deputado, à Assembleia, que esta considerasse urgente, perante o Parlamento Nacional, a Federação das províncias. E era seu companheiro de imprensa o engenheiro Francisco Retumba, republicano confesso. Eugênio Toscano, como Jófili filiado ao partido Liberal, ainda mais largas tendências demonstravam, espírito crítico, demolidor e independente que era. [...] Era visível a inclinação republicana do filho de Felizardo. (MARIZ, 1994, p. 177).

Outra ressalva às palavras de Horácio de Almeida é com relação à sua afirmação de que “no interior, dois jornaizinhos, vez por outra, davam um vagido em prol da República. Eram a *Verdade*, em Areia e a *Gazeta do Sertão*, em Campina Grande”. “Jornaizinhos” não nos parece a palavra mais adequada para caracterizar os referidos periódicos. Afinal, foram jornais com longa duração para a época, atestando a relevância dessas folhas.

A *Gazeta do Sertão*, jornal semanal fundado por Irineu Joffily e Francisco Retumba, foi o primeiro periódico de Campina Grande. Iniciou sua publicação em 1º de setembro de 1888 e existiu até 06 de maio de 1891, quando foi empastelado³ (ARAÚJO, 1986), ou seja, não durou mais tempo em função do fechamento de suas portas imposto por forças governistas. Era

² Paraibano (1850-1903) fundador da *Gazeta da Parahyba*, graduado em Medicina, dedicou-se também ao magistério e ao jornalismo, além da política.

³ O dicionário de Candido de Figueiredo (1913) registra o verbo empastelar como o ato de amontoar confusamente caracteres tipográficos. A expressão empastelamento era empregada para dizer que uma redação de jornal ou tipografia havia sofrido alguma intervenção, por meio de atos autoritários e ou violentos, causando o fechamento ou suspensão das atividades jornalísticas.

considerado um jornal progressista e independente. E seu fundador, Irineu Joffily, foi uma das expressões políticas importantes da época.

A Verdade, por sua vez, saía às terças, quintas e sábados. Durou de 1888 até 1895, com vários colaboradores (ARAÚJO, 1986), considerado um jornal batalhador pela causa abolicionista. Sobre a *Gazeta da Parahyba*, especificamente, os historiadores da imprensa paraibana pouco ampliaram ao apontado por Alcides Bezerra, na década de 1920, a despeito das inestimáveis contribuições à história da imprensa paraibana ampliadas, sobretudo, por Eduardo Martins (1976; 1978) e Fátima Araújo (1983; 1986).

Por ser pioneiro nas pesquisas sobre a história da imprensa paraibana, Alcides Bezerra abriu as portas para esta história em artigo escrito em 20 de abril de 1920, mas publicado no volume XIV da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba*, em 1922. Sob o título “A imprensa na Paraíba”, o artigo passou a ser referência no assunto a partir de então, de modo a ser sempre retomado por aqueles que ingressaram no estudo da temática.

Na maioria dos casos, as palavras do autor do pioneiro estudo são simplesmente repetidas. Wellington Aguiar e José Octávio de Arruda Melo, por exemplo, no livro *Uma cidade de quatro séculos: evolução e roteiro* (1989), em tópico intitulado “A Imprensa, do Império à República”, transcrevem boa parte do escrito de Bezerra, mostrando que o artigo deste estudioso foi realmente decisivo para contar a história dos jornais e periódicos em circulação na Paraíba. Os demais historiadores paraibanos também pagam tributo ao autor do escrito da década de 1920. Sobre a *Gazeta da Parahyba*, assim se pronunciou o pesquisador Alcides Bezerra, após indicar que a década de 1880-1890 “foi uma das mais fecundas na proliferação de jornais, de grande e pequeno formato” (BEZERRA, 1922, p. 55):

Essa década se fecha com chave de ouro: a *Gazeta da Parahyba*. Nas vésperas da República, em 8 de maio de 88, surgiu na província esse jornal diário que havia de fazer grande ruído e dar novos moldes à imprensa indígena. Dirigiam a *Gazeta* Eugenio Toscano, Antônio Bernardino, Rodolpho Galvão, Cordeiro Junior, Arthur Aquiles, Alonso de Almeida e Eduardo Marcos, os quais constituíam um luzido corpo redacional. Entre seus colaboradores contou sucessivamente com Cícero Moura, Antônio Camillo, Machadinho (dr. Francisco Ferreira da Silva Machado), Fernando Coêlho de Araújo, Faria Goudinho, drs. Francisco Retumba, Cordeiro Senior, Epitácio Pessoa e outros. Quando apareceu a *Gazeta*, publicavam-se na capital O Despertador, O Liberal Parahybano, O Conservador e o Jornal da Parahyba, os dois primeiros do partido liberal, e os segundo (sic) do conservador. A *Gazeta* não mostrava pendor por nenhum dos dois partidos monárquicos. Foi o primeiro jornal da província que teve um bom serviço telegráfico. Trazia sempre bons romances em folhetins, minuciosas notícias das outras províncias e do interior, críticas dos acontecimentos do dia anterior, crônica aos domingos e uma reportagem.

Era, em suma, um jornal moderno, no feitio, e também no fundo, pelas suas tendências abolicionistas e republicanas. (BEZERRA, 1922, p. 55-56).

É o que parece preconizar a própria *Gazeta da Parahyba*, em sua edição 339, de 10 de julho de 1889, ao comentar que o *Jornal da Parahyba*, seu “concorrente”, ligado ao governo da época, anunciava “novos elementos de vitalidade”, entre os quais “a inserção de folhetins devidos à humorística pena de um dos mais bonitos talentos da província”. Sobre tal questão, o jornalista da *Gazeta* comentava, não sem ironia:

Eu sou apologista do “Jornal”.

Mesmo porque apraz-me partilhar os dissabores dos vencidos. Mas, os seus melhoramentos, desejáveis e louváveis, sugerem-me óbvias considerações; a saber:

- Um “jornal” governamental, não será suscetível de progressos?

- Folhetins, leituras amenas e tipos elzevires⁴ não se harmonizarão com políticas dominantes?

Infelizmente é esse o molde dos jornais políticos da terra. Na época de prosperarem, definham.

O “Liberal Parahybano,” diminuiu o formato, agora que as suas correspondências

aumentam, e Deus queira que não diminua de tipo.

Contudo, esperemos que ainda faça o mesmo que o “Jornal,” – isto é, – melhore mais adiante as suas seções recreativas.

Ambicionando, pois, inúmeras prosperidades ao “Jornal da Parahyba,” e felicitando-o pelo seu breve advento literário, sentimos que, há mais tempo, não se tenham exibido em suas colunas, as penas brilhantes e robustas que, jubiloso, nos promete dos seus novos e bem-vindos colaboradores. (GAZETA DA PARAHYBA, 10 jul. 1889, Ano II, n. 339, p. 1).

Observa-se que os avanços prometidos pelo *Jornal da Parahyba* a seus leitores e assinantes, caracterizados como elementos de vitalidade, já eram contemplados pela *Gazeta da Parahyba*. Faltavam ao jornal governamental: folhetins, seções recreativas, uma “pena humorística” e leituras amenas, elementos associados aos escritos cronísticos, já bem presentes nas seções da *Gazeta*. Oscar Oliveira Castro, autor de “Vultos da Paraíba: patronos da Academia” (1955), ao falar sobre Eugenio Toscano de Brito, fundador da *Gazeta da Parahyba*, fez alguns comentários a respeito do jornal e de sua importância para a história dos periódicos na Paraíba:

Como jornalista [Eugenio Toscano] inaugurou, na Paraíba, uma nova fase na imprensa. Modificou a feição material e a orientação doutrinária do jornal. Sacrificou os rodapés, tão em uso, no tempo, onde se publicavam capítulos dos dramalhões de origem europeia. O jornal passou a fazer sensacionalismo: surgiram as reportagens, incentivaram-se as polêmicas, começaram a aparecer

⁴ Segundo Candido de Figueiredo (1913, p. 721), o termo “elzevires” refere-se aos caracteres tipográficos à maneira de Elzevir, um tipógrafo holandês.

notícias com uma pontinha de escândalo e o serviço telegráfico deu os primeiros passos, nesse caminhar, com que evoluiu para uma destacada seção do jornal moderno.

Para além do que Alcides Bezerra (1922) disse em seu pioneiro artigo, Oscar Castro correu alguns riscos, no nosso entender, no comentário feito a respeito da propagada feição moderna da *Gazeta da Parahyba*. A mudança do aspecto material, o desenvolvimento do serviço telegráfico e as questões ideológicas contribuíram para o diferencial do jornal em seu tempo.

Um dos redatores da *Gazeta da Parahyba*, Cordeiro Junior, foi um importante tradutor de romances-folhetins franceses, inclusive com exclusividade para o jornal paraibano. Polêmicas e discussões, até mesmo com ataques pessoais, também faziam parte da prática jornalística oitocentista, conforme atestou Socorro Barbosa (2007). Nesse sentido, defendemos a ideia de que a feição moderna da *Gazeta da Parahyba* deve-se a aspectos técnico-jornalísticos e, em certo sentido, também a aspectos ideológicos.

Gazeta da Parahyba foi um jornal publicado diariamente, quando os outros jornais eram bissemanais ou semanais. Este aspecto certamente indica não só uma dedicação dos redatores ao exercício diário do jornalismo, mas também uma capacidade técnica para ter uma tiragem todos os dias, já inicialmente de 700 exemplares. O jornal era publicado pela Tipografia dos Herdeiros de J. R. da Costa (informação sempre inserida no final da última coluna do jornal, em sua página 4), situada na Rua da Misericórdia, no 9A (endereço indicado no cabeçalho da folha).⁵

Sobre a referida tipografia e suas publicações, destaca-se o livro de Eduardo Martins, “A Tipografia do Beco da Misericórdia: apontamentos históricos” (1978). Segundo este autor, “a **Typographia de J. R. da Costa**, depois, **Typographia dos herdeiros de J. R. da Costa**, publicou o primeiro livro paraibano, inúmeros periódicos e folhetos, todos com nitidez e asseio, tanto pela composição como pelo esmero da revisão” (MARTINS, 1978, p. 68. Grifos no original).

A Tipografia J. R. da Costa foi responsável por vários periódicos impressos. Entre eles, podemos citar: *O Espreitor*, *Correio Oficial Parahybano* e *A Ordem*, no ano de 1849; *o Alva* e *O Governista Parahybano*, no ano de 1850; *o Jornal da Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba*, em 1853; o jornal *A matraca* em 1854; *O Parahybano* em 1855; *A Epocha* no ano

⁵ Acerca do tipógrafo J. R. da Costa, registram-se dois estudos relevantes: o artigo da professora Socorro Barbosa “Os intermediários da leitura na Paraíba do Oitocentos: livreiros e tipógrafos” (2010) e a dissertação de Mestrado da pesquisadora Thayná Cavalcanti Peixoto (2017), intitulada “José Rodrigues da Costa: a trajetória de um tipógrafo na cidade da Parahyba (1848-1866)”.

de 1856; *O Imparcial* em 1860; o *Diário da Parahyba* em 1861; o jornal *O Publicador* em 1862 (ROCHA, 2016).

FIGURA 01 – Capa da *Gazeta da Parahyba* de 1888



Fonte: GAZETA DA PARAHYBA, Ano I, n. 9, 18 maio 1888, p. 1.

Os primeiros números da *Gazeta da Parahyba*, exemplificado pela edição n. 9, na Figura 01, informavam a tiragem de 700 exemplares diários, além dos dados comerciais e de impressão, tais como o local da redação e da tipografia onde o jornal era redigido e impresso (Rua da Misericórdia N. 9A), os preços das assinaturas (Capital, por mês: 1\$000; Interior e províncias – Ano: 14\$000; Trimestre: 4\$000) e o valor avulso do jornal (60rs).

A tiragem de 700 exemplares, tomando por verdade a informação, era um número significativo, sobretudo por ser um jornal diário. Aliás, nas palavras de Barbosa (2009, p. 27), de fato, era um “jornal à(sic) época de grande circulação”. E já na edição 14, de 24 de maio de 1888, a folha passava a informar uma tiragem de 800 exemplares. Esta nova informação foi estampada na primeira página do jornal até a edição 285, de 2 de maio de 1889. Como não restaram os exemplares das edições 286 até a 315, não se tem certeza de até quando tal dado foi veiculado. A partir da edição 316, de 9 de junho de 1889, a indicação do número da tiragem de exemplares foi substituída pela frase: “A Gazeta da Parahyba é a folha de maior circulação na Província”, e que também desapareceu a partir da edição 579, de 8 de maio de 1890.

FIGURA 02 – Capa da Gazeta da Parahyba de 1889



Fonte: GAZETA DA PARAHYBA, Ano II, n. 316, 09 junho 1889, p. 1.

Para termos uma ideia da grandeza deste número, basta dizer que, no principal jornal contemporâneo da Gazeta – o *Jornal da Parahyba*, periódico “oficial”, por ser do partido conservador, até o advento da República –, só pudemos ver a indicação de uma tiragem, na ocasião de 1000 exemplares, em sua edição 2870, de 14 de novembro de 1889. Não é possível precisar quando foi iniciada a indicação da tiragem, por falta de vários números do periódico, mas é possível percebermos que foi algo ocorrido após a edição 2800, de 2 de agosto de 1889, quando a folha informava que se tornaria diária e duplicaria a tiragem. No site da Hemeroteca da Biblioteca Nacional, o último número digitalizado desse jornal é o da edição 2781, de 19 de junho de 1889.

A *Gazeta do Sertão*, jornal de Campina Grande, da mesma época, de propriedade de

Irineu Joffily⁶ e Francisco Retumba⁷, também estampava, em suas primeiras páginas uma tiragem de 800 exemplares. Era, entretanto, uma publicação semanal, diferentemente da *Gazeta da Parahyba*, que já nasceu como uma folha diária. Outros dois elementos indicados como motivos de autopromoção da Gazeta e que, de certa forma, atestavam aspectos diferenciadores eram o serviço de telegrama e as traduções de folhetins.

FIGURA 03 – Seção Telegrammas da Gazeta da Parahyba



Fonte: GAZETA DA PARAHYBA, Ano I, n. 7, 16 maio 1888, p. 3.

Observemos que a seção “Telegrammas”, presente na Figura 02, vem com o subtítulo “Serviço particular da Gazeta”, ou seja, o jornal dispunha de um serviço exclusivo, sem intermediário, de modo que indicava tal informação de forma a promover o periódico. Em edição do dia 16 de maio de 1888, constavam notícias vindas, por telegrama, de Recife, por exemplo, do dia 15.

⁶ Paraibano (1843-1902) juiz de Direito, político e empresário da imprensa paraibana, que dedicou parte de sua vida à defesa da pesquisa histórica de assuntos relativos à história paraibana como sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

⁷ Paraibano (1856-1890) graduado em Engenharia de Minas, rico e idealista, associou-se a Irineu Joffily na criação da *Gazeta do Sertão*, destacando-se não como empresário, mas como brilhante articulista.

FIGURA 04 – Romance-folhetim “O collar de aço”



Fonte: GAZETA DA PARAHYBA, Ano I, n. 7, 16 de maio 1888, p. 2.

Os romances-folhetins publicados diariamente, como um sinal de adoção de uma das práticas mais bem-sucedidas do jornalismo do século XIX, eram traduzidos por um dos principais redatores do jornal com exclusividade. Como se observa na Figura 03, o romance “O collar de aço”, de F. du Boisgobey, foi traduzido para a *Gazeta da Parahyba* por A. Cruz Cordeiro Junior. Foi o primeiro romance-folhetim que a Gazeta trouxe à lume.

Por ser Cordeiro Junior um dos redatores da folha, sua exclusiva tradução apontava para um diferencial do jornal que não se contentava em meramente reproduzir folhetins já traduzidos de jornais da Corte ou de outras províncias. A tradução de “O collar de aço” (*Le collier d'acier*, 1883), de fato, era uma exclusividade, apesar de o autor – Fortune du Boisgobey⁸ – ser um nome presente em publicações do gênero romance-folhetim em jornais oitocentistas.

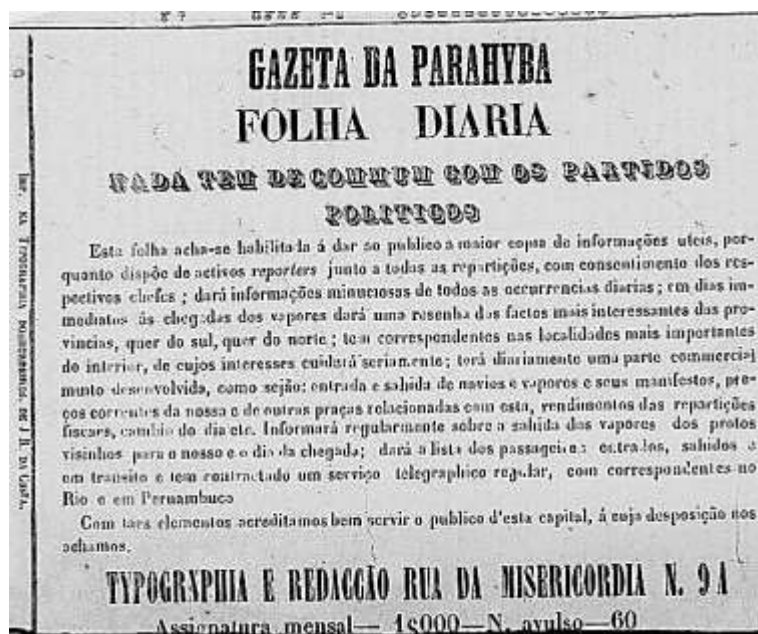
Todos esses aspectos realmente indicam que *Gazeta da Parahyba* era um “jornal moderno no feitio”, como apontou Alcides Bezerra (1922, p. 56). Outro aspecto, porém, também nos chamou a atenção: o jornal não tinha um subtítulo nos moldes dos outros da época, indicando explicitamente a tendência política seguida pelas folhas. Os jornais contemporâneos da Gazeta eram os seguintes: “O Despertador: jornal político, literário e noticiador” (1866 a 1888), “O Estado da Parahyba: periódico político, social e noticioso, órgão republicano” (1890 a 1891), “Arauto Paraibano: periódico literário, noticioso e abolicionista” (1879 a 1889), “Liberal Parahybano: órgão liberal” (1879 a 1889), “Gazeta do Sertão: órgão democrata” (1888

⁸ Romancista francês (1821-1891) que fez sua estreia literária em 1843 no *Journal d'Avranches* com uma série intitulada *Lettres de Sicile* contando uma viagem que havia feito no ano anterior. Com mais de sessenta obras em seu nome, tornou-se um dos escritores de folhetins mais populares.

a 1891) e “Jornal da Parahyba: órgão do partido conservador” (1888 a 1889).

Todos traziam uma designação, vinculando-os ideologicamente a alguma tendência política ou partidária. *Gazeta da Parahyba*, por sua vez, autointitulava-se apenas como uma “folha diária”. Provavelmente como estratégia para angariar leitores e assinantes, a Gazeta queria mostrar-se independente e imparcial, por mais improvável que isto fosse possível, sobretudo nos moldes da politizada imprensa oitocentista. Em anúncio da época (Figura 04), presente em algumas edições do periódico, e também reproduzido por Eduardo Martins (1978), havia os seguintes termos sobre o jornal: “nada tem de comum com os partidos políticos”. O anúncio também indicava características da folha, a fim de alcançar novos assinantes ou compradores:

FIGURA 05 – Anúncio da Gazeta da Parahyba



Fonte: GAZETA DA PARAHYBA, Ano I, n. 44, 29 jun. 1888, p. 4.

No anúncio acima (Figura 04), indica-se que o jornal dispõe de “ativos repórteres junto a todas as repartições” e que “dará informações minuciosas de todas as ocorrências diárias”, trará notícias das outras províncias, contando com “correspondentes nas localidades mais importantes do interior”. Além disso, conta com uma parte comercial que apresentará informações sobre a saída e chegada de navios, preços, taxas de câmbio etc. e com um serviço telegráfico regular, com correspondentes no Rio de Janeiro e em Pernambuco.

FIGURA 06 – Página da Gazeta da Parahyba

GAZETA DA PARAHYBA

FOLHA DIARIA

ANNO I.	REDAÇÃO E TIPOGRAPHIA RUA DA INDEPENDENCIA N. 94. Vila Rica, 10 de Junho de 1888.	PARAHYBA DO NORTE DOMINGO 10 DE JUNHO DE 1888	ASSIGNATURAS CAPITAL 1000 REIS ANNUALMENTE 14000 LUCROS E DIVIDENDOS 10000 TAXA 10000 REIS ANNUALMENTE
			N. 98.

Tiragem 800 exemplares

Exa. Exalta

Proclamação de guerra que se tem
oposto ao atual governo que se tem
proclamado em nome da república
segunda pelo Sr. capitão Vergílio Co-
lombo Lira de Albuquerque.

Para evitar a guerra, a república
da república, não devemos esquecer
a morte de 1800 por 3 de maio.

Como não se pode fazer sem
guerra, a república da república, não
devemos esquecer a morte de 1800 por
3 de maio.

Exa. Exalta

Proclamação de guerra que se tem
oposto ao atual governo que se tem
proclamado em nome da república
segunda pelo Sr. capitão Vergílio Co-
lombo Lira de Albuquerque.

Para evitar a guerra, a república
da república, não devemos esquecer
a morte de 1800 por 3 de maio.

Como não se pode fazer sem
guerra, a república da república, não
devemos esquecer a morte de 1800 por
3 de maio.

Exa. Exalta

Proclamação de guerra que se tem
oposto ao atual governo que se tem
proclamado em nome da república
segunda pelo Sr. capitão Vergílio Co-
lombo Lira de Albuquerque.

Para evitar a guerra, a república
da república, não devemos esquecer
a morte de 1800 por 3 de maio.

Como não se pode fazer sem
guerra, a república da república, não
devemos esquecer a morte de 1800 por
3 de maio.

Exa. Exalta

Proclamação de guerra que se tem
oposto ao atual governo que se tem
proclamado em nome da república
segunda pelo Sr. capitão Vergílio Co-
lombo Lira de Albuquerque.

Para evitar a guerra, a república
da república, não devemos esquecer
a morte de 1800 por 3 de maio.

Como não se pode fazer sem
guerra, a república da república, não
devemos esquecer a morte de 1800 por
3 de maio.

Exa. Exalta

Proclamação de guerra que se tem
oposto ao atual governo que se tem
proclamado em nome da república
segunda pelo Sr. capitão Vergílio Co-
lombo Lira de Albuquerque.

Para evitar a guerra, a república
da república, não devemos esquecer
a morte de 1800 por 3 de maio.

Como não se pode fazer sem
guerra, a república da república, não
devemos esquecer a morte de 1800 por
3 de maio.

Exa. Exalta

Proclamação de guerra que se tem
oposto ao atual governo que se tem
proclamado em nome da república
segunda pelo Sr. capitão Vergílio Co-
lombo Lira de Albuquerque.

Para evitar a guerra, a república
da república, não devemos esquecer
a morte de 1800 por 3 de maio.

Como não se pode fazer sem
guerra, a república da república, não
devemos esquecer a morte de 1800 por
3 de maio.

Fonte: GAZETA DA PARAHYBA, Ano I, n. 28, 10 jun. 1888, p. 1.

Eram comuns na primeira página artigos dos mais variados temas, mas com predominância política, pequenas notas com notícias gerais sobre o país ou o mundo. As Efemérides – uma seção na qual fatos importantes acontecidos na mesma data do dia da publicação, só que em anos anteriores, eram relembrados – podiam completar as cinco colunas

do jornal.

Não figuravam em página fixa e também não tinham dias definidos para serem publicados: as crônicas específicas (*Chronica policial* e da *Assembleia Provincial*), as correspondências, os informes nacionais e de outras cidades da província. A segunda página do jornal trazia, no rodapé, a conhecida seção Folhetim. Aos domingos, o espaço era ocupado com a crônica, que, ao longo dos anos, recebeu a designação de “Aos domingos” e, depois, de “Aqui e ali”, logo abaixo do termo Folhetim. Durante a semana, o rodapé trazia romances-folhetins de autores franceses e tradução do redator Cordeiro Junior. Quando acontecia de, no domingo, haver os dois folhetins (o romance e a crônica), a seção duplicava-se para a página 3.

Na parte superior da página 2, as seções não eram regulares, mas, via de regra, eram artigos. Seções intituladas “A moda”, “Letras e artes” e “Homens célebre” costumavam estar nas edições. Artigos que constituíam estudos históricos ou análises políticas figuravam ora na primeira página, ora na segunda. Geralmente eram escritos extensos e eram publicados por partes, estendendo-se por várias edições. Como exemplo podemos citar a “Memória sobre os melhoramentos de que precisa a província da Parahyba” (a partir da edição 91, de 26 de agosto de 1888), um relatório escrito pelo engenheiro de minas Francisco Soares da Silva Retumba, fruto de uma viagem ao interior da província. Esse documento, inclusive, chamado de “Relatório Retumba”, é citado, entre outros, por José Américo de Almeida em “A Paraíba e seus problemas” (1980, p. 347-354).

Outra seção que figurava ora na primeira página, ora na segunda, era o “Subsídio para a história da província da Parahyba”, uma coluna criada para abrigar documentos relativos à história da Paraíba, cujo primeiro escrito foi um discurso de 1822, de José Bonifácio de Andrada, que havia sido comissionado pelo governo da Parahyba do Norte para representar a província (ed. 8, de 17 de maio de 1888).



O expediente da Tesouraria da Fazenda e de outras repartições, notícias de outros estados ou do interior, a crônica policial, os editais e informações sobre cotação de preços e câmbio na seção Comércio, por exemplo, eram seções que podiam vir na terceira ou quarta página do jornal. Regularmente, o jornal trazia informes financeiros de repartições, como a

A qualidade da impressão, o quadro de redatores, as várias seções cronísticas, o serviço telegráfico, a exclusividade da tradução de romances-folhetins, a significativa tiragem diária, os posicionamentos políticos adotados, tudo isso contribuiu para a “feição moderna” da *Gazeta da Parahyba*, expressão dita por Alcides Bezerra (1922, p. 56).

3.2 A história da *Gazeta da Parahyba*

Os dados mais relevantes sobre a história do jornal *Gazeta da Parahyba* alcançados por nossa pesquisa foram fornecidos pelo seu fundador e redator-chefe, Eugenio Toscano de Brito, em artigo intitulado “Reminiscências: de como fundou-se e porque morreu a ‘Gazeta da Parahyba’” (1910). Como se trata de um artigo específico sobre um jornal, supomos que os historiadores da imprensa na Paraíba não se debruçaram com maior interesse sobre o escrito de Eugenio Toscano, pois priorizaram uma história mais panorâmica a respeito dos jornais e revistas existentes na história do Estado. O valor histórico das “Reminiscências” do redator-chefe é, entretanto, inegável, pelos esclarecimentos trazidos a respeito daquele órgão de imprensa e sobre o contexto político motivador da suspensão das atividades do referido jornal.

O escrito, em forma de depoimento, encontra-se datado, ao final, com o ano de 1897 (sete anos após o encerramento da *Gazeta da Parahyba*), mas foi publicado no volume 2 da “Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano”, em 1910. O artigo informa sobre os redatores do jornal, as colunas e seções, oferecendo pistas de alguns pseudônimos dos cronistas e contando como surgiu a ideia de criar aquela folha diária e quais as razões para o término da publicação.

Segundo Toscano de Brito (1910), a ideia para o surgimento da *Gazeta da Parahyba* ocorreu na casa de Eduardo Marcos de Araújo, que recebia amigos nos finais de tarde para um habitual conversa, nos primeiros dias do mês de maio de 1888. Eduardo Marcos, contribuinte jornalisticamente com o *Arauto Parahybano*, “um pequeno jornal de estudantes”, informou sobre a proposta de o *Arauto* se tornar uma publicação diária. Neste sentido, pediu a contribuição de Eugenio Toscano para auxiliar, na redação, os jovens do *Arauto Parahybano* na nova empreitada deles. Após meditar, a resposta veio em forma de pergunta e desafio, conforme o relato do diálogo entre os dois:

E porque não fundaremos nós uma folha diária?
Eduardo era homem de resoluções rápidas e, pois, aceitando a minha ideia, disse:
Você quer? Acha que poderemos sustentar uma folha em certas condições?

Garantam-me, respondi, a existência de uma folha durante três meses que eu me responsabilizo pelo resto.

Nisto entra Alonso de Almeida, então Inspetor da tesouraria de Fazenda, e atualmente Diretor de Contabilidade do Tesouro Nacional e que era um dos habitués das palestras vespertinas em casa do Eduardo.

Comunicamos a nossa ideia a Alonso que a aceitou com entusiasmo e prometeu-me o seu valiosíssimo concurso para a nova empresa; e aí mesmo ficou assentada uma reunião de alguns íntimos para o dia seguinte. (BRITO, 1910, p. 264)

Observamos que, na continuidade do relato, Eugenio Toscano de Brito informa sobre a reunião do dia seguinte com a presença de Eduardo Marcos, Alonso de Almeida, Antônio Bernardino, Antônio Carvalho e Arthur Achilles, entre outros dos quais não se recordava mais, ficando decidida a fundação do *Correio Parahybano*, primeiro nome que foi pensado para a *Gazeta da Parahyba*.

Possivelmente, o passo seguinte foi dirigir-se à tipografia dos herdeiros de José Rodrigues da Costa e definir as cláusulas da impressão. Novos contatos foram estabelecidos, agora, com Rodolpho Galvão⁹ e Antônio da Cruz Cordeiro Junior, o Cordeirinho, como era chamado pelos mais próximos. De acordo com Eugenio Toscano, Cordeiro Junior foi um dos maiores entusiastas da ideia. De pronto, o amigo já fazia projetos e cálculos sobre o futuro do jornal e se encarregou, de antemão, pelos romances-folhetins, assegurando uma assinatura do jornal francês *Petit Journal*, a fim de poder publicar “sempre romances novos e dos melhores escritores franceses e que ainda não fossem conhecidos no Brasil” (BRITO, 1910, p. 265).

Em depoimento afetivo de Eugenio Toscano, “Cordeirinho foi um dos maiores, senão o maior esteio que durante a sua vida teve a *Gazeta da Parahyba*, à qual sacrificou ele os seus mais vitais interesses” (BRITO, 1910, p. 265). No primeiro número do jornal, hoje não mais encontrado, datado de 8 de maio de 1888, Antônio Bernardino escreveu o artigo de apresentação, Rodolpho Galvão publicou um artigo sobre os portugueses no Brasil e Eugenio Toscano de Brito, as notícias políticas (BRITO, 1910, p. 266).

Ao estabelecer-se como um marco no periodismo paraibano, por inaugurar, no jornalismo do Estado, na época da Província, o primeiro serviço telegráfico direto, a *Gazeta da Parahyba* trouxe ao público as discussões do Parlamento Nacional sobre a abolição da escravidão, com a emissão da Lei Áurea promulgada cinco dias após a primeira edição da *Gazeta*. Segundo Eugenio Toscano de Brito (1910, p. 267),

⁹ Paraibano (1860-1906) com Doutorado em Medicina, foi eleito membro da Academia Nacional de Medicina em 1901.

quando recebeu a notícia da passagem do projeto [da abolição] no Senado(sic) a Gazeta mandou distribuir milhares de boletins anunciando a realização da grande aspiração nacional(sic) e ao seu escritório corriam os ex-escravos pedindo a sua carta de alforria; (os boletins) e foi munido deles que se apresentavam no dia seguinte as casas de seus ex-senhores dizendo-se forros. Grande popularidade deram esses fatos a(sic) nascente folha que viu-se logo cercada de grande simpatia, sendo com muita avidéz procurada diariamente. (BRITO, 1910, p. 266).

Gazeta da Parahyba nasceu e se promoveu em um momento de grande efervescência política. A possível simpatia alcançada pela folha somava-se às inovações que o periódico introduzia na imprensa da província. Essas observações podem ser observadas também nas palavras do seu fundador:

A Gazeta trouxe uma completa reforma ao nosso jornalismo indígena: um excelente serviço telegráfico, publicação diária de bons folhetins-romance, minuciosas notícias do exterior, interior e principalmente da então província, dando conhecimento ao público do movimento de todas as repartições; seção diária de crítica sobre os acontecimentos do dia anterior, crônicas domingueiras etc. etc., nada lhe faltando enfim para um verdadeiro jornal. De mais, colocada em um terreno neutro entre os dois partidos liberal e conservador, a Gazeta chamou naturalmente para o seu seio todas as aptidões e talento de que dispunham aqueles dois partidos, e os das classes conservadoras. (BRITO, 1910, p. 267-8).

Umas das partes mais esclarecedoras do escrito de Eugenio Toscano de Brito, pelo menos no que diz respeito às informações sobre quais eram os jornalistas colaboradores da *Gazeta da Parahyba*, está na passagem na qual o fundador-chefe do referido jornal enumera os nomes de seus companheiros nas lides da imprensa. Um fato curioso para a nossa pesquisa foi um “achado” importante, entre outras razões, porque trouxe à luz os nomes de quem estava por trás de alguns pseudônimos:

Dirigida em seu começo exclusivamente por Antônio Bernardino, Rodolpho Galvão, Cordeiro Junior, Arthur Achilles, Alonso de Almeida, Eduardo Marcos e eu [Eugenio Toscano de Brito], ela [a Gazeta da Parahyba] teve sucessivamente as valiosas colaborações de Cícero Moura (Dr.), que juntamente com Arthur Achilles redigiram as Notas da Semana além de outros artigos sobre crítica e instrução; Antônio Camillo, fino espírito e aprimorado crítico que, além da interessante seção sobre o movimento literário do país e do estrangeiro, escrevia as magistrais silhouettes; Machadinho (Dr. Francisco Ferreira da Silva Machado) que escrevia excelentes artigos literários e de crítica literária e social juntamente com o inditoso Fernando Coelho de Araújo; Alexandre de Faria Godinho, um talento trabalhado para o jornalismo, sempre cheio de muita verre (sic) e de muito humour, fazendo verdadeiro sucesso os seus artigos e folhetins assinados Rhadamanto e Rivadavio (depois houve muitos Rhadamantos e Rivadavios) Francisco Retumba (Dr.) que

escrevia com a mesma facilidade com que falava, sempre proficientemente; Cordeiro Senior (dr.) um atleta na polêmica, cujos artigos eram verdadeiros primores pela pureza do estilo e beleza da forma; Epitácio Pessoa (Dr.) cujo nome basta citar; Cleto Toscano, e outros que não me ocorre; no Rio de Janeiro eram nossos correspondentes José Leal e Augusto Toscano (Dr.); em São Paulo o Dr. Ferreira Machado que para ali fora removido como empregado de Fazenda; em Mamanguape o Vigário Ayres e Vicente Ferrer (já falecido); em Souza, Silva Maris (Dr.); em Campina Grande, Rego Mello (Dr.). Os acontecimentos políticos que se deram no país durante os anos de existência da Gazeta: queda do Ministério João Alfredo, subida do partido liberal, proclamação da república; a mudança de domicílio e a morte modificaram em muito o corpo da redação, enquanto ela extinguiu-se em 1890 estava aquela exclusivamente a cargo de Rodolpho Galvão, Cordeiro Junior e eu [Eugenio Toscano de Brito], tendo, entretanto, eficaz auxílio de alguns daqueles colaboradores. (BRITO, 1910, p. 268-9).

As palavras do redator-chefe, além de trazer à luz os nomes dos que colaboraram com a vida da *Gazeta da Parahyba*, mostram que este jornal tinha um corpo de correspondentes espalhados dentro e fora da Província, depois tornada Estado. Notícias do interior e de São Paulo e Rio de Janeiro preenchiam as colunas da folha de forma atualizada, em função do serviço de telégrafo particular e da existência de correspondentes vinculados ao jornal.

Em seu último ano de publicação, 1890, *Gazeta da Parahyba* já não contava com todos os seus redatores iniciais. A mudança de domicílio de Alonso de Almeida e a morte de Eduardo Marcos já haviam reduzido o número dos primeiros dirigentes de sete para cinco integrantes, logo depois dos primeiros meses de vida da *Gazeta da Parahyba*. E, segundo o depoimento de Toscano de Brito, verificou-se que já não estavam na redação Antonio Bernardino e Arthur Achilles na época da decisão de suspensão das atividades do jornal.

Eugenio Toscano, nas suas “Reminiscências” (1910, p. 270) conta a sua versão sobre o fechamento da redação da *Gazeta da Parahyba*. Segundo ele, a “facilidade com que a república inaugurara o sistema de suprimir os jornais que lhe caíam no mais leve desagrado”, colocou a Gazeta numa “melindrosa posição”, pois qualquer alusão crítica ao poder governante do Estado provocaria a supressão do jornal, inclusive com o uso de violência.

Por esta época, fim de 1889 e, sobretudo, primeira metade de 1890, *Gazeta da Parahyba* tinha “perdido aqueles tons de humorismo e facécia que sempre manteve” (BRITO, 1910, p. 270). *O Despertador*, *O Liberal Parahybano*, *O Conservador* e o *Jornal da Parahyba*, periódicos ligados aos partidos monárquicos, os primeiros da facção liberal, e os outros, da conservadora, já tinham fechado as portas com o advento da República. Restava, não por muito tempo, *Gazeta da Parahyba*.

O depoimento de Eugenio Toscano de Brito, a despeito da suspeita de advogar em causa

própria, indica uma imagem ativa de sua parte ao não ceder às pressões de forças militares como a razão para o fechamento da *Gazeta da Parahyba*, cujo último dia de publicação foi 8 de julho de 1890. Um novo jornal estava surgindo na época – O Estado da Parahyba –, com coloração republicana, publicando os atos administrativos do governo do Estado e, naturalmente, defendendo o poder governamental. Logo em seu segundo número, em uma pequena seção da terceira página, numa sequência de várias notas de temas esparsos, o novo jornal editou uma nota sobre a suspensão da publicação da *Gazeta da Parahyba*:

Suspendeu temporariamente a sua publicação a Gazeta da Parahyba. Ignoramos os motivos reais que levaram os seus redatores à tão surpreendente resolução. Em todo caso podemos afirmar que não houve intervenção alguma do governo do Estado, a quem era prestado todo o apoio pela redação, como ela mesmo confessa, e muito menos da distinta oficialidade do 27, não obstante o seu justo ressentimento para com aquela folha. (O ESTADO DA PARAHYBA, Ano I, n. 2, 9 jul 1890, p. 3).

Na seção “A pedidos”, página 4, do mesmo jornal *O Estado da Parahyba*, Epitácio Pessoa,¹⁰ então secretário do Governo, com um escrito intitulado *Gazeta da Parahyba*, também faz referências à suspensão da Gazeta, eximindo-se de qualquer responsabilidade sobre o ocorrido bem como eximindo o governo estatal. Com um escrito assinado com data de 8 de julho de 1890, assim se pronunciou:

Este distinto órgão de publicidade suspendeu hoje a sua publicação. Sinto profundamente que segundo consta-me, tenham envolvido o meu humilde nome neste fato lamentável. Devo dizer ao público a parte que tive na compressão da liberdade de imprensa, para mim a mais respeitável e civilizadora de todas as liberdades.

Em seu primeiro número O Estado da Parahyba, referindo-se a uma passeata promovida nesta cidade em regozijo à decretação da Constituição, escreveu: “Dispersou-se a passeata no quartel, onde terminou a festa do dia por um certame oratório em que tomaram parte os mesmos oradores salientando-se o Dr. Epitácio Pessoa por um arrebatado discurso e o Dr. Cunha Lima pelo seu valor cívico revelado a par de indizível modéstia.”

A Gazeta, aproveitando o ensejo para fazer um tout d’esprit, comentou a notícia, escrevendo entre outras coisas o seguinte:

“Não sabíamos dessa corrida oratória em que foram jóqueis vencedores os Drs. Epitácio e Cunha Lima.”

Achei pouco delicada a figura; mas nem de leve mostrei-me ressentido com os meus ilustres amigos, redatores daquela folha.

Ontem, em amistosa palestra com eles, emiti a mesma opinião quando, chamado ao assunto, discutimos a propriedade ou impropriedade da imagem. Isto reproduziu-se à noite. Separamo-nos como bons amigos que somos.

¹⁰ Segundo Caldas (2022), Epitácio Pessoa foi o único paraibano presidente da República, ocupou cargo nos três poderes republicanos, foi chefe da delegação brasileira no Tratado de Versalhes, juiz no Tribunal de Haia e eleito presidente enquanto estava fora do país.

Hoje, porém, fui surpreendido com a declaração dos redatores da Gazeta de que suspendiam a publicação da folha até que pudessem, “sem melindrar susceptibilidades e com garantia da lei, exprimir as suas ideias; e mais surpreendido fiquei com saber que me atribuíam o ter concorrido para aquele fato, revelando, no caráter de secretário do governo, a má vontade deste a respeito daquela folha.

Ora compreende o público que, tratando-se de um incidente todo pessoal e sem importância, eu jamais poderia discuti-lo em caráter oficial; e quando o tivesse feito poriei-me tão convenientemente que o meu procedimento não poderia de modo algum autorizar a resolução da “gazeta”.

Convém esclarecer que a briosa oficialidade do 27 batalhão se mostrou ofendida com os comentários daquele jornal, e neste sentido houve troca de explicações que, consta-me, não desvaneceram aquela má impressão. Se foi este desgosto o que determinou a suspensão da “Gazeta da Parahyba”, não se me atribua coparticipação em um ato para o qual não concordo, nem tão pouco o Governo do estado que se mostrou sempre solícito em dar as mais vivas demonstrações de simpatia àquela folha.

Parahyba, 8 de julho de 1890. Epitacio Pessôa. (O ESTADO DA PARAHYBA, Ano I, n. 2, 9 jul. 1890, p. 4).

Pelas duas declarações contidas no jornal *O Estado da Parahyba*, o Governo eximia-se de qualquer intervenção, mas os escritos deixavam indicada a possível interferência do 27º Batalhão de Infantaria. É o que os historiadores vão apontar como causa para a suspensão das atividades da *Gazeta da Parahyba*, destino semelhante já tomado pelo *Jornal da Parahyba*, no ano anterior:

Em 1889 essa folha [Jornal da Parahyba] foi empastelada, por fazer oposição ao então presidente dr. Gama Rosa, a quem esse atentado foi atribuído naquele tempo. Posteriormente pessoas da intimidade daquela autoridade negaram-lhe a conivência no crime, que, parece, foi praticado por soldados de linha mandado do coronel Honorato Caldas, então comandante do 27.º Batalhão de Infantaria. Sorte igual teria a Gazeta da Parahyba em 90 se não suspendesse a publicação. A oficialidade do aludido batalhão irritou-se com a Gazeta por causa de uma ligeira notícia, e como a época era de profunda anormalidade o presidente republicano de então não pôde garantir a liberdade de imprensa, o que motivou o desaparecimento daquela folha no dia 8 de julho de 1890. Citemos os principais heróis desse atentado: coronel Bento da Gama, capitão Panasco, alferes Belerophonte. (BEZERRA, 1922 [1920], p. 56).

Como não sobreviveram ao tempo os cinco últimos números da *Gazeta da Parahyba*, não tivemos acesso nas próprias edições do jornal ao escrito que causou tanta repercussão a ponto de provocar a interrupção da publicação da Gazeta. Eugenio Toscano de Brito (1910) narra, entretanto, a sua versão dos fatos e traz à luz o que se escreveu na *Gazeta da Parahyba* nos últimos dias antecedentes ao fim do jornal.

Ao afirmar que ignorava, até aquele momento (1897), os reais motivos da suspensão da Gazeta, Eugenio Toscano relembra alguns acontecimentos que tentam estabelecer ligação entre

os fatos. De acordo com ele, em junho de 1890, duas expressões usadas no jornal foram motivos de repreensão por parte de comandantes militares. Uma delas – razões de cabo de esquadra –, a qual intitulava uma nota, provocou a ida de um capitão – o capitão Bezerra – até a redação da *Gazeta da Parahyba*, a fim de “aconselhar” o redator a não mais usar aquele tipo de expressão que podia sugerir uma desmoralização dos cabos de esquadra.¹¹

Conforme Toscano (1910), tentou em vão explicar o emprego daquele brocado popular, ficando pasmo diante da reação do militar. Dias depois, em razão de um escrito na edição 613,¹² de 20 de junho de 1890, outro comandante, de cujo nome Toscano de Brito não se recordava, compareceu à redação da *Gazeta da Parahyba* para protestar, em nome do 27º Batalhão, “contra a expressão competentemente municuada, porquanto os soldados tinham ido apenas com os respectivos armamentos” (BRITO, 1910, p. 271), conforme presente na seguinte nota:

EXPLOÇÃO

Morte e ferimento

Ontem, às 10 ½ horas da noite, nas Trincheiras, em frente ao sítio do tenente coronel Baptista, em uma dependência da casa de Antônio Caetano, estando trabalhando em fogos um rapaz de nome José Ferreira e um outro do mesmo nome e aleijado, conhecido por José Amor Divino, deu-se uma explosão pela queda de um candeeiro, ficando completamente carbonizado o segundo e gravemente ferido o seu companheiro.

A dependência da casa ficou completamente destruída e reduzida a um montão de cinzas.

[...]

Grande foi a aglomeração de povo que para ali correu e, à hora em que escrevemos, 11 ½ da noite, continua a dirigir-se para o lugar da catástrofe grande massa popular. O ferido foi socorrido por um dos nossos colegas, que, de volta, encontrou uma grande força de linha competentemente... municuada e uma outra de polícia, que iam naturalmente manter a ordem, conquanto esta não estivesse alterada.

[...]. (GAZETA DA PARAHYBA, Ano III, n. 613, 20 jun. 1890, p. 3. Grifo nosso).

No dia posterior, em nota de primeira página, a Gazeta trouxe mais informações sobre o dito ocorrido e retificou a informação, afirmando: “As praças de linha que compareceram estavam apenas armadas, ficando assim retificada esta parte da notícia” (GAZETA DA PARAHYBA, Ano III, n. 614, 21 jun. 1890, p. 1). O estopim aconteceu, todavia, por ocasião da penúltima edição da *Gazeta da Parahyba*, n. 626, de 6 de julho de 1890. E como não

¹¹ “Razões de cabo de esquadra” era um dito popular que significava razões sem valor, insuficientes, argumentos de nenhum peso. A expressão ainda indicava que os cabos de esquadra eram de pouco saber, mas com fumos de comando, segundo escrito do próprio jornal em outra ocasião (GAZETA DA PARAHYBA, Ano I, n. 87, p. 3).

¹² Nas “Reminiscências”, Eugenio Toscano de Brito (1910, p. 271) indicou a edição 612. Certamente, foi traído pela memória. Constatamos que a nota a que ele se referiu estava na edição 613. A data foi mencionada corretamente.

sobreviveram os últimos números do jornal, valemo-nos do que Eugenio Toscano de Brito registrou:

Em seu número 626 (foi o penúltimo) em uma local, com o título Hom'esse! Escrevia a Gazeta:

“Disse o Estado da Parahyba que a passeata em regozijo pela decretação da Constituição despertou-se no pátio do Quartel, ‘onde terminou a festa do dia por um certame oratório, em que tomaram parte os mesmos e outros oradores, salientando o Dr. Eptácio por um arrebatado discurso e o Dr. Cunha Lima pelo seu valor cívico revelado a par de indizível modéstia’.

Ora, nós não sabíamos dessa corrida oratória em que forma jóqueis vencedores os Drs. Eptácio e Cunha Lima, por isso não lhes tínhamos dado os parabéns, o que aproveitamos a ocasião para fazê-lo.

Mas, o que teria dito o Dr. Cunha Lima que foi vencedor pelo seu valor cívico a par de indizível modéstia?

Querem ver que o Sr. Dr. Chefe de Polícia, principiando o seu discurso por afirmar ser o mais obscuro dos oradores, que levantava a sua débil voz perante aquela augusta assembleia (e ali está a indizível modéstia) disse ali mesmo nas barbas do 27, cobras, e lagartos do Deodoro, do exército e da armada? (E aí está a revelação do valor cívico.) Deve ter sido isto...”

Logo cedo no dia da publicação dessa local, tive conhecimento por vagos rumores, do desagrado que a notícia tinha causado entre a oficialidade do 27, e que os dias, senão as horas da Gazeta estavam contados.

Devo confessar que apesar de todos os precedentes eu tinha a ingenuidade de não acreditar nesses rumores mesmo porque não via na local motivo para tanto.

De que se tratava com efeito?

De inocente troça feita ao dislate do futuro órgão do partido do governador do estado! (BRITO, 1910, p. 271-2).

Após a publicação das palavras mencionadas no registro de Eugenio Toscano, a redação da *Gazeta da Parahyba* foi novamente “visitada”, desta vez pelo coronel, depois general, Bento da Gama, comandante do 27º Batalhão. Como o redator-chefe não se encontrava no local em todas as vezes em que foi procurado, Eugenio Toscano de Brito teve de dirigir-se à noite para a casa do comandante, onde o coronel, em nome da oficialidade, exigiu “uma retratação completa por parte da Gazeta em face da ofensa que lhe tinha sido dirigida chamando-o de covarde, pois era uma covardia supor que o Dr. Cunha Lima tinha dito cobras e lagartos do Marechal Deodoro em sua presença e que ela [a oficialidade] tinha ficado silenciosa” (BRITO, 1910, p. 273).

Eugenio Toscano de Brito argumentou que se tratava de ironia e alfinetadas contra o jornal *Estado da Parahyba* e o Dr. Cunha Lima, e não contra o 27º Batalhão, mas as explicações não foram aceitas, e a conversa entre os dois foi ficando cada vez mais tensa:

Expliquei ao Coronel Bento da Gama a interpretação que se devia dar a

notícia; que nela via-se claramente ironia e alfinetadas, mas não ao 27 Batalhão, e sim ao Estado e ao Dr. Cunha Lima, que eu não tinha dúvida em dar a esse respeito uma explicação.

Explicação não; satisfação.

Satisfação, não, coronel, porque não vejo motivo para isso.

O Dr. pense bem, insistiu o Coronel. A oficialidade está muito exaltada, principalmente o Panasco (Capitão) e o Belerophonte (alferes); e eu, por melhores razões que visse assistir de sua parte nunca, em questões semelhantes estarei em divergência com os meus oficiais.

Mas, uma explicação, que o Sr. verá mesmo antes de ser publicada, poderá conciliar ambas as partes.

Não concilia, não; conheço a quanto pode chegar o fogo dessa rapaziada que tenho no quartel. Olhe: eu mesmo escrevo o artigo e você publicará como se fosse da redação:

Recusei-me ainda uma vez, e levantando-me, disse ao Coronel:

Bem, Coronel; não podendo nós chegarmos a um acordo, só tenho que retirar-me, certo de que a Gazeta continuará a sair.

E eu, Dr.; só tenho a dizer-lhe que não me responsabilizo pelas consequências.

Frase esta que o Coronel ainda repetiu ao transpor eu a porta da rua. (BRITO, 1910, p. 273).

O diálogo não foi muito amistoso, vê-se; estava cheio de ameaças e insinuações entre o redator-chefe e o coronel Bento da Gama. Ao retornar para a sede da *Gazeta da Parahyba*, Eugenio Toscano de Brito encontrou os colegas de redação, os quais o aguardavam, pressentindo o que estava prestes a acontecer – o fechamento do jornal antes desse ato de violência extrema:

Voltando ao escritório da Gazeta encontrei-o repleto de amigos, que tendo notícia do que se passava, aguardavam a minha volta; todos pressentiam a tempestade a desencadear-se.

Expus-lhes singelamente a minha conferência com o Coronel Bento da Gama e pedi-lhes conselhos, certo de que eu mantinha a minha opinião expendida ao Coronel – de que a Gazeta continuaria sair.

Ainda hoje [1897] me recordo do silêncio morno, profundo, angustioso que se seguiu as minhas últimas palavras, era que nos esmagava na ocasião a liberdade, a igualdade e a fraternidade republicanas, tais quais as compreendiam os homens do 15 de novembro!

Rodolpho Galvão, Francisco Retumba, Cordeiro Junior, Antônio Camillo, Faria Godinho, todos finalmente foram de opinião que, em face de tão formal ameaça, seria uma loucura a continuação da publicação do jornal, e eu só tive que submeter-me a opinião dos meus amigos.

Outro então faça o requiescat – eu não, repliquei.

Faço eu, disse o Rodolpho. (BRITO, 1910 [1897], p. 274).

Rodolpho Galvão escreveu, então, o epitáfio do jornal em nota intitulada “Última hora”:

Em virtude das circunstâncias anômalas em que nos achamos, e que nos dois últimos dias se tem acentuado relativamente a liberdade do que está até hoje

tínhamos gozado na manifestação dos nossos pensamentos, como órgão da imprensa neste Estado, resolvemos suspender temporariamente a publicação da *Gazeta da Parahyba*, até que possamos sem melindrar susceptibilidades, e com garantia da lei, exprimir as nossas ideias.

O público que tem acompanhado a nossa norma de conduta, nos fará a justiça de bem aquilatar dos nossos serviços, franca e desinteressadamente prestados a administração deste Estado, depois da inauguração da República.

Os nossos assinantes que se acham adiantados em seus pagamentos convidamos a vir ao nosso escritório receber o que lhe é devido.

Acreditamos que em breve prazo poderemos reaparecer na arena jornalística, mantendo a nossa autonomia. (BRITO, 1910, p. 274-5).

O relato de Eugenio Toscano de Brito, em suas “Reminiscências” (1910), exemplifica como *Gazeta da Parahyba* surgiu e como a ameaça de militares do recém instalado regime republicano impôs o fechamento do jornal. E tendo como verdade o depoimento do redator-chefe, a *Gazeta* tinha condições plenas de continuar suas atividades jornalísticas. A ameaça explícita de um coronel, comandante de um batalhão, pôs fim a um projeto dos mais bem sucedidos do periodismo paraibano do século XIX. Após conhecer a trajetória da *Gazeta da Parahyba*, conheçamos, agora, um pouco mais sobre o seu fundador e alguns de seus principais redatores.

3.3 Os redatores da *Gazeta da Parahyba* e suas trajetórias na imprensa paraibana do período oitocentista

Consolidada na história da imprensa paraibana, nos registros de Alcides Bezerra (1922), José Leal (1962), Eduardo Martins (1976; 1978) e Fátima Araújo (1986), a informação de que os redatores e diretores da *Gazeta da Parahyba* foram: Eugenio Toscano de Brito, Arthur Achilles, Antonio Bernardino, Rodolpho Galvão, Antônio da Cruz Cordeiro Junior, Alonso de Almeida e Eduardo Marcos.

As lembranças de Eugenio Toscano de Brito, no seu artigo “Reminiscências” (1910, p. 268), realmente confirmam esses nomes como responsáveis pela redação no primeiro momento da existência do periódico, elencando, também, vários nomes de seus colaboradores e correspondentes. Além das palavras de Eugenio Toscano de Brito (1910), suficientes para a comprovação de quem dirigia e redigia regularmente o jornal, as fontes primárias, isto é, os exemplares da *Gazeta da Parahyba*, em grande medida, fazem alusão às colaborações dos referidos jornalistas, caracterizando-os como redatores do periódico. A participação dos redatores, no entanto, não ocorreu na mesma proporção.

Por exemplo, a morte de Eduardo Marcos em outubro de 1888, meses depois do início

da publicação do jornal, e a mudança de domicílio, para outra província, de Alonso de Almeida, interromperam o exercício jornalístico desses dois escritores na *Gazeta da Parahyba*. Mesmo com a participação de Rodolpho Galvão, Francisco Retumba, Antônio Camillo e Faria Godinho, por ocasião do segundo aniversário do jornal, em 8 de maio de 1890, edição 579, em diversos escritos laudatórios pelo início do terceiro ano de publicação, verifica-se que, dos sete redatores iniciais, dois figuravam ainda como responsáveis, naquela ocasião, pela continuidade do periódico: Eugenio Toscano e Cordeiro Junior. Um escrito sob a assinatura de um pseudônimo – Dominó Vermelho – apontava *Gazeta da Parahyba* como “filha legítima e bem legítima do Dr. Eugenio Toscano”. E mais:

Concorre para isto [a continuidade da *Gazeta da Parahyba*] os esforços incessantes, a inteligência inexaurível de seu chefe e fundador, e o talento e a coragem do Dr. Cordeiro Junior, que, com as fulgurações diamantinas de sua pena de prosador e de poeta, aparece quase sempre em todas as suas colunas, sendo ele também o timoneiro infatigável da galera. (GAZETA DA PARAHYBA, 8 de maio de 1890, Ano III, n. 579, p. 1)

O engenheiro renomado da época, Francisco Retumba, que também foi um dos sócios da *Gazeta do Sertão*, importante periódico de Campina Grande, em sua homenagem ao jornal aniversariante, na mencionada edição comemorativa, confirma as palavras anteriores: “Os Drs. Eugenio e Cordeiro Junior têm sabido resistir com heroísmo a tantas e tão variadas causas de desgostos e desânimo; a população verdadeiramente patriótica deste Estado lhes deve grande dívida de gratidão” (GAZETA DA PARAHYBA, 8 de maio de 1890, Ano III, n. 579, p. 2). Outro escrito da mesma edição acrescentava:

A *Gazeta da Parahyba* representa uma gama enorme de sacrifícios, e é a afirmação eloquente da dedicação e amor ao trabalho dos dois ilustres cidadãos que, de algum tempo a esta parte, lhe tem sido os únicos sustentáculos – Eugenio Toscano e Cordeiro Junior. Estes dois moços, cheios de vida e atividade, dessa vida e atividade que seriam capazes de prodígios em outro estado mais próspero que a *Parahyba* e de horizontes mais largos, parecem viver única e exclusivamente para a *Gazeta*. (GAZETA DA PARAHYBA, 8 de maio de 1890, Ano III, n. 579, p. 2)

Depreende-se dessas citações que os dois principais redatores do jornal foram, de fato, o seu fundador e redator-chefe Eugenio Toscano de Brito e o jornalista e tradutor Antônio da Cruz Cordeiro Junior, de modo a recair sobre eles a responsabilidade de boa parte dos escritos da folha. Informações sobre os setes principais redatores da *Gazeta* no início da publicação do periódico não são encontradas em uma única obra. Os nomes dos redatores do jornal são esses:

Eugenio Toscano de Brito, Arthur Achilles dos Santos, Antônio da Cruz Cordeiro Junior, Eduardo Marcos de Araújo, Antônio Bernardino dos Santos, Rodolpho Galvão e Joaquim Alonso M. de Almeida.

Cordeiro Junior, a despeito de estar presente em várias referências, incluindo menção feita a ele na Enciclopédia de Literatura Brasileira, organizada por Afrânio Coutinho e J. Galante de Sousa (2001), não recebeu, ainda, no cenário paraibano, o mesmo espaço alcançado pelos dois companheiros citados. Conclui-se sobre os demais redatores que não há muitos dados disponíveis sobre Eduardo Marcos, Antônio Bernardino, Alonso de Almeida e Rodolpho Galvão, pelo menos no âmbito da historiografia literária ou jornalística.

Quando Alcides Bezerra (1922, p. 55) apontava no seu pioneiro estudo sobre a imprensa paraibana que *Gazeta da Parahyba* tinha um “luzido corpo redacional”, certamente baseava-se, entre outras razões, no fato de seus redatores terem sido militantes do jornalismo antes de fundarem a Gazeta e mesmo depois da suspensão dela. O próprio historiador, ao enumerar os jornais e periódicos em circulação no solo paraibano mostra, por exemplo, que Antônio Bernardino fez parte da fundação de “O Bossuet da Jacoca” em 1875, e Arthur Achilles já havia estreado no jornal *A Parahyba* em 1880 (BEZERRA, 1922). Em 1887, segundo Eduardo Martins (1976), o *Arauto Parahybano* contava com a colaboração de Antônio Bernardino dos Santos, Eduardo Marcos de Araújo e Eugenio Toscano, entre outros.

Após o fechamento da *Gazeta da Parahyba*, Eugenio Toscano, Arthur Achilles, Antônio Bernardino e Rodolpho Galvão, “todos espíritos brilhantes e experimentados nas lides do jornalismo” voltariam a se encontrar em *O Parahybano*, de 1892 (MARTINS, 1976, p. 57). Eugenio Toscano ainda colaboraria nos primeiros dias de *A União*, de 1893, e Arthur Achilles fundaria *O Commercio*, jornal que circulou entre os anos de 1899 e 1907, sua “tenda de combate”, nas palavras de Alcides Bezerra (MARTINS, 1976).

3.3.1 Eugenio Toscano de Brito, o fundador e redator-chefe

O fundador da *Gazeta da Parahyba* e um de seus principais redatores foi Eugenio Toscano de Brito. Nascido na cidade da Parahyba, atual João Pessoa, em 10 de outubro de 1850, era filho do Comendador Felizardo Toscano de Brito, chefe do Partido Liberal, e de D. Eugênia Accioli Toscano de Brito.

FIGURA 10 – Imagem de Eugenio Toscano de Brito



Fonte: APL. Disponível em: <http://www.aplpb.com.br/videos-e-imagens>. Acesso em: 14 maio 2022.

Segundo Eduardo Martins (1978), depois de estudar os preparatórios, Eugenio Toscano seguiu para o Rio de Janeiro, onde cursou a Faculdade de Medicina, concluindo seus estudos em 1879, na Bahia, em função de desavenças entre a turma de estudantes e professores da Corte. Diplomou-se em Medicina. Foi casado com D. Josefina Roy Toscano de Brito. “Ainda acadêmico, fez parte com os depois notáveis publicistas Teixeira de Souza e Miguel Lemos, de uma revista mensal de ciências, letras e artes, denominada ‘A Ideia’, cujo primeiro número apareceu no Rio em 1 de julho de 1874” (MARTINS, 1976, p. 206). Ao voltar à cidade da Parahyba, dedicou-se à medicina, ao magistério e ao jornalismo. Exerceu, ainda, vários cargos públicos:

Foi nomeado Inspetor da Saúde Pública e do Porto; exerceu as funções de Vacinador Provincial, Diretor do Serviço Médico da Santa Casa de Misericórdia, Cirurgião-Mor da Província; Médico Legista da Polícia da Estrada de Ferro Conde D’Eu. Era sócio correspondente da Sociedade de Medicina Cirúrgica do Rio de Janeiro; Professor de Trigonometria, Pedagogia, Ciências Físicas e Naturais, Geografia, Álgebra, Biologia e História Natural. Foi, também, Diretor da Instrução Pública, Diretor da Escola Normal e do Lyceu. (BARBOSA, 2009, p. 37).

Mesmo sendo filho do chefe do Partido Liberal e tendo exercido cargos públicos, segundo Eduardo Martins (1978, p. 206), Eugenio Toscano de Brito foi um “mau político, não obstante ser excelente cidadão”:

Desde que não podia aceitar fatos consumados, não se alinhava em conchavos, não conhecia ardis para fazer eleitores, ficou reputado pernicioso à política, condenou-se desde logo, por sua sinceridade, a não atingir altos cargos, mau grado sua competência, seu amor à terra natal e a sua honestidade! Teve, portanto, que clinicar, fonte que lhe ofereceu sólidas amizades e simpatias. (MARTINS, 1978, p. 206).

Essa designação de “mau político” aplicada a Eugenio Toscano de Brito deve ser definitivamente relativizada. O próprio Eduardo Martins, ao empregá-la, sugere que a expressão se deve ao fato de o filho de Felizardo Toscano de Brito não se aliar a conchavos eleitoreiros. Celso Mariz, em “Apanhados históricos da Paraíba” (1994, p. 177), após afirmar que *Gazeta da Parahyba* foi “um diário bem feito, mais ou menos imparcial, e vibrantíssimo”, assim escreveu sobre o redator-chefe:

Nele [no diário *Gazeta da Parahyba*] bate Eugenio quem lhe aparece errar e honra quem, nesse ou naquele partido, se lhe afigure lutador de predicados e de princípios. Atacando os conservadores, poupou enquanto pôde essa nobre figura de Abiaí que, ofendido com o empastelamento do “Jornal da Parahyba” pelos soldados do Cel. Caldas (outubro de 1889) foi da pena do jornalista liberal que recebeu mais pronta e valente desafronta. Assim também, forte, desembaraçado, enérgico, justiceiro, um tanto acre, era ante os desacertos e as boas atitudes, as figuras estreitas e as personagens eméritas de seu próprio partido. (MARIZ, 1994, p. 177).

Após a Proclamação da República, conforme registra os historiadores da Paraíba (ALMEIDA, 1978; MARIZ, 1994), Eugenio Toscano de Brito participou ativamente das articulações para a instalação do novo governo na antiga província, que se tornava, então, Estado da Parahyba, tendo seu nome apontado para integrar a primeira junta governativa:

As primeiras combinações de governo foram aqui [na Paraíba] acionadas por Eugênio Toscano. Das reuniões que a 17 [de novembro de 1889] se fizeram no paço municipal e no Clube Astréia saiu a primeira junta aclamada: Cel. Honorato Caldas, comandante do 27º Batalhão do Exército, 2º tenente da Armada Artur José dos Reis Lisboa, Barão de Abiaí, Dr. Lima Filho, Eugênio Toscano. (MARIZ, 1994, p. 179).

O coronel Caldas, por meio de manobras políticas e militares, que desagradaram a muitos, acabou formando uma nova junta, sem a participação de Eugenio Toscano como integrante, apesar de o jornalista continuar a ser uma voz importante no cenário político da época. A trajetória política do redator-chefe da *Gazeta da Parahyba* continuou, ora aliando-se aos governos instalados, ora fazendo oposição (MARIZ, 1994).

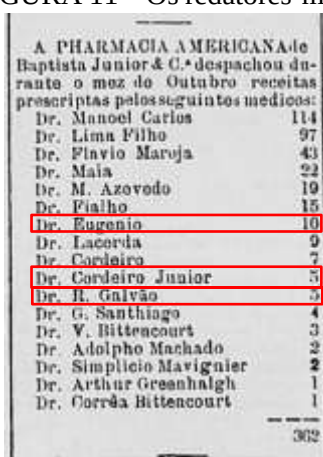
Com o fechamento da *Gazeta da Parahyba* em 1890, dois anos depois Eugenio Toscano de Brito aliava-se novamente aos companheiros de jornalismo da *Gazeta* e fundava o jornal *O Parahybano*. Esta folha sofreu ataques e perseguições até o seu empastelamento, juntamente com o fechamento da Tipografia dos herdeiros de J. R. da Costa, história registrada, entre outros, por Eduardo Martins em “A tipografia do Beco da Misericórdia” (1978).

Eugenio Toscano exerceu vários cargos públicos ligados à administração, ao magistério e à medicina. Foi escrivão da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia. Sua nomeação foi publicada na edição 36 da *Gazeta Parahyba*, de 20 de junho de 1888. Em vários números do jornal, como as edições 63, 66 e 68, por exemplo, encontram-se editais da Santa Casa sob a sua assinatura como escrivão.

Suas funções como médico também são mencionadas na Gazeta. Na edição de número 340, de 11 de julho de 1889, o jornal faz menção a uma cirurgia realizada por um médico chamado Corrêa de Bittecourt no hospital da Santa Casa da Misericórdia. Na operação, um paciente sem visão havia anos tem a vista restabelecida após uma cirurgia de catarata, procedimento médico que contou com o auxílio do Dr. Eugenio.

Na edição 317, de 11 de junho de 1889, outra operação é relatada feita pelo mesmo médico, Corrêa de Bittecourt. Na ocasião, além de Eugenio Toscano, Rodolpho Galvão também auxiliou na cirurgia em que foi aplicada uma pupila artificial em um paciente com leucoma central de pupila. No dia seguinte, o paciente estava com a vista excelente, segundo o relato. Já na edição 348, de 20 de julho de 1889, os redatores-médicos Eugenio Toscano e Cordeiro Junior atuam como peritos numa autópsia. Em nota publicada na seção A pedidos, na *Gazeta da Parahyba* de 8 de novembro de 1889, ed. 438, os médicos Eugenio Toscano, Cordeiro Junior e Rodolpho Galvão estão numa lista (Figura 10) na qual a Pharmácia Americana comunicava já ter despachado as receitas prescritas:

FIGURA 11 – Os redatores-médicos



A PHARMACIA AMERICANA de Baptista Junior & C.º despachou durante o mez do Outubro receitas prescriptas pelos seguintes médicos:	
Dr. Manoel Carlos	114
Dr. Lima Filho	97
Dr. Flavio Maroja	43
Dr. Maia	23
Dr. M. Azorodo	19
Dr. Piaiho	15
Dr. Eugenio	10
Dr. Lacordia	9
Dr. Cordeiro	7
Dr. Cordeiro Junior	5
Dr. R. Galvão	5
Dr. G. Santhiago	4
Dr. V. Bittencourt	3
Dr. Adolpho Machado	2
Dr. Simplicio Mavignier	2
Dr. Arthur Greenhalgh	1
Dr. Corrêa Bittencourt	1

Fonte: GAZETA DA PARAHYBA, 8 nov. 1889, Ano II, n. 438, p. 3 (destaques nossos).

Eugenio Toscano de Brito foi uma figura muito ativa profissionalmente. Como médico integrou juntas médicas, clinicou, foi inspetor de Higiene, atendendo em casa, na rua Duque de Caxias, 81, das 8 às 9 da manhã, quem precisasse vacinar-se, conforme indica nota de 15 de

janeiro de 1890 da *Gazeta da Parahyba*. Também foi professor de Ciências Físicas e Naturais, sendo depois removido para assumir o cargo de professor de Trigonometria e Geometria do Liceu, de acordo com as edições 506 e 507 da Gazeta, que comunicam essa mudança.

Quanto aos aspectos de sua escrita, *Gazeta da Parahyba* publicou uma coluna assinada por um pseudônimo, Phileas Fogg (personagem do romance “A volta ao mundo em 80 dias”, de Júlio Verne). Nessa coluna, um perfil biográfico de Eugenio Toscano de Brito é apresentado. No fragmento a seguir, de cunho elogioso, o escrito aponta o que seriam algumas características da pena jornalística do redator-chefe:

Desde os tempos acadêmicos conheço o ilustre filho do finado chefe do partido liberal desta província, e sempre o vi a braços com trabalhos jornalísticos sem detrimento de seus estudos. Quando na corte existia a Reforma, ele foi por longo tempo um dos colaboradores desse órgão liberal. Um dia achava-se na sala da redação quando Cesário Alvim, pergunta-lhe se era bom escrever alguma coisa sobre o Cotegipe, que nesse tempo fazia parte do ministério. Respondendo afirmativamente à pergunta do ilustre deputado mineiro, este lança mão da pena e com golpes formidáveis, que não passaram de arietadas liliputianas, tentou abalar esse gigante que, há pouco, caiu fulminado pela morte.

Citando este fato quero mostrar que o meu digno comprovinciano Dr. Eugenio sempre lidou na imprensa, sempre trabalhou e ao lado de homens eminentes do país, cultivando a sua inteligência e que brilhantemente manifesta na vida laboriosa de hoje. Se o seu estilo não tem os clarões e os arcos de Quintino Bocayuva, tem uma simplicidade, uma originalidade atraente, sabendo elevá-lo a altura do assunto que aborda. Respeito muito sua pena temível de escritor humorístico; é graciosa, vibrante e excessivamente cáustica.

Talvez achem exagerado o paralelo, mas o que se dá com o Dr. Eugenio tem um exemplo em V. Hugo, o grande mestre do século. Gustavo Planche, afirmou não ser ele poeta; Laserre chamou-o de nulidade e Mirecourt, vendido ao ouro dos jesuítas, num vômito de mediocridade impotente, o insultou com o epíteto de miserável.

Isto prova que é apanágio do talento e do gênio ser vilipendiado pelos zoilos (sic) e invejosos. Não admira, portanto, que ao esforçado paraibano, redator-chefe da *Gazeta da Parahyba*, na oficina em que trabalha como um verdadeiro operário da imprensa popular nesta província, seja o alvo de uma impertinente fuzilaria de doestos, que entretanto não o atingem. (GAZETA DA PARAHYBA, 23 abr. 1889, Ano II, n. 277, p. 2).

Na *Gazeta da Parahyba*, Eugenio Toscano escrevia artigos sobre questões políticas (BRITO, 1910, p. 266), entre outros temas, e, sob o pseudônimo Orsini, redigia a crônica domingueira, o Folhetim-crônica, numa seção intitulada “Aos domingos”. Foi, sem dúvida, o mais presente redator da Gazeta, não só porque exercia o cargo de redator-chefe mas porque desde o princípio tomou para si o compromisso de levar adiante o projeto do jornal (BRITO, 1910); e, segundo constatou nossa pesquisa, foi o único que não se ausentou um só momento das oficinas da Tipografia dos herdeiros de J. R. da Costa, onde a folha era impressa.

Gazeta da Parahyba registrava qualquer ausência de seus redatores, fosse por motivo de morte, como ocorreu a Eduardo Marcos de Araújo, fosse de viagem, como as que foram registradas de Cordeiro Junior e Rodolpho Galvão, ou mudança de domicílio, no caso de Alonso de Almeida. O principal campo de ação de Eugenio Toscano foi, de fato, o jornalismo. Tornou-se patrono da cadeira 15 da Academia Paraibana de Letras e faleceu em 31 de janeiro de 1903, em sua cidade natal, aos 52 anos de idade.

3.4 Características gerais sobre o anúncio

Entre o período de 1862 e 1895 era estabelecida uma comparação entre os anúncios. Pode-se perceber que, devido a algumas mudanças ocorridas na vida sociocultural brasileira e, particularmente, na paraibana, os anúncios apresentavam textos de tamanhos variados, utilizavam uma linguagem relativamente clara e objetiva, o que permitia uma compreensão rápida e eficaz do item anunciado. Eram oferecidos produtos e serviços que proporcionassem qualidade, satisfação, conforto e segurança; qualidades valorizadas e indispensáveis à sociedade da época.

A linguagem usada nos anúncios do século XIX baseava-se, principalmente, nos atos de avisar ou comunicar e de qualificar o item ou serviço a ser vendido e ou adquirido. Os autores seguiam as tradições da época, tanto com relação à estrutura formal quanto ao estilo e nível de língua. Nos anúncios do século XIX, vendiam-se e compravam-se medicamentos, vestimenta, acessórios, mobília, miudezas, cigarros/fumo, alimentos, maquinário, animais, escravos, joias/ouro/prata/moedas, livros, ações, sítios, terrenos, casas, entre outros itens correlatos; ainda, convidava-se e informava-se sobre missas, funerais e festividades; protestava-se, denunciava-se, arrendavam-se e alugavam-se sítios, terrenos, sobrados/casas, escravos, além de serviços de regência, odontológico, cirúrgico, advocatício, domésticos (criados: ama de leite, cozinheira, arrumadeira), entre outros serviços.

Importante é o fato de que, no século XIX, iniciava-se uma tipologia diferenciada nas linhas de impressos; isso em uma cultura – sociedade em processo de descolonização – ainda dominada por relações de oralidade. Em outras palavras, certas tradições começadas na Europa passam a ser adaptadas à realidade brasileira, em que a população começava a ler e escrever em seus primeiros impressos, num espaço em que o manuscrito ainda desempenhava grande papel no processo de produção textual.

É possível observar certa homogeneidade quanto às formas de textos presentes nos

anúncios. O título não revela, na maioria das vezes, o assunto do texto, portanto, a sua finalidade primeira é chamar a atenção do leitor para, em seguida, “parecer” com este dialogar. Os títulos dos anúncios são nominais, podem ser encontrados acompanhados ou não de subtítulos. Ainda, observa-se que alguns títulos podem vir seguidos ou não de pontuação e de recursos gráficos, tais como negrito, itálico, sublinhado, além da fonte diversificada, aspectos estes que acentuam uma característica apelativa.

Pela característica dos produtos e serviços veiculados nos anúncios dos jornais do século XIX, podem-se destacar, por exemplo, os anúncios relativos aos eventos sócio-histórico-culturais: às inovações, propriedades, artefatos, festas e acontecimentos religiosos, comércio, produtos, serviços (ofícios e atividades), entre outros. Do ponto de vista textual enunciativo, evidencia-se a função referencial/informativa e a função persuasiva/argumentativa.

Os textos de alguns anúncios, no seu conjunto, são mais longos, conservam elementos de descrição e apresentam a marca de caráter mais afetivo e apelativo, além de uma variedade de interesses da comunicação, entre eles: pedido, informações, exposição de relatos, conselho, agradecimento, notícias familiares etc., visando atender vários propósitos comunicativos: vender, comprar, ofertar, opinar, solicitar, criticar, reclamar, comentar, entre outros. Informa o nome do local ou endereço onde o serviço ou o produto será adquirido.

Em linhas gerais, os anúncios dos periódicos paraibanos, na sua grande maioria, apresentam textos sem ilustração ou desenho, alguns sem títulos; tamanhos e espaçamento entre letras diversificados, dimensão e disposição dos textos, na página, variados; impressão em preto; recursos gráficos que hierarquizam os anúncios que apresentam títulos e subtítulos e identificam o foco do anúncio. Tais características gráfico-editoriais são de influência europeia, notadamente, francesa.

Nos anúncios constantes da coletânea de Aldrigue e Nicolau (2009), verifica-se que as ilustrações ou desenhos, seja enquanto representação de objetos ou de figura humana, se fazem presentes a partir de 1882, com o jornal *O Publicador*, porém visualiza-se uma maior frequência ao final do século XIX. Ainda, registra-se que os anúncios eram geralmente localizados na última página dos periódicos, o que não se viu no *Jornal Gazeta da Paraíba* (nossa fonte de pesquisa) que usava o seu próprio espaço como forma de contratar serviços – “Precisa-se de meninos para vender a Gazeta da Parahyba. A tratar nesta typographia” (ALDRIGUE; NICOLAU, 2009, p.168) – e divulgar ao público-leitor as condições das publicações do jornal – “Gazeta da Parahyba. As condições das publicações

feitas no nosso jornal são as seguintes, por linha; Apedidos 100 reis. Edital 100 reis. Annuncios 60 reis. IMP. NA TYPOGRAPHIA DOS HERDEIROS DE J. R. DA COSTA” (ALDRIGUE; NICOLAU, 2009, p. 161).

Dessa forma, percebe-se que o gênero anúncio dividia espaço com outros gêneros afins (edital, apedido) e se confundem com o aviso, comunicado ou informe. Com relação à organização espacial, destaca-se, por exemplo, o fato de a maioria dos anúncios ser organizada em colunas, apresentava uma disposição gráfica semelhante, redigidos em um único texto ou parágrafo – independente da extensão –, ou de trazer na sua abertura ou fechamento a primeira linha com letra maior que as demais. Observa-se ainda que a maior parte dos anúncios trata o produto com fins de comercialização do “bem” ou serviço.

Com relação à textualidade, observa-se que, em geral, os anúncios são escritos de modo claro, expondo sua intenção e apresentando o assunto objetivamente, sem dificuldade para o leitor, embora não houvesse um cuidado estético e tratamento ortográfico, o que pode ser comprovado com as trocas de letras e recursos gráficos.

Ao fazer levantamento dos anúncios, no tocante ao aspecto discursivo, percebe-se o emprego de algumas características que marcam certa tradição discursiva, entre elas: a 3ª pessoa; a modalização imperativa; presença de substantivos acompanhados de mais de um adjetivo; a grafia das palavras mantendo resquícios de fases anteriores da ortografia – influência francesa, inglesa, italiana, greco-latina –, para, possivelmente, dar um maior requinte ao texto; a presença do locutor (o responsável pelo anúncio vem comumente nomeado) – também era comum que fosse usado o título (do locutor?) ou forma de tratamento que (lhe) distingue a classe social (hierarquia, afetividade, intimidade, polidez, reverência) enquanto poder instituído e dominante; também o nome do estabelecimento ou o próprio produto ou assunto.

É possível encontrar textos, melhor dizendo, anúncios com informação e opinião, com tomada de posição e apresentação de argumentos para justificá-la. A predominância da utilização da 3ª pessoa torna o texto mais impessoal e objetivo, mas não desconfigura a autoria do discurso. Essa característica discursiva merece ser observada tanto pelo aspecto argumentativo quanto pelo aspecto mais geral. Pode-se evidenciar o ponto de vista discursivo e a opinião, aviso, informação contida no texto; logo, o propósito comunicativo está claro, a partir das informações básicas: o que está sendo anunciado? Para que público está sendo anunciado? Como encontrar o produto ou serviço anunciado?

Os anúncios não apresentavam o mesmo formato. Eram compostos basicamente por textos e apareciam nas últimas páginas dos jornais. Na maioria das vezes, estavam presentes na

seção destinada aos anúncios, mas poderiam aparecer inseridos sob o título “Apedido” ou em formato semelhante à notícia. Para uma melhor compreensão acerca das características gerais da estrutura dos anúncios e de como estavam apresentados, demonstraremos logo a seguir alguns exemplos e teceremos informações referentes a alguns periódicos paraibanos do século XIX.

3.5 Características e estrutura dos anúncios nos jornais paraibanos

Logo abaixo apresentaremos os jornais paraibanos existentes na província da Parahyba do Norte em um recorte de 1858 a 1889. Este período dificulta uma análise mais completa sobre os jornais, tendo em vista que, na província paraibana, existiram vários jornais que surgiram e desapareceram em pouco tempo. Esse é um dos motivos explicativos para os pouquíssimos exemplares sobreviventes à ação do tempo e às precárias condições de armazenamento.

Deste modo, apresentaremos agora o relato baseado no estudo dos seguintes jornais: *O Despertador*, *O Imparcial*, *A Regeneração*, *A Opinião*, *O Diário da Parahyba*, *O Publicador* e *Gazeta da Parahyba*. Começamos a análise pelo periódico *O Despertador*, considerado um jornal de grande relevância para a época, caracterizado também por possuir uma postura combatente, tendo em vista os comentários da imprensa contrária. Para evidenciar este fato, o trecho seguinte publicado no jornal *O Imparcial* destaca:

Não temos a imensa circulação do colega do “Despertador”. A nossa folha não passa de um tugúrio de empregado público que provavelmente não a lê; entretanto que o “Despertador” é lido nos diferentes ângulos deste vasto império, e entra em todas.

Seu primeiro número foi publicado no ano de 1859, sob os auspícios de Cassiano Hipólito Ribeiro. A propaganda presente em suas edições é bastante reduzida, sendo o destaque reservado para os fartos comentários políticos, tanto nacionais quanto internacionais. Em sua segunda fase, adere definitivamente ao Partido Liberal e ostenta uma expressiva tiragem de 700 exemplares. Sobre este fato Rêgo Filho (1963, p. 12) relata:

Pseudônimos como Labérius, Mastiga, Garat e o arisco Thierry que, numa série de artigos, vergasta seus adversários Eugênio Toscano de Brito, de “A Gazeta da Parahyba”, e o Barão de Abiahy, tornam-se célebres na cidade. O Dr. Gama e Mello foi um de seus mais incansáveis batalhadores.

FIGURA 12 – Página 4 de *O Imparcial*

Fonte: O IMPARCIAL, 09 abr. 1861, p. 4.

O Imparcial (1861), caracterizado como um jornal político, literário e noticioso, tinha, em seus exemplares, anúncios de venda de produtos, divulgação de eventos sociais, serviços e atendimentos particulares. Sobre sua existência, é possível falar que esteve sob os cuidados de Atiliano Silva, tinha circulação bissemanal e era de origem conservadora.

FIGURA 13 – Página de *O Despertador*

Fonte: O DESPERTADOR, 30 out. 1874, p. 4.

O Despertador (1860-1888), caracterizado como um jornal político, literário e noticiador, na sua seção destinada aos anúncios, pode-se encontrar: divulgação de festas, de estabelecimentos, venda de objetos em geral, instrumentos musicais e liquidação de produtos. Assim como o *Jornal da Parahyba* e *O Publicador*, fez parte do grupo dos mais duradouros periódicos paraibanos do período imperial.

O seu declínio só aconteceu quando assumiu uma postura partidária, mas enquanto esteve neutro gozou de dias de glória. Mesmo com a sua importância sendo ressaltada até pelos periódicos adversários, pouquíssimos exemplares – para sermos mais exatos, dois volumes – sobreviveram até os dias atuais. Fato que deixa uma lacuna incalculável para os pesquisadores paraibanos.

O seguinte foi *O Publicador*. Foi de propriedade de José Rodrigues da Costa, posteriormente de seus herdeiros. No acervo pesquisado, é possível encontrar exemplares dos anos de 1884, 1885 e 1886 extremamente bem conservados. Em relação à Instrução, é notória a presença em suas páginas de exames preparatórios, leis, resenhas e matérias variadas. Seu corpo redacional trazia figuras ilustres da sociedade paraibana, como Eugênio Toscano de Brito, o padre Lindolfo José Correa das Neves, José Ferreira de Novaes, Benjamin Franklin D'Oliveira e Mello, entre outros. Pelo esmero de seus artigos, sempre se envolvia em polêmicas, embora não seja mencionado como *O Despertador*.

FIGURA 14 – Anúncio publicado em *O Publicador*

Assunto: Mudança do local de aula	
O professor particular, João Licínio Velloso, avisa aos Pais de seus alunos que mudou a sua aula para um salão do andar terreo do convento do Carmo, onde principiará a funcionar no dia 28 do corrente.	O professor particular, João Licínio Velloso, avisa aos paes de seus alumnos que mudou a sua aula para um salão do andar terreo do convento do Carmo, onde principiará a funcionar no dia 28 do corrente.

56

Fonte: O PUBLICADOR, 28 abr. 1864, p. 4.

No *Publicador* (1864-1869), é possível encontrar vários anúncios relacionados à educação e oferta de serviços, como aulas particulares. O jornal paraibano mais antigo localizado com matéria referente à Instrução foi o *A Imprensa*. Pouco foi descoberto sobre este periódico; vimos apenas que integrava as fileiras do Partido Conservador e circulou de 1858 a 1862. Pouquíssimos exemplares foram encontrados, sendo um volume localizado no acervo da Fundação José Américo e mais três no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano.

Na sequência temos o jornal *A Regeneração*. Circulou nos anos de 1861 e 1862, parte

considerável de seus exemplares está presente no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Ligado ao Partido Conservador, manteve a mesma linha da imprensa. Produzia uma seção oficial bastante rica, divulgando os inúmeros atos do governo. A quase totalidade das matérias coletadas sobre a Instrução advinham dessa seção, montando um panorama de decretos, atos oficiais, legislação e demais assuntos ligados à Presidência da Província. Caracterizado como jornal político, literário, noticioso e comercial, tinha, entre seus anúncios, venda de sítios, oferta de serviços e oferta de recompensa para quem encontrasse objetos perdidos.

FIGURA 15 – Página do *A Regeneração*



Fonte: A REGENERAÇÃO, 15 abr. 1861.

Seguindo um movimento nacional em que os órgãos conservadores tendiam a uma concentração de forças, o jornal *A Regeneração* e os demais periódicos dessa orientação foram desativados, com o intuito de centralizar os esforços em apenas um jornal. Deste modo, nascia *O Jornal da Parahyba*. Sobre este evento Bezerra (1922, p. 55) assinala: “No intuito

de vel-as por nossa parte e d'uma vez finalizadas, acordamos em suprimir todos os jornaes, representantes dessas facções que se dizem conservadoras, e publicar um novo com o título de Jornal da Parahyba”.

FIGURA 16 – Página do *Jornal da Parahyba*



Fonte: JORNAL DA PARAHYBA, 10 jan. 1888.

Apesar de sua criação datar da década de 1860, só foi possível localizar os volumes que datam da última década do Império. Particularmente nos anos de 1886 e 87, encontramos relatórios da Instrução Pública, atas da assembleia legislativa, despachos, sendo, portanto, o acervo composto basicamente por matérias oficiais. Esteve ativo durante 28 anos e só encerrou suas atividades no primeiro ano do governo republicano.

Na década de 1870, só foi possível a localização de dois jornaes: *A Opinião* e *União Liberal*. Ambos vinculados ao Partido Liberal, são os únicos representantes deste período. O

primeiro foi criado em 1877 e possuía circulação bissemanal. Por representar um partido, trazia em seu interior notícias nacionais e internacionais, além de editais, movimentos do comércio e notícias dos municípios. Suas matérias variam de simples reportagens, como os que comentavam sobre a seca, a elogios a Rui Barbosa. É, entretanto, obrigado a encerrar seus trabalhos quando cai em descrédito perante a população, em virtude dos numerosos ataques sofridos por parte do partido conservador.

FIGURA 17 – Página de A Opinião



Fonte: A OPINIÃO, 09 dez. 1877.

No jornal A Opinião (1877), órgão do partido liberal podia-se encontrar oferta de serviços, divulgação de abaixo-assinado, oferta de recompensa para quem encontrasse objetos perdidos. A *União Liberal* surge em 1878, com a finalidade de substituir seu antecessor A Opinião. Rêgo Filho (1963, p. 17) assinala:

Mais audacioso que seu predecessor, aparece como tri-semanal (terças, quintas e sábados). Quase que essencialmente político, apresentava na primeira página uma coluna sob o título “Parte Oficial do Governo da Província”, onde publicava os atos da Assembléa.

Também possui uma existência passageira, encerrando suas atividades no ano de 1879. Ambos podem ser encontrados no acervo do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, sendo compostos exatamente de 33 (A Opinião) e 15 (A União Liberal) exemplares. No ano de 1884, temos o aparecimento do *Diario da Parahyba*, jornal que se intitulava de todas as classes e que findou de forma inexplicável no ano de 1885. Foi bastante popular em suas matérias de curiosidades, por exemplo. Os volumes relativos aos dois anos de sua existência estão no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e no acervo do Arquivo dos Governadores.

FIGURA 18 – Página do *Diario da Parahyba*



Fonte: DIARIO DA PARAHYBA, 1884.

No *Diário da Parahyba* (1884- 1885), órgão de todas as classes, encontram-se variados tipos de anúncios, entre eles: venda de objetos e utensílios, anúncio de comércio em geral e dos mais variados tipos e especialidades. No ano de 1887, temos a criação do jornal abolicionista O

Arauto Parahybano. Em suas fileiras, estava Eugênio Toscano de Brito, que era médico, jornalista, professor, entre outras atividades. Nesse jornal, é possível encontrar matérias sobre a abolição, professores públicos, noticiários e a Instrução Pública especificamente. Nos nossos dias, sobreviveram dezesseis volumes desse periódico.

FIGURA 19 – Página do *Arauto Parahybano*



Fonte: ARAUTO PARAHYBANO, 09 abr. 1888.

No *Arauto Parahybano*, periódico literário, noticioso e abolicionista, é possível encontrar anúncios de venda de produtos em geral, fabricação de produtos e divulgação de estabelecimentos comerciais.

Ao finalizar o Período Imperial, temos a relevante *Gazeta da Parahyba*. Criada por Eugênio Toscano de Brito, foi muito importante para a província, tendo em vista sua estrutura diferenciada, além da circulação diária. A política em todos os seus matizes era tratada nesse

diário, além de uma importante seção chamada folhetim, trazendo consigo traduções e outros textos.

FIGURA 20 – Página da *Gazeta Parahyba*

Fonte: GAZETA DA PARAHYBA, 09 maio 1888.

Como podemos observar, os anúncios dividiam o espaço com outros gêneros, como edital e apedido, podendo ser confundido com o aviso, comunicado ou informe. Por se tratar da nossa fonte e objeto de pesquisa, apresentamos de forma geral alguns dos anúncios presentes nesse jornal. Eles estarão melhores descritos na Seção seguinte.

4 OS ANÚNCIOS SOBRE EDUCAÇÃO NA GAZETA DA PARAHYBA

Nesta seção, à luz dos pressupostos teórico-metodológicos apresentados, expomos nossa análise para a caracterização do anúncio, baseada também no percurso histórico-discursivo do referido gênero nos jornais do século XIX. Associando o espaço de restrições, a partir dos elementos contratuais selecionados, ao espaço de estratégias de base do discurso presente nos anúncios, buscamos configurar diacronicamente uma situação específica de comunicação.

A seção presente foi organizada em duas subseções. A primeira contempla a natureza do jornal como mídia de veiculação dos anúncios, observando-se como o periódico atuava na publicação do gênero; como se apresentavam as condições de diagramação das páginas e dos anúncios e como se realizava a materialidade semiológica desse gênero. A segunda subseção, dividida em três partes, trata da encenação persuasiva nos anúncios, considerados em sua materialidade verbovisual. Foi contemplado, primeiramente, o modo de apresentação do objeto anunciado, a partir da análise de estratégias, para representá-lo quanto a sua existência, qualificação e resultado. Posteriormente, analisamos o modo de apresentação e representação das figuras presentes nos anúncios do jornal *Gazeta da Parahyba*.

4.1 A visibilidade dos anúncios: o jornal como suporte

De acordo com Laurindo (2015), o jornal é um espaço não homogêneo de produção de práticas sociodiscursivas, as quais diferem segundo a identidade dos enunciadores: jornalistas (do próprio jornal ou agentes externos), anunciantes e particulares. Essa complexa enunciação, segundo Grillo (2004), resulta de duas amplas categorias: os gêneros que se ocupam da divulgação e análise dos acontecimentos (os jornalísticos propriamente ditos) e os não jornalísticos. Para estes últimos, apresenta ainda outra distinção: os gêneros não pagos (os que se ocupam de entretenimento, de serviços de utilidade e conselhos diversos) e os gêneros pagos (os avisos, os anúncios diversos e os anúncios publicitários).

A respeito dos gêneros pagos, Medina (1988) admite ser possível falar em macrofinalidades comuns: fazer agir e informar. Defende, porém, que, além das diferentes instâncias de enunciação, a natureza dos gêneros e seus graus de variação permitem singularizá-los de certa forma. Sendo visto como dispositivo material, o jornal impresso também influenciará nessa variação, considerando-se sua materialidade escrita e icônica, o papel que utiliza como suporte fixo de transmissão e a tecnologia que auxilia no processo de composição e impressão.

Tais elementos, segundo Charaudeau (2007), caracterizam o jornal – e a imprensa em seu todo – como um dispositivo de legibilidade que impõe uma relação de distância e ausência física entre as instâncias de comunicação e, portanto, interfere nas representações da instância comunicante e nas condições de recepção da instância destinatária. Relembrando o autor, “todo dispositivo formata a mensagem e, com isso, contribui para lhe conferir um sentido” (CHARAUDEAU, 2007, p. 105).

Assim, considerar esse dispositivo particular e sua articulação com os demais componentes é imprescindível nesta investigação diacrônica do anúncio. Conforme Charaudeau (2007), um gênero, no decurso do tempo, pode mudar com a própria evolução tecnológica dos suportes. É, pois, importante analisar como essa natureza diversa do jornal vem influenciando o percurso histórico-discursivo do gênero anúncio, mais especificamente, como esse dispositivo material vem interferindo sobre o modo de anunciar, quando, por exemplo, anunciar ainda não era uma atividade premente e fazer imprensa impunha trabalhar com modestas tipografias e poucos recursos gráficos (também financeiros).

Também cabe uma reflexão sobre quando anunciar passou a ser atividade tão necessária ao sustento dos jornais a ponto de interferir em sua diagramação ou ainda quando o offset e a fotografia passaram a garantir maior qualidade aos anúncios; mais recentemente, quando o computador foi inserido nas artes gráficas, ajudando a compor digitalmente os jornais e seus anúncios (FREIRE, 2009). Para realizar nossa descrição em busca de traçar esse percurso, começamos por destacar a perspectiva do historiador, para quem os periódicos devem ser estudados minuciosamente.

Como diz Goodwin Junior (2007, p. 99), “os jornais são lidos, hoje, em arquivos; mas devemos lê-los como à época de sua publicação: levantando os olhos para ver, além, a cidade em que eram publicados”. Nessa mesma esteira, seguem Cruz e Peixoto (2007, p. 260), que defendem não ser possível lidar com nenhum fragmento de imprensa sem remissão ao jornal (ou à revista) que o publicou em certa conjuntura.

Decerto, não pretendemos invadir o “lugar geométrico” da História, como disciplina que possui um quadro conceitual com teorias e metodologias próprias, mas apenas nos aproximar, nesse encontro, de certas reflexões que se farão úteis à análise das coerções situacionais. Temos a devida clareza de que não é possível abarcar a totalidade das situações comunicativas, mas buscamos, ao menos, seguindo Charaudeau (2007), apresentar uma visão geral das conjunturas da imprensa em cada época, sem, no entanto, ingressar em suas veredas históricas e sociológicas. De qualquer forma, permanece o desafio de compreender a relação entre a natureza dos jornais – também vistos, em sua configuração histórica, como “vitrine do

mundo das mercadorias e produção das marcas” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 259) – e sua influência no dispositivo cênico e na organização da mensagem dos anúncios.

4.1.1 Os jornais do século XIX

Historicamente, informação e publicidade vêm dividindo espaço, e isso aparece desde as origens. Segundo Sousa (2008), na França dos séculos XVII e XVIII, a imprensa de notícias (informação) e a imprensa de anúncios (publicidade) já coexistiam, mas havia uma separação muito clara. O século XIX é que, de fato, marca a virada da história da imprensa noticiosa e da publicidade. Os jornais passam a ser, em grande parte, financiados pelos anunciantes e, com isso, têm seus custos diminuídos e as tiragens aumentadas. Alguns exemplares de periódicos franceses no período comprovam essa invasão dos anunciantes, apresentando, já na primeira metade do século XIX, páginas inteiras dedicadas aos anúncios. Fato que também se repetiu no Brasil com a criação da *Gazeta do Rio de Janeiro*, após a chegada da Família Real Portuguesa e a instituição legal da imprensa em 1808.

Tal surgimento, como defende Morel (2008, p. 25) em análise sobre os primeiros passos da imprensa periódica brasileira, “não se deu numa espécie de vazio cultural, mas em meio a uma densa trama de relações e formas de transmissão já existentes”. Ao analisar tal conjuntura, o autor atenta para uma “tradição de atividades impressas da nação portuguesa”, que incluía o Brasil, e ressalta a possível aprendizagem e convivência dos primeiros redatores brasileiros, “ainda que informalmente”, com a imprensa estrangeira (2008, p. 27-28). Assim sendo, inspirando-se em moldes já conhecidos, a *Gazeta* se estruturava em duas seções: a de notícias e a de anúncios, estes enfocando a prestação de serviços. Conforme descreve Meirelles (2006, p. 57) acerca dos anúncios,

neles incluíam-se as publicações que se relacionavam ao universo cultural e comercial da cidade: as notícias marítimas, as saídas de correio, as vendas de livros e periódicos, mapas, vendas de escravos e imóveis, leilões etc. eram constantes e delineavam a relação existente entre a imprensa e a sociedade joanina no Rio de Janeiro, no início do século XIX.

O campo da “publicidade” estendeu-se, a partir de 1821, com o jornal *Diário do Rio de Janeiro* (RAMOS, 1985), especializado em publicações gratuitas de “annuncios e noticias particulares (que convenhão e seja licito imprimir) inclusive os dos Divertimentos e Expectaculos Publicos”, compromisso que está expresso em seu plano de estabelecimento. Apesar da gratuidade das publicações, o jornal cobrava de seus leitores o valor de “640 réis”

pela assinatura mensal ou de “40 réis” pela edição diária, como forma de garantir sua subsistência.

Mesmo o autor considerando o *Diário do Rio de Janeiro* como “precursor originalíssimo” do jornalismo de informação no País, esse jornal parece-nos seguir na contramão do que se apresentaria, no século XIX, para a imprensa de anúncios, dada a gratuidade de suas publicações. Segundo Martins (1997, p. 24) “aquilo que se fazia na Europa, em termos de propaganda impressa, foi mais tarde assimilado e posto em prática pelos periódicos brasileiros da época, com a venda de espaços para informações à comunidade”. Esse incremento da “atividade publicitária”, só se efetivaria, contudo, no final do século, pois a primeira agência do Brasil foi fundada apenas em 1891, com a finalidade de realizar a corretagem dos reclames, a exemplo do que já fazia em outros países.

Segundo Cruz e Peixoto (2007, p. 259), os jornais não nasceram prontos e, “no processo de sua configuração enquanto materialidade, carregam para dentro de sua composição, dentro dos limites e possibilidades colocadas pela técnica da impressão, as linguagens e gêneros que foram aí inventados”. Da mesma forma, Morel (2008) destaca que se “o papel impresso gerava novos ordenamentos, conteúdos e transmissão de palavras”, estas já existiam faladas ou manuscritas, promovendo, assim, a nosso ver, o encontro entre tradição e inovação.

Carvalho (2008, p. 37) diz que a rigor ainda não se pode falar em publicidade nesse período, mas apenas em uma fase pré-histórica, pois a atividade era muito intuitiva. Segundo o autor, cabia às tipografias, como “centro da atividade da época”, a impressão e a assinatura dos jornais e, conseqüentemente, o controle das publicações particulares (anúncios, avisos, correspondências, comunicados).

No cenário brasileiro, ao citar os primeiros anúncios ilustrados nos jornais fluminenses *O Mequetrefe* e *O Mosquito*, por volta de 1875, Ramos (1985, p. 16-17) faz referência à “grande voga dos reclamos acompanhados de desenhos alusivos”, que vai desde a República até o final do século XX. Os anúncios ocupavam uma página inteira, geralmente a última, e eram desenhados pelos caricaturistas dos próprios jornais. Em alguns jornais, essa “voga” de desenhos, que se iniciou discretamente na última fase do século XIX, se intensifica, como vimos, em alguns jornais da primeira fase do século XX, mas só se consolidará na segunda, ainda que sem o mesmo traço artístico dos jornais do Rio de Janeiro.

4.2 A persuasão nos anúncios e o modo de anunciar

Ao continuarmos analisando, agora, a finalidade do gênero e a identidade dos parceiros,

com o objetivo de caracterizar o anúncio publicitário, tais componentes estão relacionados, respectivamente, aos modos de organização discursiva do objeto e aos modos de enunciação. A finalidade é definida por Charaudeau (2007, p. 69) como “a condição que requer que todo ato de linguagem seja ordenado em função de um objetivo”.

Cada situação de comunicação, como mostra o autor, pode selecionar uma ou várias visadas para definir sua finalidade, ainda que uma, em geral, predomine. Assim, segundo ele, na comunicação, há “uma tensão entre informar para apresentar o produto e suas qualidades e seduzir para incitar o máximo de pessoas a consumir” (CHARAUDEAU, 2007, p. 87). Apesar da tensão entre as duas visadas (informar e incitar), a segunda, sendo dominante, legitima o discurso de divulgação (2007). Neste sentido, Soulages (1996, p. 145) complementa que o projeto de fala do sujeito publicitário é “transformar, por meio de um certo ato de persuasão, um consumidor de publicidade em um consumidor efetivo de mercadorias.”

A visada de incitação conduz, portanto, a certos modos de encenação persuasiva, verbal e ou visual, para o anúncio do objeto, assim convocando diferentes estratégias discursivas. Esse objeto, em dada situação de comunicação específica, é, portanto, problematizado pelo sujeito comunicante, que lhe dá uma identidade discursiva e decide, para tanto, se vai descrever, narrar, argumentar... Nesse caso, o objeto anunciado tanto pode ser apresentado como um objeto de busca ideal, “um benefício absoluto”, como pode ser mostrado como um bem de consumo, “único meio para realizar certo desejo” (CHARAUDEAU, 2010, p. 64).

A identidade dos parceiros, por sua vez, determina quem fala a quem na troca comunicativa em termos de status, papel social e lugar nas relações de força, mas é determinada apenas em parte pela situação de comunicação. Charaudeau (2005) admite que as restrições contratuais podem, eventualmente, modificar-se através do tempo, assim como reconhece que pode haver diferentes realizações de um mesmo contrato em contextos socioculturais diferentes.

Assim, considerando a publicação de anúncios em cada século como uma situação de comunicação específica, passamos a analisar esse percurso histórico-discursivo do anúncio, focalizando a relação entre a finalidade e o modo de apresentação do que era anunciado bem como a relação entre a identidade dos parceiros e o modo de construção das figuras dos protagonistas. Para tanto, partimos das características já propostas por Charaudeau (2005) e Soulages (1996), confrontando-as com as dos anúncios ao longo do século XIX.

4.2.1 Anunciando no século XIX

Ao considerar o percurso inicial, questionamos, acerca da finalidade do gênero, se a

incitação se destacava como visada dominante no anúncio já no século XIX. Questionamos também como os modos enunciativos, associados à determinada finalidade, eram acionados para encenar discursivamente o que estava sendo anunciado. Diante de tal problematização, levantamos a hipótese de que, no século XIX, a incitação (fazer crer) e a informação (fazer saber) apresentavam-se como visadas concorrentes e não apenas complementares na situação de uso dos primeiros anúncios impressos.

Só posteriormente, no século seguinte, a incitação passaria a predominar, especificando o contrato de uso do anúncio. Assim, além da visada incitativa de que pretende fazer um consumidor crer no que está sendo dito para levá-lo a adquirir um serviço, encontraríamos a visada informativa, por meio da qual se faz saber algo referente ao que estava sendo anunciado. Assim, pudemos supor que a relação entre a finalidade e os modos de organização do discurso se daria da seguinte maneira no século XIX: anúncios informativos seriam organizados predominantemente sob o modo descritivo; anúncios incitativos, sob os modos narrativo e argumentativo.

Considerando, porém, que, para Soulages (1996), as estratégias discursivas dos anúncios publicitários mais antigos eram de simples apresentação e que os anúncios atuais se referem a algo além do produto, presumimos que, nos anúncios incitativos desse primeiro século, as estratégias discursivas para representar o produto se revelariam com mais predominância em torno do modo argumentativo por meio da pressuposição e singularização, que reforçam o produto.

Como admitimos que a representação do objeto anunciado poderia se dar verbal ou visualmente ou por meio de uma combinação verbovisual, levantamos a hipótese de que, nos anúncios do século XIX, o produto seria representado prioritariamente pela via do verbal, reconhecendo, contudo, que a relação com o visual, quando observada, estaria limitada às funções de ilustração e consolidação (LÉON, 2008).

No que diz respeito ao modo de construção das figuras, questionamos como o jogo enunciativo tem se revelado no anúncio ao longo dos séculos, a fim de saber se as características enunciativas descritas por Charaudeau (2005) já se manifestavam desde o início desse século ou se manifestaram apenas posteriormente. Então, partimos da hipótese de que, no século XIX, por meio da figura de presença, assumia-se explicitamente, nos anúncios mais antigos, a identidade, ou seja, aquele que anuncia um produto se manifesta por uma tomada de posição apreciativa com um comportamento elocutivo. Quando explicitado pela figura de interpelação, por meio do comportamento alocutivo, se inscreveria no texto de forma coletiva, pluralizada, genérica, pelo menos inicialmente.

Quanto à materialidade semiológica, a exemplo da encenação do produto, acreditávamos que os protagonistas da encenação seriam representados apenas verbalmente nos anúncios do século XIX. Assim, a relação verbovisual só se manifestaria a partir do século XX pela função de enunciação. Voltando nosso olhar para a trajetória do anúncio nesse século, iniciemos, então, a análise a fim de verificar, primeiramente, a que se prestavam os anúncios do século XIX, considerando sua finalidade e atentando para a presença de informação e captação. Observaremos, em seguida, o modo como se representava o objeto anunciado no que diz respeito a sua existência, qualificação e resultado, com base em procedimentos descritivos, narrativos e argumentativos.

4.2.2 Os anúncios no século XIX

Na primeira fase do século XIX, os anúncios, ainda em número bastante reduzido, oscilavam, de fato, entre uma finalidade informativa e uma finalidade incitativa. É de se registrar, nesse momento, interferindo na acanhada publicação de textos particulares pagos, “a pequenez da economia local”, como descreve Farias (2007, p. 101). Segundo o autor, nessa época, apesar do aumento das exportações decorrente do movimento de abertura dos portos no país, a economia encontrava-se retraída, devido à redução do preço de alguns produtos.

Os jornais representantes dessa fase publicavam os textos de interesse particular em uma seção separada intitulada “Annuncios”. Os títulos dos textos dos anúncios, quando presentes, sofriam igualmente flutuação, variando entre “anúncio”, “aviso” e “notícia”, ao menos os títulos mais genéricos. Essa alternância não se mostrou fortuita, uma vez que textos com finalidades distintas e concorrentes eram publicados em um mesmo espaço do jornal, assim como textos com finalidades distintas, mas complementares, em que uma se mostrava dominante sobre a outra.

A nosso ver, esses exemplos indiciam claramente uma mudança na prática genérica, revelando que a finalidade, além do dispositivo material, exercia também influência na definição de onde e como os gêneros pagos seriam publicados. Nesse movimento de transformação, como já apresentamos, a seção “Annuncios” desaparece no século XX, liberando os “grandes anúncios” e organizando os “pequenos” em uma nova seção.

Ao considerar as distintas finalidades identificadas nos anúncios do século XIX, passemos à análise do modo de anunciar nos jornais desse século, observando especificamente os modos de encenação persuasiva e as estratégias discursivas utilizadas nos anúncios. Se, como diz Charaudeau (2005), as visadas comunicativas conduzem o Eu-comunicante a determinar os

efeitos discursivos pretendidos, no caso dos anúncios, as visadas de incitação e informação o levariam a produzir efeitos distintos para encenar o objeto.

4.2.3 Como estavam apresentados os anúncios no século XIX

Charaudeau (2005), ao caracterizar o universo temático do anúncio e do discurso publicitário (aquilo sobre o qual se fala), desdobra o produto no plano situacional e linguageiro. No circuito externo, um produto é tomado como objeto de consumo e, portanto, de troca. No circuito interno, por outro lado, raramente é apresentado como tal; ele aparece mais como um auxiliar para preencher certas necessidades. E não se trata de um produto qualquer ou um bem de consumo genérico, mas de um bem de consumo especificado por uma marca ou empresa em relação a outros bens, pois esta marca o identifica como diferente e superior aos demais.

Charaudeau (2005) reconhece, entretanto, que o discurso presente nos anúncios sofreu mudanças no decurso da história. Como ele explica, em tempos mais remotos, observava-se certa coincidência entre o objeto de consumo e o objeto de discurso. Depois, passou-se a dar mais visibilidade à marca e a sua memorização, o que aconteceu não só pela exploração de sua identidade verbovisual, mas também pelo lugar ocupado pelo produto. O produto que era anunciado passou a ser inserido em um relato que narra a busca de um consumidor-herói e a funcionar como um auxiliar que ajuda esse consumidor a conquistar seus objetivos.

Com base nas três categorias de finalidade identificadas nos anúncios do século XIX, observamos alguns modos de encenação que se apresentaram relativamente constantes nas três fases desse século: a) os anúncios da primeira categoria (do tipo aviso), de fato, se organizavam em torno de um fazer descritivo, dada a sua visada informativa dominante; b) nos anúncios da segunda categoria (do tipo recompensa), os que incitam a fazer algo diferente de comprar (vender ou alugar) em troca de um benefício, foram observados os três modos discursivos (descritivo, narrativo e argumentativo); c) por fim, nos anúncios da terceira categoria (entre os quais identificamos os do tipo publicitário), que têm visada incitativa dominante para fazer comprar (vender ou alugar), observamos dois quadros de encenação persuasiva, divergindo do que supúnhamos, pois estes se organizavam não só pelo modo argumentativo mas também pelo modo descritivo, algumas vezes exclusivamente.

Nos anúncios de finalidade informativa predominante, confirmando nossa hipótese, predomina o modo descritivo. Este, como mostra Charaudeau (2010), está associado a três princípios de organização e seus procedimentos bem como aos diferentes efeitos de encenação (efeitos de saber, de realidade e ficção, de confiança e de gênero) que podem ser produzidos.

Aliado aos procedimentos descritivos, destacamos a citação como procedimento discursivo no âmbito da argumentação para encenar persuasivamente o produto anunciado. Nos dizeres de Charaudeau (2010, p. 240), esta “funciona como uma fonte de verdade, testemunho de um dizer, de uma experiência, de um saber”. A citação, em seus fins estratégicos, produz um efeito de evidência e se insere como um argumento de autoridade, que atesta, nesse caso, os benefícios do produto. É no domínio da verdade que esse procedimento encontra validação, pois todos os valores que se apresentam sobre o produto são mostrados como autênticos.

Tal argumento caracteriza o que hoje se identifica como anúncio testemunhal, regulado pelo Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária (CONAR, 1980). Segundo o Código, o testemunhal pode apresentar depoimento de especialista, conforme exemplificado, de pessoa famosa ou de pessoa comum, o próprio consumidor. Tal depoimento, contudo, deve ser personalizado e genuíno. Embora tal regulamentação só apareça no Brasil em 1980, o exemplo revela tratar-se de uma estratégia já usada na primeira metade do século XIX.

Devemos também destacar a diagramação do anúncio diferenciada da norma, operando igualmente em sua forma discursiva. O anúncio já não se apresenta circunscrito ao estreito espaço de uma coluna, pois ocupa quase uma página inteira, e traz um layout inovador, dando diversos destaques gráficos às partes textuais. Soulages (1996, p. 147) diz que “optar por um modo de qualificação do produto é optar igualmente por um tipo de encenação discursiva”.

Nos anúncios incitativos do século XIX, tal encenação ocorria ora pelo modo descritivo, exclusivamente, ora por sua combinação com o modo argumentativo a serviço dos procedimentos de pressuposição e singularização, associados a outros procedimentos semânticos, como os que recorrem ao domínio do pragmático – da verdade – e discursivos, como a comparação e a citação. Vimos também que os valores associados ao domínio do ético nem sempre eram considerados nesse período. Comparando-se os anúncios da segunda e terceira fase, não há muita variação quanto aos procedimentos argumentativos, mas, sobretudo, recorrência.

A análise priorizou, por ora, anúncios com escrituralidade dominante e, eventualmente, alguns recursos gráficos que se juntaram à materialidade semiológica, pois, considerando o percurso dos jornais do século XIX (analisados como dispositivo material) e as configurações próprias de cada fase, vimos que as imagens representavam um recurso pouco recorrente, sendo observadas apenas em anúncios da segunda e terceira fases. O avanço visual, nessa época, foi mais gráfico que imagético. Os anúncios ganharam tamanho e diversidade tipográfica, mas modestas ilustrações, com o apoio dos clichês e dos desenhos.

A despeito desse uso ainda discreto, analisamos também o modo de participação da

imagem na construção da encenação persuasiva dos anúncios oitocentistas, com base nas diferentes e graduais modalidades (ou funções) propostas por Léon (2008), para relacionar as materialidades verbal e imagética. A título de recapitulação, nossa expectativa de que essa relação se limitaria às funções de ilustração e consolidação foi confirmada.

4.3 O que revelam os anúncios da *Gazeta da Parahyba* sobre a educação?

Na busca de identificar as representações em torno dos anúncios referentes à educação no jornal *Gazeta da Parahyba*, compreendemos a necessidade de apresentá-los, utilizando a prática da leitura dos 15 anúncios que formam o *corpus* desta pesquisa, compostos pelas seguintes categorias temáticas: aula pública, abertura de escola, concurso para a Faculdade de Direito, publicação e venda de livros, anúncios referentes à organização e abertura de espaços destinados ao setor de educação, matrícula de alunas, salário de professor, aula de inglês, anúncios de solicitação de alunas, anúncios referentes a resultados de aprovação em exames e para convocação de preenchimento de vaga.

Na perspectiva da análise dos anúncios, buscaremos também, de certa forma, associar os tipos de anúncios que foram publicados, quais tipos de anúncios foram mais publicados, quais foram mais divulgados, o espaço a eles destinado, o formato da escrita, na tentativa de compreender como aquele determinado anúncio foi elaborado, por quem e para quem.

Ao ter em vista que o noticiário local destinava uma considerável parte de sua publicação às notícias de outras províncias, sobretudo da Corte, buscamos, neste segmento do jornal, acompanhar mais de perto como a educação paraibana do século XIX foi retratada nos impressos. Isto porque, por meio dos anúncios, é possível observar questões referentes à educação pública e particular, aos colégios existentes no período, método de ensino, Instrução, as disciplinas ou cadeiras ofertadas, as publicações e vendas de livros, o que se lia no período do Império e na transição entre Império e República, as publicações referentes a aprovações em exames escolares e os conceitos substitutos das notas – algo bastante comum no período –, e anúncios de aula pública, compondo uma miscelânea de assuntos. Abaixo, encontram-se expostos os anúncios os quais irão ser analisados neste trabalho.

QUADRO 01 – Anúncios do jornal *Gazeta da Parahyba*

ANÚNCIO	REPETIÇÃO
Aula publica	00489, 00490, 00491
Collegio São Luiz de Gonzaga	00487, 00488, 00490, 00494
Faculdade de Direito	00509, 00511, 00512
Livros E	00510, 00516, 00527
Biblioteca Pública	00511
O cidadão governador autorizou	00512
O professor público da Serra da Raiz	00518
Livraria Arantes & C. ^a	00518
English language	00483, 00487, 00488
Colegio Parahybano	00483, 00484
Colegio Parahybano	00484, 00512

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

QUADRO 02 – Anúncio de aula pública

Assunto: Aula pública	
Anna H. Bittencourt Pessoa, professora pública da 2ª cadeira do bairro Alto desta capital, participa ao público e especialmente aos pais e tutores ou protetores de suas alunas que sua aula vai funcionar no prédio nº 1, à rua Visconde de Pelotas. Paraíba, 15 de janeiro.	

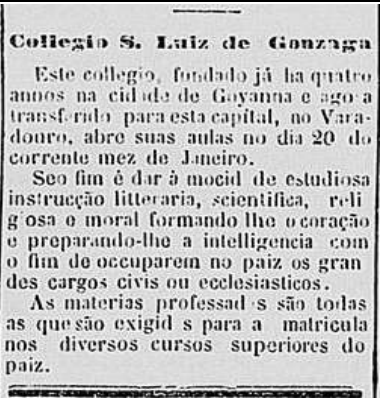
Fonte: GAZETA DA PARAHYBA, Ano III, n. 493, 18 jan. 1890, p. 3.

No anúncio acima, a referida professora já tem suas alunas definidas, possivelmente residente na cidade, pois o anúncio pressupõe uma mudança de endereço. Nota-se a atenção em relação aos pais, tutores ou protetores das suas educandas, evidenciando a presença patriarcal, quando se trata de assumir a responsabilidade sobre os filhos de outrem, pois são eles – os pais – que conduzirão as meninas à aula. O bairro Alto é um bairro da zona norte da cidade de João Pessoa, capital paraibana, próximo aos bairros Ipês, Mandacaru, Jardim 13 de Maio e dos Estados.

Pode-se observar também que a turma era composta apenas por “meninas”, pois ela utiliza o termo “alumnas”. Outro elemento evidente é o nome da professora, iniciando o anúncio, de forma a entender que o nome dela, supostamente é bem conhecido, porque, antes da informação detalhada, é ele quem está em evidência.

É importante ressaltar que, no período oitocentista, as escolas de meninos e meninas eram separadas, funcionando em locais distintos. Por muito tempo, a instrução feminina não consistia como prioridade, e sim a instrução masculina. O currículo relativo às aulas de meninos estabelecia limites no ensino de Álgebra, Gramática, Geometria, História e Geografia Pátrias. Para as meninas, a Doutrina Cristã, a Leitura, a Escrita e o Cálculo Elementar seriam ensinamentos suficientes, complementados das aulas de Agulha, Bordados e Costura.

QUADRO 03 – Anúncio do Collegio São Luiz de Gonzaga

Assunto: Collegio São Luiz de Gonzaga	 Collegio S. Luiz de Gonzaga Este collegio, fundado já ha quatro annos na cidade de Goyanna e ago a transferido para esta capital, no Varadouro, abre suas aulas no dia 20 do corrente mez de Janeiro. Seu fim é dar à mocidade de estudiosa instrução litteraria, scientifica, religiosa e moral formando-lhe o coração e preparando-lhe a intelligencia com o fim de occuparem no paiz os grandes cargos civis ou ecclesiasticos. As materias professadas são todas as que são exigidas para a matricula nos diversos cursos superiores do paiz.
Este colégio, já há quatro anos na cidade de Goiana e agora transferido para esta capital, no Varadouro, abre suas aulas no dia 20 do corrente mês de janeiro. Seu fim é dar à mocidade de estudiosa instrução literária, científica, religiosa e moral, formando-lhe o coração e preparando-lhe a inteligência com o fim de occuparem no país os grandes cargos civis ou eclesiásticos. As matérias professadas são toda as que são exigidas para a matrícula nos diversos cursos superiores do país.	

Fonte: GAZETA DA PARAHYBA, Ano III, n. 493, 18 jan. 1890, p. 4.

O anúncio da instalação do citado Collegio São Luiz de Gonzaga evidencia as características de ensino, instrução e preparação para possíveis ocupações de grandes cargos civis e eclesiásticos, destacando ainda a “preparação para a inteligência”. A escola destacada no anúncio é, portanto, ou possivelmente, uma escola de ensino secundário, devido a sua característica e organização de como seria o seu currículo, destacando que as matérias professadas seriam todas as exigidas para a matrícula em diversos cursos superiores do país.

O Collegio São Luiz de Gonzaga aparece repetidas vezes no Jornal *Gazeta da Parahyba*, em formato de anúncio, destacando a transferência do referido estabelecimento de ensino para a Capital. Os anúncios o caracterizam como uma instituição religiosa e científica, o qual iria ofertar à mocidade uma instrução literária e moral. Possivelmente era uma unidade escolar de alto nível, mas, por tratar-se de um anúncio, o seu objetivo maior era atrair alunos.

QUADRO 04 – Anúncio da livraria Arantes

Assunto: Venda de livros e dicionários	 LIVROS DIREITO, LEGISLAÇÃO COMPREHENSIVA, HISTÓRIA E MUTUALIDADE INSTRUÇÃO PRIMÁRIA Tudo em conformidade com o programa da política Exames de Preparatórios Tudo em conformidade com o programa da curso para português, francês e inglês LIVROS EM BRANCO De todos os formatos e modelos Artigos para flores Papel de seda, verde, dourado e prateado OBJECTOS PARA ESCRITORIO papel, penhas, canetas, lapiz, tintas e esquadros TINTA PARA MANICAROUÇA NOVOS DICCIONARIOS DICCIONARIO Franco-portuguez Portuguez-franco JOÃO FERNANDES VALDEZ DICCIONARIO LATINO-PORTUGUEZ F. R. DOS SANTOS SARAIVA DICCIONARIO da Bibliotheca do Povo Tudo publico 1.º DICCIONARIO da lingua portuguez 2.º da lingua Franco-Portuguez 3.º da lingua Portuguez-Franco Cada volume 10000 A ESTACAO O melhor joalheiro da cidade para ouro e prata Por sua casa 14.000
Livros Direito, Legislação, Jurisprudência, História e Literatura	
Instrução primária Todos os compêndios adaptados nas aulas públicas	
Exames de preparatórios Todos os livros de acordo com o programa de curso para português, francês e inglês	
Livros em branco De todas os formatos e modelos	
Artigos para flores Papel de seda, verde, dourado e prateado	
Objetos para escritório Papel, (...)	
Novos dicionários	
Dicionário francês-português português-francês (...)	

Fonte: GAZETA DA PARAHYBA, Ano III, n. 493, 18 jan. 1890, p. 4.

QUADRO 05 – Anúncio LIVROS E...

Assunto: Publicação de livros	
A empresa literária fluminense de A. A. da Silva está editando luxuosamente “Os três mosqueteiros”, de Alexandre Dumas; e principiou a publicar em fascículos a 8ª edição do excelente “Dicionário de Moraes”. O Dr. Rodrigues dos Santos, lente substituto da faculdade de Direito de São Paulo, publicou um esboço da Constituição Federal para os Estados Unidos do Brasil. A <i>Gazeta de Notícias</i>, da capital federal, foi informada de que o cidadão Augusto de Carvalho vai publicar um notável trabalho com o título “Introdução à História do Brasil”, (...). Está sendo editado, em Lisboa, um volume de versos, sob o título “Neuróticos”, devido à pena do escritor Motta Val Florido, que tem usado frequentemente do pseudônimo de Florido Valério. Gladstone recebe por cada artigo de 1500 palavras que escreve para o <i>Ninetinth Century</i> com libras esterlinas. O peruano A. Wertheman, amigo das ciências, está fundando um observatório meteorológico em Tarica, a 3.400 metros de altitude acima do nível do mar, na latitude sul 8-35-58. A localidade reúne todas as condições convenientes a tal fim, notando-se, todavia, que a semelhante altura o pulso mostra grande aceleração durante os trabalhos mentais ou corporais. Wertheman faz direito a ser conhecido na família intelectual dos homens que ajudam o progresso científico. Faleceu em Veneza, com 29 anos de idade, o escritor Rapahel Gataneo, autor de uma História da Arte. (...) Sob proposta do inspetor do tesouro do Estado foi anexada a estação fiscal da vila do Brejo do Cruz à respectiva coletoria, sendo nomeado para o lugar do coletor o cidadão José Heráclito de Assis Andrade.	LIVROS E... A empresa literária fluminense de A. A. da Silva Labo, do Rio, está editando luxuosamente <i>Os tres mosqueteiros</i> de Alexandre Dumas; e principiou a publicar em fasciculos a 8ª edição do excelente <i>Diccionario de Moraes</i>. O Dr. Rodrigues dos Santos, lente substituto da faculdade de direito de S. Paulo, publicou um esboço da constituição federal para os Estados Unidos do Brasil. A <i>Gazeta de Noticias</i>, da capital federal, foi informada de que o cidadão Augusto de Carvalho vai publicar um notavel trabalho com o titulo <i>Introdução à Historia do Brasil</i>, o quantos proca erá a letura d'ella perante a sociedade da geographia do Rio de Janeiro. Está sendo editado, em Lisboa, um volume de versos, sob o título—<i>Neuróticos</i>, devidos à penna do escriptor Motta Val Florido, que tem usado frequentemente do pseudonymo de Florido Valerio. Gladstone recebe por cada artigo de 1500 palavras que escreve para o <i>Ninetinth Century</i> com libras esterlinas. O peruano A. Wertheman, amigo das sciencias, está fundando um observatorio meteorologico em Tarica, a 3,400 metros de altitude acima do nivel do mar, na latitude sul 8-35-58. A localidade reúne todas as condições convenientes à tal fim, notando-se todavia que, a semelhante altura, o pulso mostra grande acceleração durante os trabalhos mentais ou corporaes. Wertheman faz direito a ser conhecido na familia intellectual dos homens que ajudam o progresso scientifico. Falleceu em Veneza, com 29 annos de idade, o escriptor Rapahel Gataneo, auctor de uma <i>Historia da Arte</i>. O jornalista francez Ribesumont, redactor do <i>Courrier de La Plata</i>, falleceu em Buenos Ayres a 16 do mez proximo findo. Um correspondente de Pariz diz que está concluida a estatua que vai ser levantada à memoria do jornalista Victor Noir, assassinado pelo principe Pedro Bonaparte. Em Juiz de Fora suicidou-se, enforcando-se, o dramaturgo Silva Leal. O motivo de sua funesta resolução provio de atrasos em sua vida economica. Sob proposta do inspetor do thesouro do Estado foi annexada a estação fiscal da villa do Brejo do Cruz à respectiva collectoria, sendo nomeado para o lugar de collector o cidadão José Heracilito de Assis Andrade.

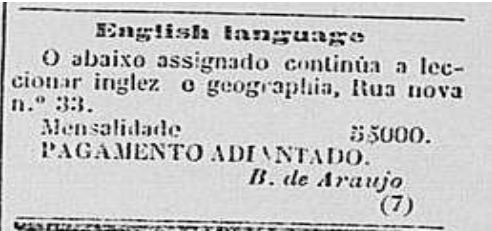
Fonte: GAZETA DA PARAHYBA, Ano III, n. 516, 16 fev. 1890, p. 4.

O anúncio da Livraria Arantes e da publicação de livros destaca o que estava em mais evidência: a importância dos livros lançados e publicados para venda. Entre os anúncios destacamos o que cita a publicação de uma edição do livro “Os três mosqueteiros”, um volume

inicial de uma trilogia, com base nos importantes fatos do século XVII francês, podendo até ser considerado um romance histórico, no qual o autor Alexandre Dumas mistura acontecimentos e personagens fictícios com fatos e personagens históricos. Outro anúncio em destaque é o da publicação da 8ª edição do “Dicionário de Moraes”, caracterizado como a primeira sistematização moderna da língua, tornando-se modelo e exemplo para os seguintes. Podemos observar educação e instrução presentes com mais evidência.

Segundo Rodrigues (2021), à medida que os anos iam avançando, mesmo que a predominância nessa década tenha sido o anúncio, com uma lista diversificada de títulos, a cada nova edição e ano, muitas vezes os livros apareciam para a venda bem como seus anúncios eram melhorados.

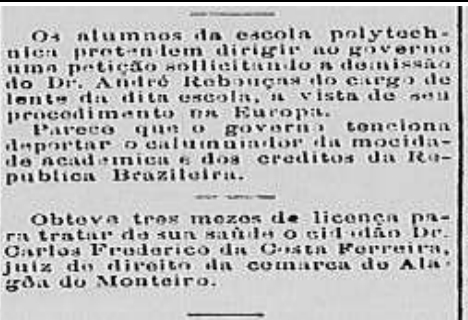
QUADRO 06 – Anúncio de English Language

Assunto: Divulgação de aula particular	 The image shows a newspaper advertisement for English lessons. The text is in English and Portuguese. It states: 'English language. O abaixo assignado continúa a leccionar inglez o geographia, Rua nova n.º 33. Mensalidade 5\$000. PAGAMENTO ADIANTADO. B. de Araujo (7)'. The text is arranged in a formal, slightly indented layout with some words in italics.
O abaixo assinado continua a lecionar inglês e geografia, Rua Nova, nº 33. Mensalidade 5\$000 Pagamento adiantado. B. de Araújo	

Fonte: GAZETA DA PARAHYBA, Ano III, n. 493, 18 fev. 1890, p. 3.

Na figura acima, encontramos o anúncio de professor vendendo a sua força de trabalho, assim ele oferta os ensinamentos de inglês e de geografia, destacando o endereço, o valor da mensalidade e, em letras de destaque, evidencia que o pagamento é adiantado. Dois fatores podem ser levantados com essa condição: o da garantia para o trabalho prestado ou para suprir alguma necessidade de momento. Em relação ao valor da mensalidade, supomos que a quantia cobrada seria irrisória, se comparada às necessidades básicas de sobrevivência. Araújo (2015) coloca em evidência que, se o salário do professor fosse destinado às necessidades mais básicas, esse profissional não poderia ter acesso, por exemplo, às novidades advindas de outros países.

QUADRO 07 – Anúncio da Escola Polytechnica

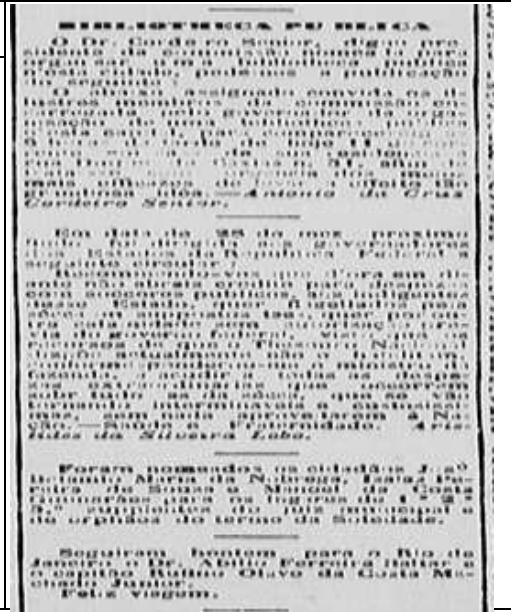
Assunto: Petição dos alunos da escola polytechnica	
Os alunos da Escola Polytechnica pretendem dirigir ao governo uma petição solicitando a demissão do Dr. André Rebouças da dita escola, a vista de seu procedimento na Europa. Parece que o Governo tenciona deportar o caluniador da mocidade acadêmica e dos créditos da República Brasileira.	

Fonte: GAZETA DA PARAHYBA, Ano III, n. 512, 12 fev. 1890, p. 3.

Na Província da Parahyba do Norte, como era denominado o atual estado da Paraíba, existiam, até 1875, 15 escolas primárias particulares e 88 escolas particulares secundárias, sendo algumas delas confessionais, vinculadas a importantes ordens religiosas, localizadas principalmente nas cidades de Cajazeiras, Itabaiana, Campina Grande e na cidade da Parahyba (atual João Pessoa) (ALMEIDA, 1989).

No que diz respeito especificamente à Instrução Pública Primária, segundo o mesmo autor, até 1840, existiam nove escolas primárias masculinas, cinco primárias femininas, duas somente denominadas de primária e dez escolas mútuas. Já em 1836 e 1884 foram fundadas, respectivamente, o Lyceu Paraibano e a Escola Normal, ambas localizadas na capital da província. Iniciava-se, com essas duas importantes instituições, para a história da educação na Paraíba, uma intervenção do Estado na Instrução Secundária.

QUADRO 08 – Anúncio da Biblioteca Pública

Assunto: Biblioteca pública	
O Dr. Cordeiro Senior, digno presidente da Comissão nomeada para organizar uma biblioteca pública nesta cidade, pede-nos a publicação do seguinte: O abaixo assinado convida os ilustres membros da Comissão encarregada pelo governador da organização de uma biblioteca pública nesta capital, para comparecerem às 6 horas da tarde de hoje, 11 do corrente, em casa de sua residência, à rua Duque de Caxias, nº 31, a fim de tratar-se com urgência dos meios mais eficazes de levar a efeito tão grandiosa ideia. Antônio da Cruz Cordeiro Senior	

Fonte: GAZETA DA PARAHYBA, Ano III, n. 511, 11 fev. 1890, p. 2.

Na categoria petição, elencamos o anúncio da Biblioteca Pública e o da Escola Polytechnica. Nestes dois anúncios, notamos a influência do poder público para tomar decisões. Em relação à Biblioteca Pública, observa-se a existência de um interesse em organizar um espaço público, possivelmente uma cobrança já exigida pela população. E o anúncio talvez seria uma forma de prestar uma satisfação para a sociedade de que algo estava sendo feito. Em relação à Escola Polytechnica, observamos uma mobilização dos alunos de modo a organizar uma petição para uma possível demissão do Dr. André Rebouças, provavelmente o responsável pela instituição. Nesse caso já se observa a influência do alunado frente a interesses próprios.

QUADRO 09 – Anúncio da Faculdade de Direito

Assunto: Faculdade de Direito	Faculdade de Direito
De ordem do cidadão Dr. Diretor, e de conformidade com o aviso do Ministério dos Negócios do Interior, nº 336, de 18 do corrente, faço público que está em curso com prazo de quatro meses a contar da data deste, a substituição da cadeira de aritmética e geometria do curso de preparatórios anexo a esta Faculdade, vago por ter sido nomeado professor, o respectivo substituto bacharel Manoel Fernandes Sá Antunes; pelo que os que quiserem inscrever-se para o mesmo deverão se apresentar desde já com documentos que provem: 1º Sua qualidade de cidadão brasileiro. 2º Maioridade legal. 3º Moralidade atestada e folha corrida nos lugares onde houverem residido nos últimos cinco anos. 4º Capacidade profissional, a qual prova-se exibindo o candidato alguns dos seguintes documentos: Título de capacidade na matéria em concurso, conferido pelo diretor da instituição primária e secundária do município da capital federal, título de professor também na matéria em concurso, concedido pelo Governo Provisório, diploma de bacharel ou de doutor nas faculdades da República ou academias estrangeiras, ou de bacharel em letras. As pessoas notáveis por seu talento poderão ser dispensadas da prova de capacidade pelo governo, e as que não puderem provar ou obtiverem dispensa passarão por um exame antes de serem admitidas à inscrição, tudo de conformidade com o capítulo 4º do regulamento de 5 de maio de 1856. E para constar mandou o mesmo cidadão, Dr. Diretor, afixar este edital que será publicado neste Estado, na capital federal, e nos estados mais próximos. Secretaria da Faculdade de Direito do Recife, 28 de janeiro de 1890. (Assinado) o secretário, Bonifácio de Aragão Faria Rocha.	De ordem do cidadão Dr. director, e de conformidade com o aviso do Ministerio dos Negocios do Interior n. 336 de 18 do corrente, faço publico que está em concurso com prazo de quatro mezes a contar da data deste, a substituição da cadeira de arithmetica e geometria do curso de preparatorios anexo a esta Faculdade, vago por ter sido nomeado professor cathedratico o respectivo substituto bacharel Manoel Fernandes Sá Antunes; pelo que os que quizerem inscrever-se para o mesmo, deverão se apresentar desde já com documentos que provem: 1º Sua qualidade de cidadão brasileiro. 2º Maioridade legal. 3º Moralidade atestada pelos respectivos parochos e folha corrida nos lugares onde houverem residido nos ultimos cinco annos. 4º Capacidade profissional, a qual prova-se exhibindo o candidato alguns dos seguintes documentos: Titulo de capacidade na materia em concurso, conferido pelo director da instrucção primaria e secundaria do municipio da Capital Federal, titulo de professor tambem na materia em concurso, concedido pelo Governo Provisorio, diploma de bacharel ou de doutor nas Faculdades da R. publica ou Academias estrangeiras, ou de bacharel em letras. As pessoas notaveis por seu talento ou reconhecidamente habilitas, poderão ser dispensadas da prova de capacidade pelo governo, e as que não poderem provar ou obtiverem dispensa passarão por um exame antes de serem admittidos á inscripção, tudo de conformidade com o capitulo 4º do regulamento de 5 de Maio de 1856. E para constar mandou o mesmo cidadão Dr. director, afixar este edital que será publicado neste Estado, na Capital Federal, e nos Estados mais proximos. Secretaria da Faculdade de Direito do Recife, 28 de Janeiro de 1890. (Assignado) o secretario, Bonifacio de Aragão Faria Rocha. (1)

Fonte: GAZETA DA PARAHYBA, Ano III, n. 569, 08 fev. 1890, p. 3.

No anúncio da Faculdade de Direito observa-se a publicação de uma chamada para

preenchimento de vaga. No mesmo não fica evidente para qual vaga há necessidade do preenchimento, porém no corpo do anúncio é possível observar as condições necessárias para realizar a inscrição e para uma possível ocupação da vaga para o candidato aprovado. Ainda é possível notar, através das descrições do anúncio, o caráter das exigências que os candidatos a ocupar a vaga devem possuir.

Ainda nesse período (1889-1930), houve a tentativa de implantação do Ensino Superior na Paraíba, com a criação da Universidade Popular. Para Rodrigues (1986, p. 34), “essa tentativa não passou da realização de algumas conferências, irrealismo do governo do Estado, exagero da imprensa oficial, euforia de uma pequena burguesia liberal etc., sendo visto como um grande e desastroso equívoco”. Essa ação foi vista como exagero de alguns segmentos e de ideias fora da realidade local, devido à falta de estrutura em todos os aspectos, pois “para quem carecia de instrução pública elementar, o Ensino Superior na Paraíba figurava mais como uma conquista política das elites e do poder local do que como necessidade surgida da demanda por instrução de mais alto nível” (CASTELO BRANCO, 2005, p. 114).

QUADRO 10 – Anúncio de professor público

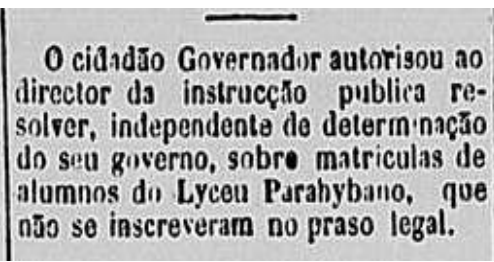
Assunto: O professor público da Serra da Raiz	
O professor público da Serra da Raiz, Alípio Napoleão Serpa, ofereceu 2 1/2% de seus vencimentos para o auxílio do pagamento da dívida deste Estado.	

Fonte: GAZETA DA PARAHYBA, Ano III, n. 518, 20 fev. 1890, p. 3.

Um anúncio que nos chama atenção é o de doação de parte do seu salário de professor público de Serra da Raiz¹³ para auxílio da dívida do Estado. Esse fato, cujo motivo desconhecemos, é algo, no mínimo, estranho, porque, de acordo com o conhecimento geral, o salário do educador público, principalmente nesse período, era muito baixo.

¹³ Serra da Raiz é um município do estado da Paraíba e está distante 138 quilômetros de João Pessoa.

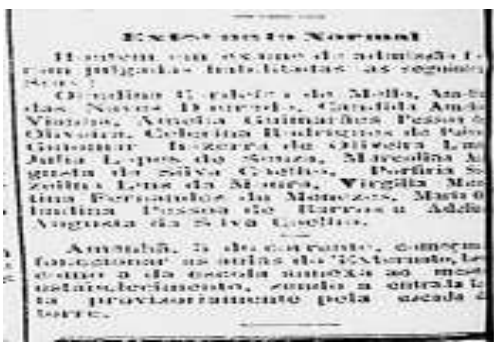
QUADRO 11 – Anúncio de autorização governamental

Assunto: Matrículas no Lyceu Parahybano	 O cidadão Governador autorizou ao director da instrução publica resolver, independente de determinação do seu governo, sobre matrículas de alumnos do Lyceu Parahybano, que não se inscreveram no prazo legal.
O cidadão governador autorizou ao director da instrução pública resolver, independente de determinação do seu governo, sobre matrículas de alunos do Lyceu Parahybano, que não se inscreveram no prazo legal.	

Fonte: GAZETA DA PARAHYBA, Ano III, n. 512, 12 fev. 1890, p. 3.

Esse anúncio referente às matrículas no Lyceu Parahybano¹⁴ revela o controle por parte da instituição pública quanto ao funcionamento das instituições de ensino, neste caso em particular o Lyceu Parahybano. Possivelmente, esse controle estava relacionado à rigorosidade dos exames preparatórios, nas cadeiras ofertadas, nos registros de falta e no controle de matrículas, como descreve o anúncio. Em relação às faltas, Sena (2014) descreve que houve uma solicitação por parte da Direção da Instrução Pública para produzir mapas para controlar as faltas dos alunos. Possivelmente este controle estava associados às matrículas também.

QUADRO 12 – Anúncios do Externato Normal

Assunto: Exame de admissão do externato	 Externato Normal Hoje em dia, com o exame de admissão, foram julgadas habilitadas as seguintes senhoritas: Olindina Cordeiro de Melo, (...) Amanhã começam a funcionar as aulas do Externato, como a da escola anexa ao mesmo estabelecimento, sendo a entrada provisoriamente pela escola da torre.
Ontem em exame de admissão foram julgadas habilitadas as seguintes senhoritas: Olindina Cordeiro de Melo, (...) Amanhã começam a funcionar as aulas do Externato, como a da escola anexa ao mesmo estabelecimento, sendo a entrada provisoriamente pela escola da torre.	

Fonte: GAZETA DA PARAHYBA, Ano III, n. 516, 16 fev. 1890, p. 4.

Assunto: Chamada para exame de aluna do 1º ano	 Externato normal Amanhã será chamada a exame vago das materias do primeiro anno d'esse estabelecimento a Sra. D. Francisca Moura.
Amanhã será chamada a exame vago das matérias do 1º ano desse estabelecimento a Sra. D. Francisca Moura.	

Fonte: GAZETA DA PARAHYBA, Ano III, n. 530, 06 mar. 1890, p. 1.

¹⁴ O Lyceu Parahybano corresponde a uma instituição que, em meio à passagem do século XIX para o século XX, presenciou a mudança do sistema político brasileiro – Monarquia e República.

Assunto: Exame de Geographia das alunas do externato	Externato Normal Amanhã as 19 horas serão chamadas a exame de geographia as seguintes alunas, que por motivo de moléstia deixaram de fazer na epocha determinada: Adelaide de Carvalho França, Philomena Maria de Sá Pereira, Eulália Esmeraldina de Souza e Rita Martiniana Pereira Freire.
---	---

Fonte: GAZETA DA PARAHYBA, Ano III, n. 528, 04 mar. 1890, p. 4.

Assunto: Resultado do exame de Geographia	Externato normal O resultado do exame de geographia do 2º anno procedido hontem foi o seguinte: D. Rita Martiniano Pereira Freire, aprovada plenamente; D. Philomena Maria de Sá Pereira, aprovada simplesmente. Houve 2 reprovadas.
--	---

Fonte: GAZETA DA PARAHYBA, Ano III, n. 530, 06 mar. 1890, p. 1.

Como observamos, esses anúncios são para exame de admissão. O exame de admissão tinha como objetivo preparar alunos para o ingresso no curso ginasial, um processo seletivo institucional existente na época, temido por quem o enfrentava. Eram práticas bastante comuns nas escolas normais e nas escolas anexas. Os exames avaliativos realizados pelas escolas anexas dividiam-se em “exames de passagem” e exames finais.

As discentes aprovadas tinham seus nomes e as notas conquistadas publicados em jornais. Publicar os resultados dos exames em impressos jornalísticos parecia ser comum no império e no Brasil republicano, correspondendo a um ato público que tornam legítimas as aprovações. Era comum, ainda no período em questão, o uso de conceitos como “simplesmente”, “plenamente” e “aprovação” com distinção, para definir o nível de aprovação aos exames. Assim as notas eram transformadas em conceitos.

Em relação aos resultados dos exames finais, ressaltamos que, apesar das dificuldades que o Externato Normal enfrentava junto à sociedade paraibana, sobretudo o não reconhecimento e credibilidade quanto aos seus serviços educacionais de formar jovens normalistas, observamos que, em 1889, o número de ingressante aumentou significativamente, ou seja, quase 60% com relação aos dois últimos anos. Ao lado desse aspecto, cumpre registrar que, no referido ano, a sociedade brasileira como um todo estava atravessada por acontecimentos cruciais de ordem política e econômica que finalmente concorreram para a

instauração do regime republicano.

QUADRO 13 – Alunas que frequentaram o Externato Normal em 1888

1º ANO
1. Adelaide de Amélia Carvalho Franco
2. Esther Eleonora de Carvalho
3. Esther Eleonora de Figueiredo
4. Eulália Esmeraldina de Souza
5. Henriqueta Paula de Santos Coelho
6. Joanna Lopes de Araújo
7. Julia Etelvina de Couveia Monteiro
8. Maria Adalina de Vasconcelos
9. Maria das Neves Cavalcante de Almeida Albuquerque
10. Maria Ernestina de Couveia Monteiro
11. Philomena Maria de Sá Pereira
2º ANO
1. Anna Elydia Cavalcante de Albuquerque
2. Cordula Augusta de Lima
3. Corinthus Rosas
4. Francisca Presalina Pessoa Cabral
5. Julia Augusta de Lima
6. Maria Eugenia Toscano Barreto
7. Maria Isolina Lobo Mendes
8. Rita Martiniana Pereira Freire
3º ANO
1. Maria Amélia Cavalcante de Albuquerque
2. Maria Amélia Ferreira Dias
3. Maria Cecília Ferreira
4. Olívia América de Figueiredo

Fonte: GAZETA DA PARAHYBA, 1888.

Nesse contexto ainda muito tenso, de transitoriedade e insegurança, basicamente com relação às instituições públicas tanto em nível nacional quanto local, encontramos, nas publicações do jornal *Gazeta da Parahyba* da época, as discentes que frequentaram o Externato Normal nos três anos do curso de formação normalista. Seus nomes estão dispostos no Quadro 14.

QUADRO 14 – Alunas que frequentaram o Externato Normal em 1889

1º ANO
1. Anna Generosa Biserra Camboim
2. Anna Jacintha Henriques de Sá
3. Appolinaria Estranquilina d'Oliveira
4. Benedicta Maria da Silveira
5. Celina A. Cavalcante de Albuquerque
6. Emilia Eulália de Araújo Quintella
7. Ignez Lydia da Costa
8. Joanna Maria da Conceição
9. Julieta Augusta Rogers
10. Luisa Aurélia de Lima Mindello
11. Maria Alexandrina dos Santos
12. Maria da Gloria Franco da Fonseca
13. Maria da Purificação Carneiro da Cunha
14. Maria Lybia da Câmara Pinto
15. Marclonilla Rodrigues das Neves
16. Olindina Izidia Alves de Araújo
17. Olindina Maria de Palva
18. Rufina Maria das Neves
2º ANO
1. Adelaide de Amélia Carvalho Franco
2. Arcelina Raymunda de Lima
3. Carolina da Natividade Moura
4. Corintha Rosas
5. Esther Eleonora de Carvalho
6. Eulália Esmeraldina de Souza
7. Henriqueta Paula de Santos Coelho
8. Joanna Lopes de Araújo
9. Julia Etelvina de Gouvêa Monteiro
10. Maria Adelina de Vasconcelos
11. Maria das Neves Cavalcante de Almeida Albuquerque
12. Maria Ernestina de Gouvêa Monteiro
13. Philomena Maria de Sá Pereira
14. Rita Martiniana Pereira Freire
3º ANO
1. Anna Elydia Cavalcante de Albuquerque
2. Francisca Presalina Pessoa Cabral
3. Julia Augusta de Lima
4. Maria Amélia Ferreira Dias
5. Maria Cecília Ferreira
6. Maria Isolina Lobo Mendes
8. Rita Martiniana Pereira Freire

Fonte: GAZETA DA PARAHYBA, 1889.

Para finalizar nossas análises acerca do quadro discente do Externato Normal destacaremos dois aspectos relevantes. O primeiro é que não encontramos nenhuma informação

sobre quais e quantas alunas frequentaram o período escolar de 1891. O segundo refere-se ao perfil socioeconômico da sua clientela. Em função dessa diversidade, a finalidade do curso normal que era proporcionada no Externato, revelava a sua dualidade, aumentando o hiato entre as camadas populares e as elites locais. Para as primeiras camadas, enquanto maioria, ficou reservada a profissão de magistério, enquanto instrumento capaz de favorecer o sustento familiar. Essa profissão não gozava de reconhecimento social e pecuniário e tampouco garantia o status social almejado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Construir um estudo ancorado nas tradições discursivas, propostas nos anúncios relacionados à educação, publicados em um jornal paraibano do século XIX e fazer um elo com a linguagem cultural e a sociedade não se traduz numa tarefa fácil. Quando se é executada, apresenta, entretanto, resultados surpreendentes, embora se saiba que é o tipo de trabalho o qual não está, por si só, completo, em função do recorte necessário exigido pela impossibilidade de cobrir-se uma lacuna temporal, não sendo possível estabelecer todo conteúdo ou tema em uma única oportunidade, tendo em vista o quantitativo e, conseqüentemente, a extensão de seu conteúdo.

O estudo foi constituído a partir de uma realidade específica do contexto histórico da Paraíba, o período de transição do Império para a República e como estavam representados os anúncios sobre a educação no período em questão, tomando-se como referência os estudos de Chartier (2014; 1999), acerca das representações, e, como fundamento metodológico, as premissas da História Cultural. A pesquisa teve como objetivo analisar a representação dos anúncios relacionados à educação, publicados no *Jornal Gazeta da Parahyba*.

Ao estabelecer uma comparação entre esses anúncios, pode-se perceber que, devido a algumas mudanças ocorridas na vida sociocultural brasileira e, particularmente, na paraibana, essas publicações no referido periódico apresentam textos de tamanhos variados, utilizando uma linguagem relativamente clara e objetiva, permitindo uma compreensão rápida e eficaz do item anunciado, são oferecidos produtos e serviços que proporcionem qualidade, satisfação, lazer, conforto e segurança; qualidade valorizadas e indispensáveis à sociedade da época.

A mensagem usada nos anúncios do século XIX atuava, principalmente, nos atos de avisar ou comunicar e o de qualificar o item a ser vendido e ou adquirido. Os autores seguiam as tradições da época, tanto com relação à estrutura formal quanto ao estilo e nível de língua. Nos anúncios do século XIX, vendiam-se e compravam-se medicamentos, vestimenta, acessórios, mobília, miudezas, cigarros/fumo, alimentos, maquinários, animais, escravos, joias/ouro/prata/moedas, livros, ações, sítios, terrenos, casas, entre outros itens correlatos; ainda, convidava-se e informava-se sobre missas, funerais e festividades; protestava-se, denunciava-se, arrendavam-se e alugavam-se sítios, terrenos, sobrados/casas, escravos, além de se oferecerem serviços de regência, odontológico, cirúrgico, advocatício, domésticos (criados: ama de leite, cozinheira, arrumadeira), entre outros afins.

Importante é o fato de que, no século XIX, iniciava-se uma tipologia diferenciada nas linhas de impressos; isso em uma cultura – sociedade em processo de descolonização – ainda

dominada pelas relações com a oralidade. Em outras palavras, certas tradições começadas na Europa passaram a ser adaptadas à realidade brasileira, onde a população começava a ler e escrever em seus primeiros impressos, espaço em que o manuscrito ainda desempenhava grande papel no processo de produção textual.

Os anúncios contidos no cotidiano do espaço discursivo da coletânea de anúncios paraibanos do século XIX compreendem seis grandes temas: 1) escravos; 2) remédios; 3) imóveis; 4) produtos e serviços; 5) anúncios diversos, tais como: missa, encomendas, lazer e objetos em geral (livros, moedas, artigos para fumantes, instrumentos musicais, máquinas; 6) educação – vestuário e acessórios: tecidos, perfumes, cosméticos, fantasias, calçados, adornos de cabeças, joias, lenço, miudezas, barbas etc.

Caminhou-se um pouco mais no conhecimento da nossa sociedade. Espera-se que outros estudos sejam incentivados e fortaleçam-se com esta contribuição. No período temporal determinado desta pesquisa, foram observadas algumas mudanças nos anúncios decorrentes dos fatores sócio-históricos, porém muitas características foram mantidas, razão pela qual tal gênero foi considerado como uma tradição discursiva. A compreensão da construção da indagação central do trabalho foi entender, portanto, como os anúncios relativos à educação, construindo sentidos, fazendo circular discursos sociais revelam valores culturais, ideológicos de viver e pensar.

As representações expressadas por meio dos anúncios contemplam uma multiplicidade de aspectos destinados ao ensino e à educação ofertados na Paraíba do século XIX, expressando, por meio dos anúncios, a necessidade de ofertar os serviços relacionados à educação. Indicamos a extensão deste trabalho para pesquisas futuras no campo da História da Educação, em que os interesses estejam veiculados aos estudos referentes à educação no Império brasileiro e suas relações com os anúncios publicados nos periódicos paraibanos no período de transição do Império para a República.

6 REFERÊNCIAS

AGUIAR, Wellington de. **A velha Paraíba nas páginas de jornais**. João Pessoa: A União, 1999.

ALDRIGUE, Ana Cristina de Sousa; NICOLAU, Roseane Batista Feitosa (Orgs.). **Quem o pretender comprar dirija-se a...** coletânea de anúncios paraibanos do século XIX. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

ALMEIDA, Horácio de. Cronologia paraibana. In: MELLO, José Octávio de Arruda (coord.). **Capítulos de história da Paraíba**. Campina Grande: Grafset, 1978.

ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. João Pessoa: UFPB, 1978, v. 2.

ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas**. 3. ed. João Pessoa: A União, 1980.

ALMEIDA, José Ricardo Pires de **História da instrução pública no Brasil (1500-1889): história e legislação** (Tradução Antonio Chizzotti) São Paulo: EDUC; Brasília, DF: INEP/ MEC, 1989.

ARAÚJO, Camila Almeida de. 2015. **Ofertam-se serviços:** anúncios de professores no jornal O Publicador (1864-1885), na província da Paraíba. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/8566?locale=pt_BR. Acesso em: 18 mai. 2022.

ARAÚJO, Fátima. **Paraíba:** imprensa e vida. 2. ed. Campina Grande: Grafset, 1986.

ARAÚJO, Fátima. **História e ideologia da imprensa na Paraíba**. João Pessoa: A União, 1983.

ARAÚJO, José Carlos Souza. O progresso e a educação: de sua genealogia às expressões no Triângulo Mineiro. In: SCHELBAUER, Anaete Regina; ARAÚJO, Jose Carlos Souza. (org.). **História da Educação pela Imprensa**. Campinas, SP: Alínea, 2015.

ARAÚJO, Rose Mary de Souza. **Escola Normal na Parahyba do Norte:** movimentos e constituição da formação de professores no século XIX. Tese (Doutorado em Educação). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2010.

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. **Jornal e literatura:** a imprensa brasileira no século XIX. Porto Alegre, Nova Prova, 2007.

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. **Jornalismo e literatura no século XIX paraibano:** uma história. Disponível em: http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/estudos/Jornalismo_e_literatura_no_seculo_XIX_uma_historia.pdf. Acesso em: 15 mai. 2022.

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. Os intermediários da leitura na Paraíba do Oitocentos: livreiros e tipógrafos. In: (org.). **Livros e periódicos nos séculos XVIII e XIX**. João Pessoa: UFPB, 2010.

BASTOS, Maria Helena Câmara. Apêndice – A Imprensa Periódica Educacional no Brasil: de 1808 a 1944. In: CATANI, Denice Barbara; BASTOS, Helena Câmara (org.). **Educação em Revista: a imprensa periódica e a história da educação**. São Paulo: Escrituras, 1997.

BASBAUM, Leôncio. **História sincera da República: de 1889 a 1930**. 6. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1997.

BEZERRA, Alcides. A imprensa na Paraíba. In: **Revista do Instituto Histórico e Geographico Parahybano**. Ano XIV, Volume V. Parahyba: Imprensa Oficial, 1922.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As escolas históricas**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1983. (Coleção Fórum da História).

BRASIL, Eric; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes. História digital: reflexões a partir da Hemeroteca Digital Brasileira e do uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica. **Estudos Históricos Rio de Janeiro**, v. 33, n. 69, janeiro-abril 2020.

BRITO, Eugenio Toscano de. Reminiscências: de como fundou-se e porque morreu a “Gazeta da Parahyba”. In: **Revista do Instituto Historico e Geographico Parahybano**. Ano II, V. 2. Parahyba do Norte: Imprensa Oficial, 1910.

BITTONI, Dulcília. **Imprensa feminina**. São Paulo: Ática, 1986.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Trad. Sergio Goes de Paula. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CALDAS, Analice. DE LEVE... **O Educador**, 26 de maio 1922, nº XXVII, ano I, v. 1, Código 104.

CALDAS, Analice. DE LEVE... **O Educador**, 08 de jun. 1922, nº XXIX, ano I, v. 1, Código 104.

CALDAS, Analice. Prendas. **O Educador**. João Pessoa, 20 jun. 1922. nº XXXV. ano. I, v. 1, Código 104.

CALDAS, Phelipe. 2022. **Único paraibano presidente da República, Epitácio Pessoa morria 80 anos atrás**. Disponível em:

<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2022/02/13/unico-paraibano-presidente-da-republica-epitacio-pessoa-morria-80-anos-atras.ghtml>. Acesso em: 13 mai. 2022.

CARVALHO, Carlos Henrique de; ARAÚJO, José Carlos Souza; GONÇALVES NETO, Wenceslau. Discutindo a história da educação: a imprensa enquanto objeto de análise histórica (Uberlândia, MG, 1930-1950). In: ARAÚJO, José Carlos Souza; JÚNIOR, Décio Gatti. (org.). **Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002.

CARVALHO, Carlos Henrique de; INÁCIO FILHO, Geraldo. Debates educacionais na imprensa: republicanos e católicos no Triângulo Mineiro – MG (1892-1931). In:

SCHELBAUER, Analete Regina; ARAÚJO, Jose Carlos Souza. (org.). **História da Educação pela Imprensa**. Campinas, SP: Alínea, 2007.

CARVALHO, G. **O gerente endoidou**: ensaios sobre publicidade e propaganda. Fortaleza: Omni Editora, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo. Companhia das Letras:1990.

CARVALHO, Marcus Vinicius Corrêa de. Moderno, modernidade, modernização: polissemias e pregnâncias. In: GIL, Natália; ZICA, Matheus da Cruz; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). **Moderno, modernidade e modernização**: a educação nos projetos de Brasil – séculos XIX e XX. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

CASTELO BRANCO, Uyguaciara Velôso. **A construção do mito do “Meu Filho Doutor”**: fundamentos históricos do acesso ao Ensino Superior no Brasil - Paraíba. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2005.

CASTRO, Ângela Bezerra de *et al.* **Autores paraibanos**: prosa. João Pessoa: Grafset, 2005.

CASTRO, Oscar Oliveira. **Vultos da Paraíba**: patronos da Academia. João Pessoa: Imprensa Nacional, 1955.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2007.

CHARAUDEAU, P. O discurso propagandista: uma tipologia. In: MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato. **Análises do Discurso Hoje**, v. 3. Rio de Janeiro: Nova Fronteira (Lucerna) 2010.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, M. A. L.; GAVAZZI, S. (org.) **Da língua ao discurso**: reflexões para o ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: MARI, H. *et al.* (org.). **Análise do discurso**: fundamentos e práticas. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, FALE/UFMG, 2001.

CHARTIER, Roger. **A mão do autor e a mente do editor**. São Paulo: Unesp, 2014.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros**: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. 2. ed. Brasília: UnB, 1999.

CHARTIER, Roger. **Leituras e leitores na França do antigo regime**. Tradução Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, abril 1991.

CONAR. Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária. **Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária**. 1980. Disponível em:

<http://www.conar.org.br/codigo/codigo.php>. Acesso em: 13 mai. 2022.

COUTINHO, Afrânio; SOUSA, J. Galante de. **Enciclopédia de literatura brasileira**. São Paulo: Global; Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Academia Brasileira de Letras, 2001. 2 v.

CRUZ, H. F.; PEIXOTO, M. R.C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. História e imprensa. **Projeto História**. São Paulo, EDUC, n. 35, dez. 2007.

CRUZ JÚNIOR, Dilson F. **Estratégias e máscaras de um fingidor**: a crônica de Machado de Assis. São Paulo: Nankin Editorial; Humanitas FFLCH/USP, 2002.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico nova fronteira da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

CUNHA, Maria Teresa. Diários pessoais: territórios abertos para a história. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **O historiador e suas fontes**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

DUARTE, Constância Lima. **Imprensa feminina e feminista no Brasil, século XIX**: dicionário ilustrado. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (org.). **500 anos de educação no Brasil**. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

FARIAS, J. A. de. **História do Ceará**. 2. ed. Fortaleza: Edições Livro Técnico, 2007.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**: nova edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FREIRE, Eduardo Nunes. O design no jornal impresso diário: Do tipográfico ao digital. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 18, dez. 2009.

FREYRE, G. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. Recife: Imprensa Universitária, 1963.

GOODWIN JUNIOR, J. W. Anunciando a civilização: imprensa, comércio e modernidade fin-de-siècle em Diamantina e Juiz de Fora, MG. História e imprensa. **Projeto História**. São Paulo, EDUC, n. 35, dez. 2007.

GRILLO, S. **A produção do real em gêneros do jornal impresso**. São Paulo: Humanitas, 2004.

HOLANDA, Sergio Buarque de. 26. ed. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HORÁCIO. Arte Poética. In: ARISTÓTELES; HORÁCIO; LONGINO. **A poética clássica**. 12. ed. São Paulo: Cultrix, 2005.

HOHLFELDT, Antonio. **Deus escreve direito por linhas tortas**: o romance-folhetim dos

jornais de Porto Alegre entre 1850 e 1900. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003 (Coleção Memória das Letras, 12).

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LAURINDO, Hildenize Andrade. 2015. **O percurso histórico-discursivo do gênero anúncio publicitário em jornais de Fortaleza dos séculos XIX e XX: entre recorrências, variações e transgressões**. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/15742/1/2015_tese_halaurindo.pdf. Acesso em: 17 mai. 2022.

LEAL, José. **A imprensa na Paraíba**. João Pessoa: A União, 1962.

LEAL, José. Dicionário biobibliográfico paraibano. João Pessoa: FUNCEP, 1990.

LÉON, P. Textos icônicos, o jogo entre as imagens e as palavras: imprensa e publicidade “de papel”. In: GARDIES, R. (org.). **Compreender o cinema e as imagens**. Lisboa: Texto-grafia. 2008.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A. 2001.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **O historiador e suas fontes**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2015

MARIZ, Celso. **Apanhados históricos da Paraíba**. 3. ed. João Pessoa: A União, 1994.

MARTINS, Eduardo. **A tipografia do Beco da Misericórdia: apontamentos históricos**. João Pessoa: A União, 1978.

_ MARTINS, Eduardo. **Cardoso Vieira e O Bossuet da Jacoca: notas para um perfil biográfico**. João Pessoa: 1979.

_ MARTINS, Eduardo. **Coriolano de Medeiros: notícia biobibliográfica**. João Pessoa: A União, 1975.

MARTINS, Eduardo. **Primeiro jornal paraibano: apontamentos históricos**. João Pessoa: A União, 1976.

MARTINS, Eduardo. **A fonte subterrânea: o pensamento crítico de José de Alencar e a retórica oitocentista**. Campinas, SP: [s.n.], 2003. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária). São Paulo: Universidade Estadual de Campinas.

MARTINS, Jorge S. **Redação publicitária: teoria e prática**. São Paulo: Atlas S.A, 1997.

MEDINA, Cremilda. **Notícia um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial**. São Paulo: Summus, 1988.

MEIRELLES, J. G. **A gazeta do Rio de Janeiro e o impacto na circulação de ideias no**

império luso-brasileiro (1808-1821). Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

MOLINA, M. Matias. **História dos Jornais no Brasil:** da era colonial à Regência (1500-1840). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MOREL, M. Os primeiros passos da palavra impressa. *In:* MARTINS, A. L.; DE LUCA, T. R. **História da imprensa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2008.

NADAF, Yasmin Jamil. **Rodapé das miscelâneas:** o folhetim nos jornais de Mato Grosso (Séculos XIX e XX). Rio de Janeiro: 7Letras, 2002.

NICOLAU, Roseane Batista Feitosa. **Forma e sentido:** a arquitetura dos anúncios na imprensa paraibana dos séculos XIX e XX. João Pessoa: Marca de Fantasia, 2012.

NÓVOA, António. A imprensa de educação e ensino: concepção e organização do repertório português. *In:* CATANI, Denice Barbara; BASTOS, Maria Helena Camara (org.). **Educação em Revista:** a imprensa periódica e a história da educação. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

PESSOA, Marlos Barros. “Da carta a outros gêneros textuais”. *In:* DUARTE, Maria Eugênia L.; CALLOU, Dinah (org.). **Para a história do português brasileiro:** notícias de corpora e outros estudos. v. IV. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras da UFRJ/FAPERJ, 2006.

RAMOS, R. **Do reclame à comunicação:** pequena história da propaganda no Brasil. São Paulo: Atual, 1985.

RÊGO FILHO, Antônio Serafim. **Síntese histórica do jornalismo na Paraíba.** João Pessoa: A União. 1963.

ROCHA, Carolina. Notícias e anúncios sobre instrução no jornal O Publicador (1884-1886). **XVII Encontro Estadual de História – ANPUH-PB**, v. 17, n. 1, 2016.

RODRIGUES, Cláudio José Lopes. **Sociedade e universidade:** um estudo de caso. João Pessoa: SEC-PB, 1986.

RODRIGUES, J. F. **Jornal O Cearense:** anúncios de livros de instrução e educação (1846 A 1856). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, 2021.

SANTOS, Idelette Muzart Fonseca dos (org.). **A literatura na Paraíba ontem e hoje.** João Pessoa: Fundação Casa de José Américo, 1989).

SANTOS, Idelette Muzart Fonseca dos. **Dicionário literário da Paraíba.** João Pessoa: SEC; A União, 1994.

SANTOS, Josy Kelly Cassimiro Rodrigues dos. **O livro dos Snobs:** o romance inglês nos jornais e periódicos paraibanos do XIX. João Pessoa, 2016. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal da Paraíba.

SENA, Fabiana. Dossiê: imprensa, história e educação. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa: Editora UFPB, v. 24, n. Especial, 2015.

SENA, Fabiana. Imprensa e instrução pública no império: o modo epistolar nos jornais do Rio de Janeiro e da Paraíba. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá-PR, v. 14, n. 1, jan./abr. 2014.

SENA, Fabiana. Os compêndios didáticos nos relatórios de província da Paraíba: fontes para a leitura escolar no Império. **Educação Unisinos**, v. 16, n. 1, jan./abr. 2012.

SENA, F.; OLIVEIRA, B. M. de; SOUSA, L. L. de. A imprensa no Nordeste brasileiro: correspondências sobre instrução pública como fonte e objeto de pesquisa. **Educação**, 5(2), 2017.

SILVA, Otoniel Machado da. 2017. **As facetas da crônica do século XIX e suas expressões na Gazeta da Parahyba**. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/11934/1/Arquivototal.pdf>. Acesso em: 17 mai. 2022.

SOARES, Luís Felipe. 2015. **Como surgiu o jornal?** Disponível em: <https://www.dgabc.com.br/Noticia/1539747/como-surgiu-o-jornal>. Acesso em: 09 mai. 2022.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes. 1983.

SOULAGES, J-C. Discurso e mensagens publicitárias. In: CARNEIRO, A. D. (org). **O discurso da mídia**. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1996.

SOUSA, Jorge Pedro. 2008. **Uma história breve do jornalismo no Ocidente**. Disponível em: <https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/1162/2/Hist%20Jor%20Ocidente%20JPS%20BOCC.pdf>. Acesso em: 17 mai. 2022.

SOUZA, Laura de Mello e. Aspectos da historiografia da cultura sobre o Brasil Colonial. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

VIEIRA, Eudesia. A família. **O Educador**. João Pessoa, 18 maio 1922, n. XXV, ano I, v. 1 – Código 104.

FONTES PRIMÁRIAS:

Arauto Parahybano. Periódico Literário, noticioso e abolicionista. 1888.

Era Nova. Revista quinzenal ilustrada. 1921-1925.

Estado da Parahyba. Periódico social, político e noticioso. Órgão republicano. 1890-1891.

Gazeta da Parahyba. Folha Diária. 1888-1890.

Gazeta de Notícias. Rio De Janeiro. 1875-1956.

Jornal da Parahyba. Órgão do Partido Conservador. 1888-1889.

Gazeta do Sertão. Órgão democrata. Publicação semanal. Campina Grande. 1888-1891. O

Commercio. Órgão das classes conservadoras do estado da Paraíba. 1900, 1906, 1907. O

Globo. RJ. Órgão dos interesses do Commercio, da Lavoura e da Industria. 1874-1883. O Parahybano. Órgão do povo. 1892.

Disponíveis em:

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Projeto Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no século 19:

<http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/acervo.html>.